

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

ROBERTO GONÇALVES BRITO DE JESUS

**SUBDESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO
DO CAPITAL: A Materialidade da Dependência no Maranhão**

São Luís



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

ROBERTO GONÇALVES BRITO DE JESUS

SUBDESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: A
Materialidade da Dependência no Maranhão

São Luís
2026

ROBERTO GONÇALVES BRITO DE JESUS

SUBDESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: A
Materialidade da Dependência no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

São Luís

2026

Jesus, Roberto Gonçalves Brito de

Subdesenvolvimento como forma de reprodução do capital: a materialidade da dependência no Maranhão. / Roberto Gonçalves Brito de Jesus. – São Luis, MA, 2026.

151 f

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

1.Dependência. 2.Padrão Exportador. 3.Superexploração do Trabalho. 4.Subdesenvolvimento. I.Título.

Elaborado por Cássia Diniz - CRB 13/910

ROBERTO GONÇALVES BRITO DE JESUS

**SUBDESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: A
Materialidade da Dependência no Maranhão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovado em: 30/05/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **BRAULIO ROBERTO DE CASTRO LOUREIRO**
Data: 05/07/2026 21:04:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro (Orientador)
Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **WELBSON DO VALE MADEIRA**
Data: 01/07/2026 12:27:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental
Universidade Federal do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **ZULENE MUNIZ BARBOSA**
Data: 04/07/2026 20:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa
Doutora em Ciências Sociais – Política
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação. A conclusão deste trabalho representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também a consolidação de um processo de aprendizado, reflexão e amadurecimento intelectual, que só foi possível graças ao apoio, às contribuições e à colaboração recebidos ao longo desta trajetória.

Agradeço de maneira especial ao meu orientador, Professor Doutor Bráulio Loureiro, pela condução técnica e intelectual ao longo de todo este processo. Suas críticas construtivas, o rigor analítico compartilhado e a supervisão dedicada foram fundamentais para delimitar o escopo desta pesquisa e viabilizar a conclusão do trabalho.

Registro também meus agradecimentos aos professores doutores Zulene Muniz Barbosa e Welbson do Vale Madeira, membros das bancas de qualificação e defesa desta dissertação. Suas contribuições, observações e questionamentos foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho, permitindo o aprofundamento das análises e o aperfeiçoamento das reflexões aqui apresentadas.

Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da UEMA. O convívio acadêmico com o corpo docente, os funcionários e os colegas de turma proporcionou um ambiente de debates enriquecedor, essencial para o amadurecimento e a consolidação das reflexões presentes nesta dissertação.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, pelo apoio, pela compreensão e pelo incentivo durante toda esta caminhada.

Por fim, manifesto meu reconhecimento à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pela concessão da bolsa de estudos por meio de sua cota institucional. O apoio financeiro recebido garantiu as condições materiais necessárias para a manutenção e a dedicação às atividades de pesquisa que resultaram nesta dissertação.

“Quanto menos você come, bebe e compra livros; quanto menos você vai ao teatro, ao salão de dança, ao bar; quanto menos você pensa, ama, teoriza, canta, pinta, esgrime, etc., mais você economiza – maior se torna seu tesouro... Você 'é' menos, mas 'tem' mais.”

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação analisa o subdesenvolvimento do estado do Maranhão a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na Teoria Marxista da Dependência (TMD). O objetivo central é demonstrar que as desigualdades socioeconômicas persistentes no estado não constituem anomalias conjunturais, mas expressões da forma específica de inserção do Maranhão no padrão de reprodução do capital vigente no Brasil contemporâneo, caracterizado pelo Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP). O primeiro capítulo estabelece os fundamentos metodológicos da pesquisa, discutindo o método em Marx e a centralidade da ontologia do ser social, da práxis e da categoria de totalidade concreta. Destaca-se o movimento analítico que parte do concreto aparente em direção ao concreto pensado, orientado pelas categorias de contradição e mediação. O segundo capítulo desenvolve o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência, abordando conceitos como transferência de valor, superexploração do trabalho e padrões de reprodução do capital, evidenciando a consolidação do PEEP na economia brasileira contemporânea. O terceiro capítulo reconstrói a formação socioespacial do Maranhão, evidenciando sua inserção histórica na divisão internacional do trabalho, desde o período colonial até a modernização conservadora recente, marcada pela constituição de enclaves produtivos e pela intensificação da dependência. O quarto capítulo analisa a materialidade do PEEP no estado a partir de três eixos estruturantes, o mineral-logístico, o agronegócio no MATOPIBA e a indústria de enclave, bem como as mediações concretas do Estado, da logística e do capital financeiro. Nesse contexto, examinam-se as consequências sociais desse padrão, expressas na reprodução da pobreza, na desigualdade socioespacial, nos conflitos agrários e no trabalho escravo contemporâneo. Conclui-se que o subdesenvolvimento maranhense não representa uma condição residual ou transitória, mas um elemento funcional à dinâmica do capitalismo dependente, revelando a coexistência estrutural entre produção de riqueza e reprodução da miséria.

Palavras-chave: Dependência; Padrão Exportador; Superexploração do Trabalho; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the underdevelopment of the state of Maranhão from a historical-structural perspective, grounded in historical-dialectical materialism and the Marxist Theory of Dependency (MTD). The main objective is to demonstrate that the persistent socioeconomic inequalities in the state do not constitute conjunctural anomalies, but rather express the specific form of Maranhão's insertion into the prevailing pattern of capital reproduction in contemporary Brazil, characterized by the Export-Oriented Pattern of Productive Specialization (EOPPS). The first chapter establishes the methodological foundations of the research, discussing Marx's method and the centrality of the ontology of social being, praxis, and the category of concrete totality. It highlights the analytical movement from apparent concreteness to thought concreteness, guided by the categories of contradiction and mediation. The second chapter develops the theoretical framework of the Marxist Theory of Dependency, addressing concepts such as value transfer, superexploitation of labor, and patterns of capital reproduction, emphasizing the consolidation of the EOPPS in the contemporary Brazilian economy. The third chapter reconstructs the socio-spatial formation of Maranhão, highlighting its historical insertion into the international division of labor, from the colonial period to the recent phase of conservative modernization, marked by the formation of productive enclaves and the intensification of dependency. The fourth chapter analyzes the materiality of the EOPPS in the state through three structuring axes, namely the mineral-logistics axis, the agribusiness expansion in the MATOPIBA region, and enclave industries, as well as the concrete mediations of the State, logistics, and financial capital. In this context, the social consequences of this pattern are examined, particularly the reproduction of poverty, socio-spatial inequality, agrarian conflicts, and contemporary forms of slave labor. The study concludes that Maranhão's underdevelopment does not represent a residual or transitional condition, but rather a functional element of dependent capitalism, revealing the structural coexistence between wealth production and the reproduction of poverty.

Keywords: Dependency; Export-Oriented Pattern; Superexploitation of Labor; Underdevelopment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das exportações brutas do Brasil por setor (1995-2023).....	71
Gráfico 2 – Evolução das Importações Brutas do Brasil por setor (1995 – 2023)	72
Gráfico 3 – Evolução das Taxas de Crescimento Real do VAB por setor (Base: 2000 = 100)	74
Gráfico 4 – Comparativo entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário (2000-2025)	78
Gráfico 5 – Balanço da Dependência: Fluxos Externos e Financeirização	79
Gráfico 6 – Tendência das Exportações do Maranhão por Setor Produtivo (2000-2025)	108
Gráfico 7 – Volume transportado pela Estrada de Ferro Carajás (2016–2025) em milhões de toneladas	110
Gráfico 8 – Relação entre Exportações anuais e Variação anual do PIB – Maranhão (2012- 2020).....	114
Gráfico 9 – Evolução das Exportações do Maranhão pelos principais produtos (2000-2026)	116
Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Maranhão (1991- 2021).....	123
Gráfico 11 – Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> – Maranhão/Brasil (2012-2024) - (Série deflacionada pelo IPCA – valores em milhares a preços constantes de 2024).....	123
Gráfico 12 – N° de ocorrências de violências contra a ocupação e a posse no Brasil em 2024	126

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E MAPAS

Figura 1 – Dinâmica espacial da área colhida de soja no MATOPIBA Maranhense nos anos de 1980 e 2020.....	112
Quadro 1 – Perfil das Atividades Líderes da Indústria de Transformação (Média 2015-2023)	75
Quadro 2 – Dados de Trabalho Escravo Rural no Maranhão em 2024	128
Tabela 1 – Estoque de Passivos Externos: Investimento Estrangeiro no País (2001–2025)...	81
Tabela 2 – Principais produtos em Valor da Produção (2024).....	113
Tabela 3 – Comparativo de Composição Setorial (PIB Industrial)	116
Mapa 1 – Organização territorial do Padrão Exportador no Maranhão (2000–2025).....	106
Mapa 2 – Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Com Rendimento (Índice).....	124

LISTA DE SIGLAS

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

CPT – Comissão Pastoral da Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MATOPIBA – Região de fronteira agrícola que abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MPT – Ministério Público do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEEP – Padrão Exportador de Especialização Produtiva

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SMARTLAB – Observatório Digital de Trabalho Escravo (MPT/OIT)

TMD – Teoria Marxista da Dependência

VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O MÉTODO EM MARX: DA ABSTRAÇÃO AO CONCRETO PENSADO	22
2.1 Fundamentos Ontológicos: A Concepção Materialista-Dialética da Realidade	22
2.1.1 Ontologia do ser social	31
2.2. O Concreto como Ponto de Partida e o Duplo Movimento do Método Científico.....	33
2.3 O Diálogo com intérpretes e aprofundamentos do Método	34
2.4 A aplicação do Método: as ferramentas da pesquisa	38
2.5 Resumo do capítulo	40
3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: FUNDAMENTOS CATEGORIAIS E A DINÂMICA DO CAPITALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	41
3.1 Do Método à Teoria	41
3.2 A Lente da TMD	47
3.2.1 Dialética da Circulação: A Transferência de Valor.....	53
3.3 O Mecanismo Central da Dependência: A Superexploração do Trabalho.....	57
3.4 Padrões de Reprodução do Capital: Do Modelo Tecnológico-Industrial à Consolidação do Padrão Exportador de Especialização Produtiva.....	60
3.5 A Materialidade da Dependência no Brasil: Especialização Regressiva, Superexploração e Dominância Financeira	70
3.6 Resumo do capítulo	82
4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DEPENDÊNCIA: A INSERÇÃO HISTÓRICA DO MARANHÃO NA ECONOMIA CAPITALISTA.....	84
4.1 O Maranhão na Divisão Internacional do Trabalho: do Período Colonial ao Ciclo do Algodão	84
4.2 Hegemonia Oligárquica e o Cativo da Terra: o Maranhão entre a crise do Algodão e o Extrativismo do Babaçu.....	91
4.3 A abertura para a Dependência Contemporânea: modernização conservadora e os novos enclaves Exportadores.....	95

4.4 Resumo do Capítulo	102
5. O MARANHÃO NO PADRÃO EXPORTADOR: ESTRUTURA, DEPENDÊNCIA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS	104
5.1 A Materialidade do PEEP em Solo Maranhense: Indicadores e Fluxos	104
5.1.1 O Eixo Mineral-Logístico: circulação, infraestrutura e realização do valor	109
5.1.2 O Eixo da Soja (MATOPIBA): expansão territorial, despossessão e especialização produtiva.....	111
5.1.3 Indústria de enclave: intensificação produtiva, baixo encadeamento e dependência estrutural	115
5.2 Mediações Concretas: O Papel do Estado, da Logística e do Capital Financeiro	118
5.3 Consequências Sociais: Pobreza, Conflitos Agrários e Trabalho Escravo	122
5.3.1 Pobreza e desigualdade socioespacial	122
5.3.2 Conflitos agrários e violência no campo	125
5.3.3 Trabalho escravo contemporâneo e superexploração do trabalho.....	128
5.4 Síntese da Hipótese: O Maranhão como Espelho da Dependência Nacional.....	131
5.5 Resumo do capítulo	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

O Maranhão, outrora apontado pela historiografia econômica como uma das províncias mais ricas do Brasil, responsável por significativa arrecadação de impostos e detentor de elevada renda *per capita* durante os períodos colonial e imperial, na atualidade carrega uma marca persistente de pobreza, frequentemente sintetizada no chavão “subdesenvolvimento”. Este, assim como seu antônimo, tem sido utilizado de forma acrítica, servindo como muleta explicativa para análises que se furtam a investigações mais profundas acerca das razões das desigualdades e das formas de desumanização produzidas no âmbito da materialidade das relações sociais (Rolim Filho, 2016).

Sem maiores problematizações, a posição de unidade da federação mais subdesenvolvida tende a ser tratada como uma espécie de identidade do estado do Maranhão, como se houvesse uma equivalência natural entre território e miséria (miséria porque é Maranhão e vice-versa). Tal percepção é reforçada pelos recorrentes destaques dados pelos meios de comunicação à vulnerabilidade social do estado, frequentemente baseados em estudos socioeconômicos que, embora relevantes, nem sempre interpretam esses dados em termos históricos, estruturais e relacionais.

Desse modo, proliferam conclusões de caráter voluntarista, que vão desde a atribuição do problema à má gestão pública e à ausência de mercado, frequentemente associadas à precariedade da infraestrutura, à baixa formalização econômica e à limitada capacidade administrativa do Estado, até explicações centradas na falta de vontade política ou de representatividade (Gazeta do Povo, 2023; Maranhão, 2024). Nesse enquadramento, constrói-se a ideia de uma realidade inescapável, cuja superação dependeria exclusivamente da ampliação de políticas públicas e da inserção mercantil como mecanismos de mitigação das mazelas sociais. Simultaneamente, espera-se que tais iniciativas consigam enfrentar interesses de natureza estrutural, vinculados a agentes econômicos nacionais e internacionais que, em geral, não incorporam a população local de forma positiva em seus processos de acumulação, mas a submetem à desposseção, à degradação ambiental e a outras formas de espoliação.

Contudo, embora o fator político-administrativo possua relevância, restringir a análise a esses elementos implica reduzir uma realidade complexa a um plano explicativo simplificado. Tais interpretações desconsideram que a realidade social é produto de determinações históricas e estruturais, resultantes da própria dinâmica das relações sociais de produção. Nessa perspectiva, a ação humana é esvaziada de sua dimensão histórica e

contraditória, sendo reduzida a uma postura meramente reativa diante de uma ordem apresentada como inexorável. Ademais, essas abordagens tendem a ignorar contradições fundamentais, especialmente aquelas vinculadas à forma de inserção subordinada do território na dinâmica de acumulação capitalista.

Logo, em um plano mais fundamental, desconsiderar a essência prática da humanidade, isto é, sua capacidade de transformar e produzir a própria realidade, implica reduzir a existência humana a uma dimensão meramente biológica. Diferentemente dos demais animais, cujas formas de vida permanecem condicionadas a ciclos instintivos relativamente estáveis, os seres humanos desenvolvem, por meio de sua interação com a natureza, a capacidade de produzir conhecimento e transformar as condições de sua existência. Ignorar essa dimensão implica obscurecer o caráter histórico e social das desigualdades.

Sob essa ótica, acreditar em uma harmonia espontânea promovida pelas políticas públicas, cujo financiamento, em grande medida, se articula aos próprios mecanismos que reproduzem as desigualdades, equivale a aceitar essa saída como um dado natural. Assim como os demais seres vivos assimilam as estações do ano como um fato da natureza, também se passaria a conceber a ordem social como inevitável. Com isso, apaga-se a essência social dos problemas, reduzindo-os a manifestações superficiais de uma realidade não problematizada.

À vista disso, a ascensão de um governo estadual progressista em 2015 trouxe a expectativa de ruptura com a hegemonia oligárquica e com o chamado “modelo político do atraso” (Guilhon, 2007). Iniciativas como o programa Mais IDH, instituído pelo Decreto nº 30.612/2015 e posteriormente tornado política permanente em 2021, buscaram enfrentar desigualdades históricas, especialmente no meio rural (Maranhão, 2021). Contudo, apesar de avanços pontuais em alguns indicadores (Falcão, 2020), o estado continua apresentando elevados níveis de vulnerabilidade social, acompanhados pelo agravamento de conflitos no campo.

Em 2021, o Maranhão registrou o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do país, com valor de 0,676, ocupando a última posição entre as unidades federativas (IBGE, 2021). A diferença em relação a Alagoas, penúltima colocada, foi de 0,008 pontos. Complementarmente, o índice de Gini atingiu 0,487 em 2024, segundo dados da PNAD Contínua (IBGE), representando uma redução em relação ao ano anterior, mas ainda mantendo o estado entre aqueles com maior concentração de renda do país. Apesar desse avanço, os níveis de desigualdade permanecem elevados, situando-se próximos à média

nacional, o que, considerando o histórico brasileiro de concentração de renda, revela a profundidade do problema.

Levantamentos recentes realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não permitem ao bom senso negar a natureza objetiva da pobreza ainda presente no Maranhão. O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* em 2024 permanece como o mais baixo do país; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos finais do ensino fundamental, posiciona o estado na 22ª colocação entre as unidades da federação; além disso, o Maranhão abriga a oitava maior favela do Brasil. Soma-se a esse quadro o fato de que, em 2023, 12,2% da população vivia em situação de extrema pobreza, mesmo após uma redução em relação a 2022, quando o percentual era de 15% (IBGE, 2022).

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) reforça esse diagnóstico. Embora mais de 195 mil pessoas tenham saído da extrema pobreza entre 2022 e 2023, 51,6% da população ainda vive abaixo dessa linha. Destacam-se negativamente regiões como o Litoral e a Baixada Ocidental, onde mais de 63% da população encontra-se em situação de pobreza. Estima-se que cerca de 3,6 milhões de maranhenses vivam com renda insuficiente para suprir necessidades básicas, mantendo o estado entre os piores do país nesse indicador (IBGE, 2023). Tal realidade se expressa de forma ainda mais aguda entre crianças e adolescentes, dos quais aproximadamente 88,6% são considerados pobres, em razão do acesso limitado ou precário a direitos fundamentais, como educação, moradia, saneamento e informação.

Cabe ressaltar, ainda, que o Maranhão figura entre os estados com maior concentração, retenção e distribuição de mão de obra em condições análogas à escravidão, segundo levantamento do Ministério Público do Trabalho no Maranhão, com base no Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT), no período de 2003 a 2021 (Pires, 2021). Outra dimensão relevante da realidade socioeconômica estadual refere-se aos conflitos agrários, decorrentes, sobretudo, de disputas territoriais. Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Maranhão ocupou, em 2022, a terceira posição nacional em número de conflitos no campo, com mais de cem ocorrências e sete mortes, afetando principalmente comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais (CPT, 2023).

De acordo com levantamentos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), esses conflitos têm, em sua maioria, como fator gerador interesses econômicos vinculados à produção de commodities, como a pecuária, a monocultura, a exploração madeireira e atividades ligadas aos setores energético e mineral. Nesse contexto, destaca-se a expansão do agronegócio na fronteira agrícola do MATOPIBA, que abrange áreas do Maranhão,

Tocantins, Piauí e Bahia. Essa região tem se consolidado como estratégica para o cultivo de soja, milho e algodão, em função de vantagens locais, como a proximidade com portos de exportação e a predominância de relevo plano ou suavemente ondulado, favorável à mecanização em larga escala.

Essas condições ampliam a pressão sobre territórios tradicionalmente ocupados por pequenos agricultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, intensificando disputas fundiárias e práticas de violência, tais como ameaças, expulsões e o uso indiscriminado de agrotóxicos (SMDH, 2025).

Mas a presença de miséria não corresponde necessariamente à incapacidade do Maranhão em produzir, adquirir e escoar mercadorias. Em 2024, as exportações do estado atingiram US\$ 5,6 bilhões entre janeiro e dezembro, consolidando-se como o segundo maior exportador do Nordeste (IMESC, 2024). As importações também apresentaram um nível elevado, estimadas em torno de US\$ 4,0 bilhões em 2024 (IMESC, 2024). Esse nível de comércio externo evidencia uma considerável capacidade produtiva associada à avançada infraestrutura portuária (por exemplo, o terminal localizado em São Luís), bem como à presença de investimentos relevantes de multinacionais em setores como energia, mineração e infraestrutura (por exemplo, no complexo de alumina-alumínio). Além disso, para o ano de 2022, o Maranhão ocupou cerca de 1,4% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, posicionando-se como a 15ª economia do país entre as 27 unidades federativas (IBGE, 2022).

O aparente paradoxo entre a presença de riqueza e a prevalência da miséria está diretamente relacionado às mudanças históricas nos padrões de acumulação. No caso do Maranhão, essa contradição se aprofunda pelo fato de o estado não apenas participar da produção de riqueza, mas também desempenhar um papel estratégico como corredor logístico de escoamento de mercadorias e, portanto, de realização de valor, articulado às cadeias nacionais e internacionais. Tais padrões são definidos em escala mais ampla, no contexto da economia nacional e de sua inserção no mercado mundial. Desse modo, a contradição observada não pode ser explicada por uma suposta incapacidade inerente, por fatores acidentais ou por desvios institucionais passíveis de correção pontual. Trata-se, antes, de uma dinâmica estrutural, inscrita na forma dependente de inserção do território na lógica de acumulação capitalista.

Ademais, a riqueza gerada nos períodos colonial e imperial, sustentada pelo trabalho escravo, não se convertia em liberdade ou bem-estar coletivo. Portanto, essa contradição entre o crescimento econômico seletivo e a persistência da pobreza ilustra o funcionamento de uma

economia onde a produção e circulação de riqueza se apoia e se sustenta em sua própria negação: a carência. Isso ocorre no âmbito de uma sociedade definida por classes e por sua relação com a reprodução material. Nesse escopo, encontra-se a raiz das desigualdades presentes na formação socioespacial maranhense contemporânea (Burnett, 2016).

A suposta identidade de subdesenvolvimento atribuída a esse estado, entretanto, deve ser compreendida como expressão concreta de contradições estruturais de ordem material relacionadas à forma de reprodução do capitalismo nacional, precisamente a forma histórica atual de padrão de reprodução do capitalismo dependente: o "Padrão Exportador de Especialização Produtiva", concretizado em sua espacialidade social (Marx, 2008).

À vista disso, esta dissertação tem como objetivo central analisar como a participação do Maranhão na reprodução do capital, em escala nacional e internacional, condiciona e tensiona o seu quadro de subdesenvolvimento. Parte-se do entendimento de que tal condição não pode ser explicada por fatores isolados ou conjunturais, mas deve ser compreendida à luz das determinações estruturais que configuram a participação dependente do território na dinâmica de acumulação capitalista.

Para alcançar esse objetivo, a investigação orienta-se pelas seguintes questões: como se configura o Padrão Exportador de Especialização Produtiva no Brasil contemporâneo e quais são seus desdobramentos para as formações regionais periféricas? De que modo esse padrão se materializa no Maranhão, a partir de seus eixos estruturantes e de sua inserção nas cadeias de valorização? Quais são as mediações concretas que viabilizam e estruturam essa dinâmica? Em que medida essa forma de inserção está associada à superexploração do trabalho? E como suas consequências sociais se expressam no território, particularmente na forma de pobreza, conflitos agrários e trabalho escravo contemporâneo?

Para responder a essas questões, a pesquisa adota como método de análise a perspectiva do materialismo histórico-dialético, cuja fundamentação filosófica e ontológica permite apreender a realidade como uma totalidade concreta, historicamente determinada e atravessada por contradições. Trata-se de uma abordagem de caráter qualitativo, ancorada na tradição de Karl Marx e operacionalizada por meio das categorias da Teoria Marxista da Dependência.

Os procedimentos metodológicos envolvem o levantamento bibliográfico, com ênfase nas categorias centrais do materialismo histórico-dialético, da Teoria Marxista da Dependência e do padrão de reprodução do capital, bem como a análise documental, a partir de dados produzidos por instituições como o IBGE, a Comissão Pastoral da Terra e outros organismos oficiais. Tal articulação entre teoria e empiria busca reconstruir, no plano do

pensamento, a estrutura relacional do objeto investigado, permitindo apreendê-lo não como um conjunto fragmentado de fenômenos, mas como expressão de uma totalidade social em movimento.

A pesquisa orienta-se pela concepção metodológica de totalidade concreta, entendida como uma unidade de múltiplas relações hierarquizadas e em movimento, em oposição a uma noção de completude que apreende os fenômenos sociais como uma soma estática, indiferenciada e fechada de elementos. Nessa perspectiva, a primazia analítica conferida ao Padrão de Reprodução do Capital e à superexploração do trabalho justifica-se por reconhecê-los como momentos estruturalmente determinantes que, em última instância, conferem regularidade ao quadro social analisado, sem, contudo, anular a complexidade e a relativa autonomia das demais esferas da vida social.

A base material constitui, portanto, um elemento fundamental da totalidade social, na medida em que expressa as condições de reprodução da vida. Entretanto, ela não se apresenta de forma isolada, mas em permanente interação com outras dimensões da realidade social. Essas dimensões, usualmente compreendidas no âmbito da superestrutura, englobam os fenômenos políticos, jurídicos e ideológicos, os quais possuem desenvolvimento relativamente autônomo e exercem influência retroativa sobre a própria estrutura econômica. Assim, tais fenômenos são tratados nesta pesquisa como mediações necessárias, responsáveis por articular a estrutura fundamental às suas formas concretas de manifestação, sem que se incorra em uma leitura reducionista que atribua à lógica econômica do capital a explicação exclusiva de todas as expressões da realidade social.

Nesses termos, a dissertação se organiza de modo a articular os diferentes níveis de análise requeridos pela investigação. Inicialmente, são apresentados os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa, com ênfase na tradição do materialismo histórico-dialético e na centralidade da categoria de totalidade. Em seguida, desenvolve-se o referencial da Teoria Marxista da Dependência, destacando as categorias analíticas que permitem compreender a especificidade da inserção periférica no capitalismo contemporâneo.

A partir desse arcabouço, procede-se à reconstrução da formação socioespacial do Maranhão, evidenciando sua inserção histórica na divisão internacional do trabalho e os processos que conduziram à consolidação de uma dinâmica dependente. Por fim, a análise empírica concentra-se na materialidade do Padrão Exportador de Especialização Produtiva no estado, mapeando a atuação das mediações concretas, particularmente o Estado, a logística e o capital financeiro, demonstrando como esse padrão de acumulação se articula às suas

principais consequências sociais, expressas na persistência da pobreza, nos conflitos agrários e na reprodução do trabalho escravo contemporâneo.

2 O MÉTODO EM MARX: DA ABSTRAÇÃO AO CONCRETO PENSADO

2.1 Fundamentos Ontológicos: A Concepção Materialista-Dialética da Realidade

Toda iniciativa intelectual cujo objetivo consiste no conhecimento de aspectos do mundo está baseada em princípios definidores da sua concepção de realidade. Essa fundamentação é determinante para esclarecer tanto a possibilidade quanto o modo de conhecê-lo. Nesses termos, a elaboração teórica marxiana para o entendimento da sociedade burguesa está baseada na noção pela qual a realidade é fundamentalmente material.

Mas essa perspectiva não adveio de um mero exercício de arbitrariedade criativa, nem de uma afirmação ingênua baseada no senso comum de que "o existente é o perceptível", pelo contrário, seguiu uma superação crítica do materialismo mecanicista e da concepção de realidade fundada na tradição filosófica idealista, mais precisamente do litígio teórico de Marx com Hegel, resumível na questão fundamental de toda filosofia expressa por Engels (2024, pg. 46) na seguinte passagem: “O que é primordial, o espírito ou a natureza? Deus criou o mundo ou ele existe desde sempre?” (Paulo Netto, 2011).

As filosofias baseadas na noção de precedência do espírito sobre a natureza estão vinculadas ao idealismo. As materialistas, ao contrário, são as filosofias procedentes da premissa na qual a natureza é anterior ao espírito. Essa oposição é o determinante de um dos confrontos teóricos relevantes da história da filosofia. (Poltzer, 1986).

Ao longo da trajetória humana, as visões idealistas a respeito do mundo foram hegemônicas. Apesar de suas diferentes versões (de Parmênides a Platão, passando pela Idade Média e ganhando nova forma nos racionalistas modernos, até atingir seu auge no idealismo alemão do século XVIII), todas mantêm um ponto de contato: a noção de que forças transcendentais determinam a individualidade e a coletividade (Lessa, 2025). O "espírito", nesse contexto, é compreendido como algo fora da natureza e das relações sociais que condiciona a vida humana, sem, contudo, ser determinado por ela, sendo-lhe anterior.

A predominância do idealismo, bem como sua riqueza em formulações em relação ao materialismo, possui raízes históricas que podem ser segmentadas em duas frentes: a mítica-religiosa e a socioeconômica, ligada à separação entre trabalho manual e intelectual. Em certo momento da sua evolução, os seres humanos mantinham uma dependência mais direta com a natureza para sobreviver (Lessa; Tonet, 2011). Isso os fez constatar uma certa ordem no mundo (dias, noites, mudanças do clima, etc.). A tentativa de explicar tal ordem, bem como a

sua manutenção, apesar da ignorância sobre si mesmo e sobre a natureza, deu origem às mitologias nas quais forças sobrenaturais regiam os eventos ao seu redor (Lessa, 2025).

Aliado a isso, está a crença em uma dupla existência por conta dos sonhos, levando-os a conceber algo além da sua materialidade: a alma. Desse processo, as religiões ganham forma e encabeçam uma das dimensões do predomínio do idealismo (Engels, 2024)

O segundo condicionante para essa hegemonia está relacionado com o surgimento das sociedades de classe (Lessa; Tonet, 2011). Para sobreviver e evoluir, os seres humanos precisam manter um constante metabolismo com a natureza, mas além disso, pela constituição física e orgânica limitada em relação a outros seres naturais, os quais conseguem sobreviver em relativo estado de isolamento, os humanos precisam viver em comunidade (Hunt; Sherman, 1994).

A constituição comunal permitiu a espécie humana subdividir tarefas, por isso, satisfazer de forma progressivamente eficaz as suas necessidades (proteção, alimentação, vestimenta, entre outros) (Hunt; Sherman, 1994). A revolução neolítica e a evolução técnica foram um dos desdobramentos importantes desta constituição, pois propiciaram um certo grau de domínio sobre a natureza, implicando numa melhor capacidade produtiva (Lessa, 2025).

Tal circunstância permitiu a produção de excedentes, em outras palavras, um número menor de membros conseguia produzir o suficiente para sustentar toda sociedade. Devido a isso, uma porção restrita dos indivíduos pôde se livrar das atividades produtivas direta, garantindo a sua subsistência por meio da produção efetivada pelos demais, originando assim as classes sociais e a exploração do trabalho (Hunt; Sherman, 1994).

Essa classe ociosa, ao se encontrar desobrigada de produzir, passou a dedicar-se à função de organização da sociedade refletida no Estado, na política e na elaboração de valores, construindo todo um aparato ideológico para justificar as relações sociais de exploração. Em síntese, instaurou a separação entre trabalho intelectual e manual. Finalmente, em uma sociedade de classes, o poder está vinculado à capacidade de concentrar riqueza e isso é assegurado por meio da exploração do trabalho. No entanto, os explorados só sustentam essa estrutura desigual quando subjugados pela violência (evidente ou oculta) instaurada por meio do Estado, valores e ideais estabelecidos pela classe dominante (Engels, 2021).

Nesses termos, a sociedade de classe aparece como um produto das atividades intelectuais da classe exploradora. A atividade de administração da política, da religião e do direito cria a impressão de que são os projetos racionais da classe dominante que dão forma a sociedade (Lessa; Tonet, 2011). Por essa razão, a hegemonia do idealismo seguiu até meados do século XIX. Afinal, a máxima de que são as ideias o fator determinante para os fenômenos

mundanos e sociais, era um instrumento ideológico eficaz para manutenção das relações desiguais fundadas na exploração (Lessa, 2025).

Apesar da prevalência do idealismo, as vertentes filosóficas apoiadas no reconhecimento da natureza como realidade eterna e prévia à consciência humana desenvolviam-se às sombras de sua antítese. Até o século XVIII, a história do materialismo descreve as tentativas de conceber a natureza e a história humana como elas são, sem interferência de preconceções, porém, dando vazão a um materialismo inconsequente e ambíguo, incapaz de romper por completo com as influências do pensamento idealista (Politzer, 1986).

Os pré-socráticos, por exemplo, conceberam um universo de átomos, mas não superaram a dicotomia corpo-alma. Mais tarde, mesmo a virada empírica de Francis Bacon e o rigoroso materialismo de Thomas Hobbes não escaparam de uma visão mecanicista da matéria, herdando uma concepção de natureza passiva que, em última instância, ainda abria espaço para um "primeiro motor" ou uma ordem racional imposta de fora (Lessa; Tonet, 2011; Politzer, 1986).

O desenvolvimento do idealismo e do materialismo é indissociável do conflito filosófico gerado em torno da relação entre o ser e o pensamento, destacado por Engels, mas também está fortemente relacionado ao avanço das forças produtivas e das ciências, fornecedoras do pano de fundo histórico e material para esse embate processual (Engels, 2024).

A interação desses fatores, limitada pelo estágio evolutivo de cada um em suas respectivas épocas, encaminhou à consolidação de suas duas tendências principais: ou se concebia o mundo como atividade unilateral da consciência, logo a história como a síntese da confrontação de ideias, ou se compreendia os humanos como extensão direta e imediata da natureza, embora dotados de uma essência imutável não relacionada às suas próprias ações, refletindo a falta de um entendimento pleno sobre o que articula e diferencia o ser humano da natureza (Lessa; Tonet, 2011).

No final do século XVIII e início do século XIX, esse longo debate atingiu um estado relevante de amadurecimento, manifesto nas duas vertentes mais influentes dessa trajetória: o idealismo alemão e o materialismo francês (Lessa; Tonet, 2011). A concepção dos seres humanos como decorrência imediata e direta da natureza encontrou sua expressão máxima nesse materialismo iluminista. Por reduzir o homem e a sociedade a uma máquina complexa, regida por leis naturais fixas, levou ao extremo a ideia da matéria passiva (Politzer, 1986).

Mesmo com um sofisticado grau de elaboração, o materialismo francês iluminista não conseguiu ultrapassar uma concepção mecanicista e linear da realidade. Essa abordagem se mostrava insuficiente para compreender as transformações sociais cada vez mais evidentes no desenrolar histórico. Seu pressuposto central (tudo é matéria) levava à conclusão de que até mesmo as ideias seriam segregadas pela matéria, “tal como o pâncreas segrega a insulina”. (Politzer, 1986).

A partir dessa premissa, a história passou a ser interpretada como resultado de um movimento mecânico regido por leis naturais imutáveis. O mecanicismo sustentava que todos os fenômenos podiam ser decifrados pelo deslocamento local da matéria. Assim, os processos sociais seriam consequência direta de interações físico-químicas, como se as leis que regem a sociedade fossem idênticas às da natureza (universais, invariáveis, externas à ação humana). (Lessa; Tonet, 2011).

Ao reduzir a ação humana a forças orgânicas submetidas a estruturas naturais, o mecanicismo formulava uma ideia de natureza humana como essência fixa (anterior à prática social, permanente e considerada fundamento da sociabilidade). Essa concepção instaurava uma contradição evidente. A natureza, nesse modelo, é matéria (tudo o que existe objetivamente e se distingue do sujeito) mas também aparece como essência, algo que antecede e determina a própria matéria (Lessa, 2025).

Essa incoerência revela um desvio idealista: ao tentar explicar o humano exclusivamente pela matéria, o mecanicismo recorre a uma essência que escapa à lógica materialista que pretende sustentar. O resultado é uma concepção histórica em termos de uma crônica linear, sem rupturas ou sínteses. Se tudo se explica pela matéria, de onde viria essa natureza humana que se manifesta na sociabilidade?

Essa contradição está presente nas obras de Holbach e Helvétius, pensadores centrais do século XVIII. Ao abordar as mudanças sociais, afirmavam que o ser humano é produto do ambiente, inclusive suas ideias. Em seguida, sustentavam que o ambiente, com todas as suas qualidades, resulta das opiniões. Ao atribuir às ideias um papel ativo e ao ser humano uma posição passiva na constituição da realidade social, criavam um impasse: se a causa da organização social não está ao alcance da ação humana, qual seria sua origem? Seria transcendente? (Plekhanov, 1947).

Essa dificuldade decorre de uma apreensão unilateral da realidade, influenciada pela mecânica newtoniana, a ciência mais desenvolvida à época, cujo método se limitava à descrição das trajetórias dos corpos e suas interações. A matéria era vista como passiva, incapaz de gerar movimento por si mesma. O deslocamento, nesse modelo, dependia de um

agente externo, um primeiro motor, e, uma vez iniciado, ocorria de forma periódica e circular, sem transformação qualitativa (Engels, 2015).

Nas tentativas de explicar o movimento histórico com base nesse método, Holbach e Helvétius acabaram atribuindo à suposta natureza humana o papel de motor inicial, invertendo a lógica materialista ao conferir primazia às ideias, sem esclarecer a sua origem. O processo histórico, assim concebido, deixava de ser transformador e passava a ser mero deslocamento mecânico, sem contradições, sem criação, sem ruptura (Plekhanov, 1947).

Esse impasse não se limitou aos autores iluministas, pois também se manifestou em correntes posteriores que, embora tenham buscado incorporar elementos históricos concretos, acabaram reproduzindo contradições semelhantes. Foi o caso dos historiadores da restauração francesa. Apesar de avançarem ao se afastarem da visão de que as ideias transcendentais governam o mundo, suas análises esbarraram em limites conceituais (Plekhanov, 1947).

O mérito de seus estudos está na observação da centralidade das lutas de classe como fator decisivo nas transformações sociais, resultado direto da investigação sobre a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Além disso, demonstraram como as relações de propriedade constituem a base da institucionalidade política e moral. No entanto, seus avanços cessaram nesse ponto. Incapazes de explicar a origem dessas relações, recorreram à tese de uma natureza humana desvinculada da prática social, recaindo, assim, em uma formulação idealista (Plekhanov, 1947).

O fracasso do materialismo francês do século XVIII em superar as amarras idealistas, por não conseguir explicar as transformações sociais desde os seus próprios fundamentos é um fato revelador. Demonstra a manutenção do pensamento idealista, apesar dos avanços do materialismo calcados no desenvolvimento da física newtoniana.

A força do idealismo residia em sua capacidade de funcionar como o reflexo ideológico imediato das relações sociais, conforme já foi demonstrado. Essa eficácia era possível devido à ausência, ao longo do tempo, de uma compreensão mais elaborada das especificidades da humanidade. Como consequência, acabava-se por atribuir às ideias o papel de motor da história (Cordón; Martínez, 2014).

O ápice do idealismo alemão ocorreu sob o cenário das revoluções industrial e francesa. Esses acontecimentos foram matéria-prima crucial para reforçar a explicação da história, da sociedade e do mundo enquanto realizações da razão (Marcondes, 2007). Para Hegel, em particular, esses eventos eram a prova factual de que a história não é um acaso, mas um processo consciente no qual a racionalidade humana se realiza. A influência desse

marco histórico foi decisiva para o estabelecimento do auge idealista na sua condição de filosofia madura e modelar de interpretação da realidade (Singer, 2012).

A caminhada até o ápice do idealismo começa pela tentativa de superação da crise instaurada pelo ceticismo de Hume. A filosofia kantiana está centrada na questão de como conhecer, em resposta a essa crise. Portanto, antes de poder fazer qualquer afirmação sobre a natureza da realidade ("o ser"), Kant precisava primeiro estabelecer os fundamentos e os limites da razão (Marcondes, 2007).

O conhecimento, para Kant, inicia-se necessariamente pelos sentidos, mas estes, por si só, não são suficientes para garanti-lo. Embora os dados sensoriais se refiram às coisas, as sensações são estruturadas pelo sujeito; em outras palavras, elas nos dizem como percebemos o mundo, não como ele é em si mesmo (Marcondes, 2007).

O conhecimento, por isso, só se constitui na síntese entre os dados fornecidos pela sensibilidade e as estruturas do entendimento: primeiramente, toda experiência é organizada pelas formas *a priori* da sensibilidade (tempo e espaço). Em seguida, esses dados já organizados são conceituados pelas categorias *a priori* do entendimento, como a de causalidade (Pascal, 2005).

A resultante dessa epistemologia, sem negar a existência da matéria, é uma cisão fundamental da realidade. De um lado, o mundo fenomênico, o único acessível à cognição humana por ser moldado por nossas próprias estruturas mentais. De outro, o mundo numênico, a "coisa-em-si", que, por existir para além dessas estruturas, permanece como um horizonte pensável, mas fundamentalmente incognoscível. A razão kantiana, portanto, alcança o mundo das aparências, mas é limitada porque é incapaz de alcançar o ser (Marcondes, 2007).

Hegel constrói sua filosofia em busca de superar esse dualismo, pois, segundo o autor, admitir a existência de algo e, ao mesmo tempo, postular a incapacidade da razão de acessá-lo seria uma contradição em termos. Seu primeiro movimento para lograr essa tarefa foi estabelecer uma redefinição ontológica da própria realidade (Nóbrega, 2011).

O conceito hegeliano de realidade pode ser definido em uma de suas frases mais icônicas: "O que é racional é real; e o que é real é racional" (Hegel, 1997, p. 31). Essa máxima expõe a noção pela qual a essência da realidade é de natureza racional. A realidade, em suas diferentes formas, não é mais do que uma expressão da ideia. A tese ontológica traz consigo a epistemológica: se a realidade é manifestação do espírito, este se apreende não apenas como substância, mas também como sujeito (Nóbrega, 2011).

A verdadeira realidade para Hegel não é uma substância estática e isolada, mas sim a totalidade de um processo relacional. Nesse processo, o sujeito se exterioriza como objeto para, em seguida, reconhecer-se nele e retornar a si mesmo em uma autoconsciência mais elevada. Assim, a realidade não é a união de dois polos distintos, mas a jornada do espírito se descobrindo no mundo (Singer, 2012).

Em virtude disso, a história para Hegel não é uma mera crônica, mas o processo de autodesenvolvimento do Espírito. O movimento histórico e suas transformações são a manifestação de um processo racional. O sentido da história, nesses termos, é o progresso da consciência rumo à liberdade, que culmina no reconhecimento do espírito de si mesmo (autoconsciência) (Córdon; Martínez, 2012).

De tal modo, a realidade não é uma substância estática a ser conhecida, mas é, em si mesma, o movimento incessante do Espírito se exteriorizando na natureza e na história para alcançar a consciência de si. Em termos práticos, é o ato do indivíduo se reconhecer nas instituições (a família, a sociedade civil, o Estado), assimilando-as como racionais e objetivamente criadas por ele mesmo (Hegel, 1992).

A contradição, originada da interação entre o Espírito e um mundo material ainda não adequado à sua plena liberdade, move o processo histórico. Esse embate impulsiona o Espírito de um estágio a outro, dando vazão à lógica do movimento objetivo pelo qual a humanidade evolui (Singer, 2012).

Se em Kant a realidade não acessível era um limite, em Hegel o ato de poder pensá-la reflete o seu próprio modo de ser: um processo contínuo de aprimoramento e autoconhecimento do Absoluto. Desta feita, a realidade se define como o processo de constante aprimoramento do Espírito, e a história humana é a manifestação visível dessa lógica ideal (Córdon; Martínez, 2012).

A sociedade moderna foi um momento de síntese dessa lógica, resultante das revoluções burguesas, estabelecendo uma nova relação entre o indivíduo e o todo, analisada por Hegel. Essa sociedade é composta por dois momentos distintos: a sociedade civil, esfera do egoísmo particular, e o Estado, esfera da ética universal. Na sociedade civil, a essência do indivíduo burguês (mesquinha, egoísta e acumuladora) se exterioriza ao encontrar sua correspondência direta nas instituições do mercado e da concorrência.

Ao buscarem acumular riqueza através de aquisições privadas, os indivíduos geram um dinamismo promotor da prosperidade material. No entanto, a liberdade puramente individualista da sociedade civil descambava na desarmonia. Para se realizar plenamente, ela necessita de universalização por intermédio da lei e da vida comunitária (Lessa, 2025).

É o Estado que opera essa totalização, logrando uma síntese entre o interesse particular e a necessária universalização, afinal a razão é o absoluto, ou seja, concilia essas instâncias dentro de uma totalidade ética superior. Por isso, o Estado seria instância superior e morada da ética. A instauração desse Estado racional, portanto, seria o ponto de chegada da história, não para afirmar o egoísmo burguês, mas para superá-lo e reconciliá-lo (Singer, 2012).

A sociedade moderna seria o reino da racionalidade por fazer existir uma harmonia entre as escolhas dos indivíduos e as necessidades da sociedade como um todo, afinal a liberdade subjetiva havia organizado o mundo objetivo de acordo com sua finalidade. “A ideia de liberdade teria se tornado uma realidade e a história universal atingido a sua meta” (Singer, 2012, p. 37).

O idealismo e o materialismo mecanicista superdimensionavam, cada um a seu modo, um aspecto da realidade. As ideias são, certamente, importantes para os desdobramentos do mundo, mas não surgem do nada. Simetricamente, a matéria consiste na dimensão fundamental da realidade, mas era preciso apontar seu ponto de articulação com as ideias, deixando de encará-la como a manifestação passiva de uma essência humana fixa e a-histórica. São esses os dois polos da contradição que Marx se propôs a superar.

A consolidação do capitalismo trouxe consigo uma miríade de contradições. A principal delas era o fato de que, pela primeira vez na história, a humanidade produzia uma abundância de bens sem precedentes, ao mesmo tempo em que se observava o alastramento da miséria na classe que tudo produzia: o proletariado. Nesses termos, a emancipação humana não havia alcançado a universalidade, e a ordem social se revelava profundamente irracional (Paulo Netto; Braz, 2012).

Era preciso, portanto, questionar os próprios fundamentos dessa ordem, onde o “reino da liberdade” era, na prática, a liberdade de uns poucos acumularem riqueza e poder (Engels, 2010). A crítica de Marx se inicia pela filosofia hegeliana, justamente por ser esta a mais madura interpretação da realidade e, ao mesmo tempo, “a consumação teórica e ideológica do mundo burguês”. Contudo, a própria consolidação do capitalismo revelou a impotência do idealismo hegeliano diante da nova situação histórica (Cordón; Martínez, 2014).

Marx herda de Hegel a visão do mundo como um processo em contínua transformação, movido pelo conflito. Seu objetivo, no entanto, era estabelecer como as ideias e as condições objetivas se articulam para que os seres humanos façam a sua própria história. A Revolução Industrial demonstrou que a humanidade já não era integralmente dependente da

natureza, enquanto a Revolução Francesa mostrou que as ideias possuem força material (Lessa, 2025).

Chegara o momento de formular a tese central do materialismo histórico: os homens são os artífices de sua própria história, não a partir de uma essência fixa ou de uma ideia preexistente, mas através da transformação da realidade natural. Ao transformar o mundo, a humanidade transforma a si mesma e se faz humana (Marx, Engels, 2007).

Portanto, os seres humanos não são uma mera extensão da natureza, tampouco sua história é um processo de autodesenvolvimento do Espírito. A história é uma síntese dialética entre homem e natureza, na qual a dimensão material é primordial. Afinal, a matéria é anterior à consciência, não existe Espírito sem um cérebro, e as ideias são, em última instância, a expressão consciente da prática material que as origina (Politzer, 1986).

Em Marx, o conceito filosófico de matéria não se limita ao físico ou corpóreo, mas define uma qualidade fundamental de existência: a objetividade, algo independentemente de qualquer consciência ou demais percepções sensoriais, existindo por si mesmo. Isso implica, portanto, que mesmo aquilo não captado diretamente pelos sentidos humanos é material, na medida em que sua existência se revela através de sua relação com a matéria perceptível, a exemplo de um campo eletromagnético (Engels, 2024).

O aspecto relacional revela o modo de ser da materialidade. A existência material é indissociável de sua condição de movimento ou mudança permanente, pois é inescapável a ela exercer e receber influências desde suas propriedades inerentes. A causa dessa dinâmica não vem de algo para além de seu campo de existência (Engels, 2015).

Tendo isso em vista, o próprio pensamento é compreendido não como uma entidade transcendente, mas como o resultado de uma longa evolução da matéria e de sua organização em formas de altíssima complexidade.

Se a condição inerente da objetividade é a transformação que, por sua vez, pressupõe uma cadeia de influências, a realidade é, fundamentalmente, um infinito e dinâmico sistema de relações, não uma coleção de coisas isoladas (Osorio, 2025). A natureza dessas relações é caracterizada pela tensão interdependente, não linear e tampouco harmoniosa. A biologia exemplifica esse fato através da reiterada oposição entre vida e morte nos processos de renovação celular dos sistemas orgânicos. Na física, o equilíbrio dinâmico demanda forças opostas etc (Engels, 2015).

A tensão fomenta o movimento, mantendo a realidade em constante transformação. Nesse sentido, a dialética revela-se um elemento imprescindível para a compreensão do mundo no contexto marxista, por constituir o modo de pensar a realidade enquanto estrutura

relacional, lógica e contraditória, dinamizada pelo conflito. É algo presente na realidade, não imposto desde fora (Engels, 2015).

2.1.1 Ontologia do ser social

Diante desse entendimento, impõem-se algumas indagações fundamentais: no que consiste esse momento prático e crucial, operador da síntese entre matéria e ideias? Como ele permite ao mundo humano-social não ser uma mera extensão natural e, ao mesmo tempo, o fruto unilateral da realização de uma ideia eterna cuja origem está à parte do mundo concreto? A condição biológica constitui a base primordial da existência humana, sendo a sua necessidade constante de interagir com o meio ambiente uma evidência dessa premissa.

Por essa razão, a humanidade só alcança suas potencialidades ao apropriar-se de objetos independentes e adaptá-los às necessidades impostas pelos processos biológicos. Esse fato reafirma tanto as limitações do ser humano quanto sua condição objetiva enquanto ser natural. Marx expressa essa particularidade assim: “um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural [...]. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo” (Marx, 2010, p.127).

Embora a base biológica seja imprescindível para a existência do indivíduo e da sociedade, a história da humanidade revela uma diferenciação progressiva, mas nunca absoluta, do ser humano em relação à natureza. O elemento crucial para esse movimento de simultânea articulação e diferenciação humana com a natureza é o trabalho (Paulo Netto; Braz, 2012).

As atividades de subsistência de outras espécies, como as formigas e abelhas, são comandadas por instintos genéticos e não alteram o seu modo de viver ao longo do tempo. O trabalho humano, por sua vez, ao transformar a natureza para satisfazer necessidades elementares, transforma simultaneamente o próprio ser. Essa dupla transformação permite a aquisição de novos conhecimentos sobre o mundo e sobre si, desencadeando um processo cumulativo de novas possibilidades e necessidades que escapa ao ciclo puramente biológico.

O trabalho é a conversão de uma ideia em matéria pela transformação da natureza. A ideia de uma cabana, por exemplo, surge de uma necessidade concreta, processada a partir do acúmulo de experiências anteriores sobre as regularidades da natureza. Contudo, enquanto apenas uma ideia, a cabana não pode influir na existência do ser humano; ela precisa ser objetivada, transformada em algo fora da consciência pela síntese entre a força de trabalho e a matéria natural. Uma vez objetivada, a cabana inicia uma nova cadeia de eventos: a sua

existência cria a necessidade de manutenção e de ferramentas, ao mesmo tempo que instiga novas possibilidades, como poupar energia para outras atividades (Lukács, 2010).

O conhecimento adquirido no processo de trabalho não permanece restrito à sua função imediata, generalizando-se de duas formas cruciais. Na primeira forma, o conhecimento específico sobre os materiais (como as propriedades da madeira e das pedras usadas na cabana) se amplia para um entendimento mais abstrato da natureza, permitindo a criação de novas ferramentas e soluções, como machados e pontes. Na segunda forma, esse conhecimento tende a se espalhar pela sociedade, socializando-se e abrindo novas possibilidades coletivas. É este processo cumulativo de conhecimentos e habilidades, nascido do trabalho, que promove alterações históricas, cria novas relações sociais e faz da história humana algo ontologicamente diferente das leis da natureza (Lukács, 2010).

O ser humano é, por natureza, um ser social. Por isso o trabalho não só garante a sua manutenção, mas o transforma em conjunto com a sociedade, ao proporcionar a realização de um acúmulo de experiências passadas, bem como a concretização de possibilidades futuras para o desenrolar do movimento da sociedade. Portanto, como a vida social se ergue a partir da forma como os seres organizam a sua reprodução material, o estudo da sociedade necessita iniciar ou pelo menos considerar a sua "anatomia": a estrutura econômica que condiciona, em última instância, todos os outros processos e define o modo de ser objetivo da humanidade (Marx; Engels, 2007).

Definido o objeto, define-se a forma de conhecê-lo. Assim, o conhecimento teórico (o fazer científico) da sociedade, oriundo desses princípios, precisa reproduzir no pensamento a estrutura relacional do objeto. Isso significa captar a dinâmica da sociedade tal como ela é, em sua existência real, onde a reprodução material da vida é o momento crucial, sem as interferências subjetivas do pesquisador (Paulo Netto, 2011).

A concepção materialista da realidade estabelece que o conhecimento se funda na relação entre ser e pensamento, na medida em que o objeto possui uma objetividade concreta e determinada, que condiciona e orienta o ato cognoscente. Não se trata, portanto, de uma elaboração abstrata ou genérica, mas da apreensão de uma realidade efetiva, objetiva e historicamente situada, marcada por seu caráter dinâmico e em permanente transformação (Paulo Netto, 2011).

Nesse sentido, sendo a sociedade uma realidade objetiva, sua análise deve partir de premissas não idealizadas, ancoradas em sua existência concreta. Conforme destacam Karl Marx e Friedrich Engels (2020):

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, [p. 4] portanto, constatáveis de um modo puramente empírico. A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea (körperliche) desses indivíduos e a relação por isso existente (gegebenes) com o resto da natureza. [...] Toda a historiografia tem de partir dessas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens. (Marx; Engels, 2020).

A determinação do método científico materialista e dialético, portanto, encontra-se em consonância com essa concepção de realidade. Para apreender o real enquanto um sistema de relações em movimento contraditório, o fazer científico deve ser necessariamente compatível com essa natureza dinâmica (Osorio, 2025).

Karl Marx elabora de forma precisa essa articulação entre teoria e prática investigativa em sua Introdução de 1857 (Marx, 2008). Nesse texto, ao criticar o método da economia política, demonstra que a totalidade concreta se impõe como princípio epistemológico e exigência metodológica. Trata-se de uma decorrência direta da ontologia materialista-dialética: o método revela-se, assim, como a aplicação consciente da lógica imanente do próprio objeto de estudo.

2.2. O Concreto como Ponto de Partida e o Duplo Movimento do Método Científico

A aplicação do método parte de um ponto crucial: a insuficiência do concreto aparente para a análise científica. Embora a investigação deva começar pela realidade imediata, como frisa Marx (2008), encerrar a análise nesse ponto é um erro elementar.

Limitar-se à superfície dos fenômenos leva o pesquisador a conceber seus componentes como inertes, estabelecendo apenas vagas relações causais unilaterais. Essa abordagem, incapaz de abranger a complexidade do todo e suas transformações, acaba por apagar o próprio movimento do objeto. O resultado não é o desvelamento de uma lógica tendencial, mas, como define o autor (Marx, 2008), uma representação caótica da realidade.

A percepção imediata do real, o chamado "concreto aparente", não evidencia por si mesmo as complexas inter-relações e hierarquias que estruturam o mundo. Na verdade, ela oculta seu caráter de síntese de múltiplas determinações. Por essa razão, um pensamento limitado a essa superfície caótica se perde em abstrações vagas, incapaz de desvendar a lógica fundamental do objeto. Marx (2008) aponta este procedimento como o erro metodológico da economia política em seus primórdios e a origem de suas limitações analíticas.

Diante desse limite da apreensão imediata, alcançar a reprodução teórica do concreto, ou seja, para representá-lo fielmente em sua dinâmica própria é necessário, portanto, um movimento metodológico rigoroso. O primeiro passo é transpor o senso comum, desfazendo a integridade aparente do objeto por meio da análise. O objetivo é isolar, via abstração, seus elementos mais simples em busca das articulações essenciais da realidade investigada (Paulo Netto, 2011).

Concluída essa etapa, as determinações abstraídas tornam-se o ponto de partida para o movimento oposto: o da síntese. A mente, agora, restitui a unidade do objeto, mas de uma forma nova. Articulando e reconectando essas determinações essenciais, o pensamento reproduz o objeto como uma densa variedade de relações, alcançando o que Marx (2008) denomina como "concreto pensado".

Chega-se, assim, ao desdobramento final da fundamentação ontológica do método. A noção do objeto como uma totalidade concreta é a derivação lógica de sua natureza dialética: um todo rico em determinações, cujas partes se inter-relacionam e se condicionam de forma multilateral e contraditória (Konder, 1983).

2.3 O Diálogo com intérpretes e aprofundamentos do Método

O legado epistemológico e metodológico deixado por Marx teve prosseguimento na elaboração teórica de pensadores cujas obras foram determinantes para a sua manutenção no curso da história. Entre elas, consta *Dialética do Concreto*, de Karel Kosík (1976). Nesse texto, a intuição pela qual o sujeito é levado a fixar a representação caótica como a realidade mesma baseia-se na iniciativa primordialmente prática do ser humano diante do mundo.

Não se trata, portanto, de um traço natural do pensamento, mas de sua colaboração prática. Em face do mundo, o sujeito humano obedece imediatamente à sua condição objetiva. Isso significa buscar atender primeiramente às suas necessidades mais elementares; logo, as atividades relacionadas a esse objetivo condicionam sua postura intelectual inicial.

O mundo é concebido como meio para alcançar fins específicos historicamente determinados dentro de um conjunto de relações sociais definidas. Não é visto como objeto passível de reflexão profunda em um primeiro momento. Nesse intento, o ser humano fragmenta a realidade e cria uma série de fixações na mente baseadas apenas na percepção imediata, passando a orientar suas ações pela vertente dos fenômenos (Kosic, 1976).

Esse mundo reproduzido no pensamento em virtude da prática imediata, onde os fenômenos são assimilados como independentes e inexoráveis por estarem regularmente no

cotidiano da vida social, é qualificado "pseudoconcreto" pelo autor. Por sua eficiência para atividades meramente manipulatórias, essa percepção imediata assume na consciência a falsa noção de que os fenômenos em si bastam para a reprodução correta do real no pensamento. Neste contexto, o homem é capaz de orientar-se, manejar e manipular, mesmo sem ter uma compreensão profunda da estrutura interna das coisas (Kosic, 1976).

Diante disso, a tarefa do pensamento crítico é superar o mundo da pseudoconcreticidade. Afinal, argumenta Kosík (1976), o fenômeno é o indicativo de algo além dele; por isso, as explicações derivadas apenas das percepções imediatas resultam paradoxais, o que exemplifica seu duplo sentido. O fenômeno subsiste graças ao seu oposto: a essência. Mesmo assim, na medida em que a indica, o fenômeno esconde a essência. Sua manifestação emana do movimento da essência deflagrada pelos seus processos estruturais. O desvelamento da essência, portanto, deve ser iniciado justamente pelo fenômeno, pois ambos constituem uma unidade real.

A dialética, ao reconhecer dois graus de conhecimento resultantes da prática humana, responde à complexidade da realidade social. Trata-se do conhecimento fragmentador e do revolucionário, este último advém da apropriação do conceito concreto, no sentido de compreender sua estrutura interna essencial. A transformação da realidade, em sentido revolucionário, torna-se possível porque a humanidade é produtora da própria realidade social. No entanto, para alcançar esse nível de entendimento, é necessário destruir o mundo da pseudoconcreticidade, por meio da apreensão da essência da realidade humano-social (Kosic, 1976).

Compreender essa estrutura complexa exige, portanto, uma ferramenta científica crucial. Nesse sentido, Kosík (1976) estabelece distinção fundamental: totalidade não significa todos os fatos. A mera acumulação de dados não constitui um conhecimento fiel da realidade, pois fatos apreendidos sem o entendimento de seu movimento e de seus vínculos não configuram a totalidade concreta. Para Kosík (1976), a totalidade é a realidade entendida como um conjunto de fatores relacionados de forma multilateral e hierarquizada, cujas conexões estabelecem uma lógica tendencial. Um fato só se transforma em conhecimento quando deixa de ser um dado isolado e passa a ser compreendido como parte da processualidade que o constitui e lhe confere sentido.

Por conseguinte, a capacidade intelectual da abstração, isolar um determinado elemento para análise, é metodologicamente frutífera apenas quando não se encerra na etapa analítica, mas se estabelece como ponto de partida para a reconstrução da cadeia relacional

dos elementos simples e basilares, possibilitando, em momento posterior, sua reintegração em uma unidade (Osorio, 2025).

Roman Rosdolsky (2007), em sua análise clássica da “Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx”, esclarece precisamente este ponto ao investigar a própria construção da obra marxiana. Segundo o autor, a decisão de Marx em começar pelo abstrato se baseia na concepção da realidade como um “todo orgânico”, onde o todo exerce uma influência determinante sobre as partes. Essa escolha metodológica, como enfatiza Rosdolsky, é decisiva, pois sem ela a análise ficaria restrita ao nível fenomênico.

Para ilustrar essa limitação, Rosdolsky (2007) cita as análises econômicas principiadas pela agricultura: por representar a forma de produção mais “natural”, esta costuma levar o senso comum a iniciar a análise pela terra, tomada como fator primário. Todavia, na sociedade burguesa o capital impõe-se como tendência dominante, submetendo, inclusive, a agricultura à sua dinâmica; por isso, torna-se metodologicamente necessário iniciar a análise pelo capital, e não por elementos aparentemente mais naturais. Do contrário, a análise desprezaria a diversidade de relações constitutivas da unidade da totalidade porque superestimaria elementos e falharia em alcançar o núcleo determinante de sua processualidade.

Mesmo o capital é uma totalidade, contém em si um momento fundamental onde todas as demais relações se fundam: a mercadoria. Rosdolsky (2007) ressalta a mercadoria como a célula das relações características da sociedade burguesa, e sua aparição, já no primeiro capítulo de O Capital, não ocorre por acaso. Isso decorre de a própria estrutura da obra refletir a síntese necessária para o pensamento se apropriar do concreto a partir dos elementos mais abstratos. Como a análise incide sobre a sociedade burguesa, o elemento mais abstrato e simultaneamente fundante permanece a mercadoria. A partir dessas considerações, a lógica do método torna-se evidente, busca reconstituir no pensamento a estrutura real do seu objeto de estudo.

Para finalizar, é oportuno integrar ao quadro geral já apresentado algumas outras clarificações. Para iniciar, é importante operar a desconstrução de uma caricatura recorrente a respeito da concepção teórico-metodológica de Marx. Devido à influência positivista em parte da tradição marxista, o método em questão virou objeto de mera instrumentalização, redutível a uma aplicação protocolar das leis da dialética ou mesmo a uma pesquisa fatorialista, na qual bastaria a compreensão do fator econômico para revelar de forma mecânica as determinações das outras esferas da vida social (Paulo Netto, 2011).

Nos escritos de Engels (Marx; Engels, 2010), encontramos uma crítica enfática a tais procedimentos. Segundo eles, essa visão instrumental converte a teoria marxiana em um arcabouço vazio, abstrato e absurdo. Porque ignora a tarefa árdua do pesquisador de estudar todas as dimensões evolutivas do objeto, uma vez que o método não é um conjunto de regras formais, mas a extração da estrutura lógica e imanente ao objeto.

Adicionalmente, cabe destacar que, para além da totalidade, a concepção teórico-metodológica de Marx está articulada a outras duas categorias importantes e inseparáveis: a contradição e a mediação. Como já mencionado, a complexa totalidade orgânica não é harmoniosa, seu movimento é impulsionado pelo conflito. Nesse sentido, a contradição é o conceito da tensão inerente às relações sociais dinamizadoras das totalidades, contrapondo as análises das estruturas em estado de inércia (Paulo Netto, 2011).

Já a mediação, afasta a possibilidade de interpretar os fenômenos de forma mecânica, mais precisamente, desde uma concepção de causa e efeito. Desvenda as relações sociais como mediatas, abarcando sempre outros fatores decisivos incidentes sobre os processos específico em análise. Isso evita a interpretação da totalidade concreta como uma mistura onde tudo é a mesma coisa, em que as outras dimensões da sociedade, política e cultural, dentre várias, não têm característica própria, muito menos autonomia e lógica própria, logo são passivas. Sem a noção de mediação, surge o determinismo vulgar.

Por meio dessas considerações, afasta-se qualquer visão mística ou formalista a respeito da totalidade, mas para maior precisão, cabe aprofundar os significados da totalidade concreta marxiana através da síntese rigorosa oferecida por Paulo Netto (2011), baseando-se em Lukács (1968, 1970, 2003, 1979, 2007, 2009, s.d).

Dessa forma Paulo Netto (2011) frisa: a totalidade marxiana consiste em uma unidade concreta de contradições interatuantes. Mas não só, a totalidade é relativamente sistemática, em outros termos, toda totalidade é composta por totalidades menores, ao mesmo tempo que integra uma totalidade maior. Para mais, a totalidade possui um caráter histórico, logo é mutável e determinada por um período específico. É esta concepção rica e multidimensional que, como aponta Lukács em suas obras, distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa.

Em suma, o método marxiano é um processo rigoroso no qual o ponto de partida consiste na crítica ao concreto aparente para, através da abstração, desvendar as células principais, bem como suas relações para compreender o seu objeto enquanto uma totalidade rica, orgânica e em constante transformação.

Só assim o pensamento é capaz de reconstruir a realidade não como uma coleção de fatos, mas como uma estrutura complexa, contraditória e hierarquizada, articulada por um denso sistema de mediações. Este percurso de investigação que não se confunde com o método de exposição, visa apreender a lei econômica do movimento da sociedade, passo necessário para compreendê-la enquanto uma totalidade concreta (Osorio, 2025). É com esta bússola teórico-metodológica, agora devidamente aprofundada pelo diálogo com a tradição, que esta pesquisa se voltará para a análise de seu objeto.

2.4 A aplicação do Método: as ferramentas da pesquisa

Concluídos os esclarecimentos basilares sobre o método dialético-materialista, realizados por meio do diálogo com as fontes primárias e secundárias, o próximo passo consiste em apresentar as ferramentas de análise específicas a serem mobilizadas nesta pesquisa. A definição clara das categorias norteadoras da investigação da realidade estado do Maranhão representa uma exigência da aplicação precisa do método.

A realidade social, pensada em termos de um todo orgânico ou de uma totalidade concreta, é uma unidade de múltiplos processos articulados por um princípio unificador. Na sociedade moderna, a lógica do capital conforma o seu eixo articulador, funcionando como fator decisivo e presente em todas as relações sociais, em virtude de sua condição essencialmente expansiva, a qual configurou um sistema mundial marcado por relações heterogêneas entre as nações (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012).

Nessa perspectiva, a análise científica da realidade social maranhense não deve se limitar às manifestações locais de seus fenômenos sociais, frequentemente qualificadas como expressões do subdesenvolvimento (como a pobreza ou os conflitos agrários), buscando, em vez disso, apreender sua essência, compreendida na forma pela qual o capitalismo se reproduz na formação econômico-social à qual pertence (Brasil), plenamente integrada ao ciclo cumulativo do capitalismo mundial (Marini, 2000).

Por essa razão, a categoria padrão de reprodução do capital é a ferramenta metodologicamente crucial neste esforço de investigação. Esta categoria permite desvendar os padrões estruturantes da relação dependente estabelecida pelo sistema mundial capitalista, como será aprofundado no capítulo seguinte. Pois:

“La explicación de las tendencias generales es indispensable para dar cuenta de fenómenos particulares. La singularidad de estos fenómenos, sin embargo,

sólo puede ser entendida en el cuadro de las tendencias generales de los procesos en donde dichos fenómenos se inscriben”. ¹(Osorio, 2009)

Além disso, a categoria de padrão de reprodução do capital estabelece a possibilidade de transição entre os níveis de análise mais gerais e os níveis históricos-concretos, porque se nutre a partir de aportes conceituais e metodológicos como: modo de produção capitalista e sistema mundial. Por isso, ele apreende as transformações desencadeadas no sistema mundial e na divisão social do trabalho, elucidando as repercussões desses movimentos por meio da forma pela qual o capital dependente se reproduz. Capta, simultaneamente, os movimentos disruptivos causados pelas crises recorrentes do capitalismo, essenciais à acumulação mundial e materializados pelos processos de reestruturação econômica na periferia. Nessa dimensão analítica reside a historicidade da categoria. O presente trabalho analisará as questões relacionadas ao subdesenvolvimento maranhense a partir de sua manifestação contemporânea e vigente na economia brasileira: o 'Padrão Exportador de Especialização Produtiva' (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012)

O padrão de reprodução do capital, o qual reflete os vínculos dependentes entre economias centrais e periféricas, tem como momento fundamental a superexploração do trabalho. Esta categoria, desenvolvida no seio da Teoria Marxista da Dependência, será utilizada para desvendar o mecanismo particular de extração de valor caracterizador das relações subordinadas no âmbito do capitalismo mundial (Trindade, 2018).

Para que a comunicação entre estas categorias e os fenômenos sociais concretos do subdesenvolvimento maranhense não assuma uma forma mecânica, o conceito de mediação será fundamental para evitar uma análise reducionista e apreender o objeto investigado como totalidade concreta. Nesta pesquisa, as mediações concretas para proceder com as conexões entre o padrão exportador e os fenômenos sociais maranhenses serão múltiplos e interligados.

A ação do Estado para viabilizar o ciclo reprodutivo do capital, por exemplo, será analisada não apenas em sua dimensão geral, mas através das determinações concretas do sistema jurídico (leis de terra, licenciamento ambiental), do seu papel no financiamento via bancos públicos e dos seus investimentos em infraestrutura de logística (ferrovias e portos), que articulam fisicamente o território ao mercado mundial. A luta de classes, nesta pesquisa, também será uma mediação central, porque expressa as condições sociais que resultam da expansão do capital sobre os territórios: a formação do trabalho escravo, a reprodução da

¹ “A explicação das tendências gerais é indispensável para dar conta dos fenômenos particulares. A singularidade desses fenômenos, entretanto, só pode ser compreendida no quadro das tendências gerais dos processos nos quais tais fenômenos se inserem.” (Osorio, 2009, tradução nossa).

pobreza, os conflitos agrários e a precariedade da assistência social. Por fim, a ideologia será apreendida em sua materialidade, através da análise do discurso do "progresso" veiculado pela mídia e por agentes políticos.

2.5 Resumo do capítulo

O objetivo deste capítulo foi traçar os princípios filosóficos e históricos os quais subsidiam o método de análise da sociedade burguesa proposto por Marx. Ao esclarecer os fundamentos ontológicos do materialismo dialético e da centralidade da práxis social, visou afastar interpretações simplificadoras e expor, com maior precisão, o rigor científico para a apreensão da totalidade social concreta, onde o estudo da reprodução da vida material é um passo necessário. Destacou-se que o momento categórico deste rigor está na diferenciação entre totalidade e completude, além da distinção determinante entre concreto aparente e concreto pensado, onde o último se constitui na síntese do duplo movimento de análise.

Para dar maior robustez a esse movimento de esclarecimento, o capítulo dialogou com alguns intérpretes vinculados à teoria marxista para proporcionar maior compreensão sobre os pilares do método – totalidade, contradição, mediação e o processo de abstração. No fim, demonstrou como este arcabouço teórico-metodológico será traduzido nas ferramentas analíticas a serem mobilizadas para a investigação proposta neste trabalho. Feito o devido dimensionamento metodológico, o capítulo seguinte buscará estabelecer o referencial teórico desta pesquisa com vistas à análise da formação social maranhense, expondo com maior profundidade as categorias da Teoria Marxista da Dependência e seus desdobramentos.

3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: FUNDAMENTOS CATEGORIAIS E A DINÂMICA DO CAPITALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

3.1 Do Método à Teoria

No capítulo anterior foram apresentadas as justificativas ontológicas que orientam a metodologia desta pesquisa. A exposição articulou a crítica à pseudoconcreticidade e a observação da centralidade da práxis humana, indicando a necessidade de apreender a realidade social como uma totalidade concreta. Isso, por sua vez, demanda a análise do modo pelo qual os seres sociais organizam coletivamente a produção econômica como passo primordial, uma vez que nesse aspecto encontra-se a base da vida social (Marx; Engels, 2007).

Todavia, a sociedade (enquanto objeto histórico) encontra-se em constante transformação, produzindo novos fenômenos e processos que condicionam e são condicionados, em última instância, pela produção material. Desde a sua trajetória para se estabelecer como alicerce das relações sociais, cujo ponto alto é a Revolução Industrial, até a sua consolidação como princípio unificador na contemporaneidade (o plano social hoje ainda está subordinado aos ditames do capital em grau máximo) o modo de produção capitalista apresentou diversidade, apesar de se estruturar sempre a partir de suas leis mais gerais (mercadoria, mais-valia, exploração, acumulação). (Marx, 2013)

Marx (2013) buscou justamente definir essas determinações mais essenciais do capitalismo, para então desvelar as relações sociais então subjacentes a ele, aquilo que é geral ao seu modo de ser independente das suas transformações históricas. Logo, não buscava apresentá-lo de modo particular, mas em sua média de funcionamento ideal, apesar de basear os seus estudos na Inglaterra, o lugar onde as leis do capital estavam mais expressas em sua época.

O seu esforço nos legou um elenco categorial imprescindível para investigar o capitalismo. Seja em uma de suas fases específicas, seja a própria história desse modo de produção, mas de nenhum modo um ferramental teórico suficiente em si, tendo em vista o elevado grau de abstração da sua análise, o seu nível de generalidade (leis gerais), além do movimento da história (Heinrich, 2024).

Nessa linha, o seu arcabouço teórico, resultado da aplicação metodológica, não pode ser aplicado como um conjunto de fórmulas a-históricas transplantadas mecanicamente. Exige-se, portanto, reaplicar o método à investigação dos problemas e das particularidades

derivadas da estruturação do capitalismo no decorrer do tempo, desvendando novas contradições, abordagens e categorias, em um esforço de ampliar o alcance explicativo da teoria mais geral elaborada por Marx. Em termos práticos, isso significa reutilizar o método para analisar os novos desdobramentos da realidade social burguesa vinculados aos movimentos da sua base econômica, tomando como ponto de partida o arcabouço abstrato para enriquecer as análises com as novas determinações provenientes desse processo, portanto, atualizá-las e torná-las mais concretas.

Convém precisar o sentido de capitalismo de acordo com a teoria elaborada por Marx, mesmo que sinteticamente, para deixar claro os seus fundamentos básicos, a fim de evitar imprecisões ou ecletismos como os denunciados por Maurice Dobb (1988) em sua obra “A evolução do Capitalismo”.

Por capitalismo entendemos uma relação social historicamente localizada, cujas bases de configuração decorrem de uma forma particular de exploração do humano pelo humano para produzir os meios materiais necessários à vida em sociedade. Trata-se, portanto, de um modo de produção ainda baseado na diferenciação de classes, fundado na propriedade privada dos meios de produção (concentrada em poucas mãos), mas com o diferencial de transformar a própria capacidade de trabalhar (a força de trabalho) em mercadoria (Dobb, 1988).

É a partir desse aspecto, transformação da força de trabalho em mercadorias, que é estruturado o mecanismo de exploração particularmente histórico da sociedade burguesa. A ampla maioria das pessoas são obrigadas a vender sua força de trabalho para sobreviver por não terem mais acesso direto aos meios de produzir, mas sem sofrer ações coercitivas explícitas de domínio pessoal, extintas no papel de mecanismo de violência subordinativa direta (como na escravidão ou servidão).

Em seu lugar, burguesia e proletariado, as duas classes principais, instituem uma relação de igualdade formal; supostamente o trabalhador é “livre” para vender a sua capacidade de trabalhar para quem quiser, atuando na condição de um pretense proprietário tal qual o seu antagonista burguês.

Importa frisar: no quadro teórico marxiano, o capitalismo não é sinônimo de mercado; trocas mercantis existiam muito antes de sua emergência. O que o caracteriza é a realização da exploração do trabalho por meio da aquisição desse na condição de uma mercadoria como qualquer outra. A ampliação dos mercados ao ponto de as interações mercantis virarem regra é um efeito e uma condição desse fator. Esse traço logra uma reestruturação da divisão social do trabalho, na qual os bens necessários ao trabalhador

precisam ser adquiridos via mercado, mas não sem antes trocar sua capacidade de trabalho por um salário. Em essência, as interações via intercâmbio de mercadorias, expressam a oposição entre proprietários e trabalhadores despossuídos dos meios de produção, pilar do capitalismo: a relação capital-trabalho (Singer, 1987).

Sendo o capital uma unidade diferenciada de relações sociais de poder e domínio asseguradas pela exploração dos trabalhadores, o estabelecimento do mercado na qualidade de reino da liberdade possibilita a ocultação dos vínculos econômico-políticos das relações de produção desiguais e essenciais para o exercício do domínio de uma classe sobre outra (Osorio, 2017).

Quando o burguês aparece no mercado para adquirir meios de produção e força de trabalho no contexto de liberdade para intercambiar, ocorre o apagamento dos comandos políticos responsáveis pela instauração dos acontecimentos históricos que levaram o trabalhador a ter como única alternativa para subsistir a venda da sua força de trabalho. Processos políticos como a despossessão de terras e ferramentas foram indispensáveis para isso, sem os quais os trabalhadores não seriam impelidos a vender a sua capacidade de trabalhar (Marx, 2013).

Para, além disso, trocar trabalho por salário significa ter acesso a recursos garantidores apenas da reprodução diária do trabalhador nas mesmas condições, o forçando a se reapresentar dia após dia no mercado para reintegrar-se à dinâmica infundável de produzir lucro para garantir pelo menos a mera existência física.

Derivada da histórica, essa é uma coação diária e sutil. A busca de um salário para subsistir se encarrega de instituir uma violência diária, ao mesmo tempo que garante a reprodução dos itens fundamentais da vida social sob a exploração, sem a necessidade da implementação da violência física. Essa é a base material do poder na sociedade do capital (Osorio, 2017).

Todos os momentos dessa relação básica (capital-trabalho), desencadeados sob a liberdade formal, concorrem para apagar algo mais profundo: o caráter sociopolítico da mais-valia — isto é, uma quantidade de valores produzida pelo trabalhador acima daquilo que recebe. A mais-valia é a raiz do lucro, o núcleo da exploração do capital e de sua existência, a sua única finalidade, sendo tudo produzido para a obtenção do lucro em detrimento das necessidades humanas (Marx, 2013).

A produção de mais-valia materializa a exploração na medida em que ao comprar capacidade de trabalho, o burguês adquire em conjunto músculo, cérebro, sistema nervoso, ou seja, a corporeidade total do trabalhador. À luz disso, todas as consequências da utilização da

mercadoria-trabalho em prol da valorização do capital (intensas jornadas laborais, descolamento em transportes públicos insalubres, coação psicológica por produtividade etc.) rebatem contundentemente no corpo do trabalhador (Heinrich, 2024).

O lucro viabiliza a reprodução ampliada do processo quando utilizado para adquirir mais força de trabalho, meios de produção e consumo da classe proprietária. Assim podemos falar na construção dos próprios grilhões por parte dos produtores dos meios materiais necessários para a valorização do capital.

A busca pela maximização do lucro encontra-se condicionada pela concorrência; por isso o modo de produção deve elevar continuamente sua produtividade, em parte por meio de inovações tecnológicas, mas sem nunca abrir mão de acumular. Acumular significa expandir a escala de produção para então reverter mais valores em capital, dessa forma reside o conceito de capital na situação de uma soma de valores (dinheiro, meios de produção, máquinas, ferramentas) que valoriza a si mesmo. A generalização dessa lógica imprime uma relação sistêmica de dominação, porque, no fim das contas, integrá-la ou não já não representa uma escolha para o ser humano cerceado por ela, mas a única saída para sobreviver, este é impelido a aderir ao conjunto das relações sociais pretensamente racionais impostas para poder coexistir (Heinrich, 2024).

Essa tendência autoexpansiva da reprodução do capital, sempre confrontada pelas contratendências (das quais a queda da taxa de lucro é a mais sensível) derivadas da própria dinâmica do sistema, contribuiu para a constituição da universalização da história sob suas regras, integrando as partes do globo pela lógica mercantil fundada sobre a relação capital-trabalho, formando, desta forma, um sistema mundial capitalista (Marini, 2000).

Diante disso, a afirmação de que a lógica do capital é o princípio unificador da realidade social (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012), inclusive no plano mundial, não é mero exercício retórico; uma observação rigorosa dos fatos geopolíticos e regionais contemporâneos confirma-a. A atual cruzada tarifária dos Estados Unidos, por exemplo, visa assegurar sua hegemonia no mercado mundial e afeta diversas regiões por meio de processos inflacionários, desemprego e outras externalidades (G1, 2026).

Em escala global, as disputas por zonas de influência e mercados estão entre os fatores que aumentam a probabilidade de conflitos armados de larga escala. Se isso ainda não convencer, recorde-se da pandemia recente: um vírus disseminou-se pelo mundo por meio de amplas redes comerciais, atingindo povos indígenas e tradicionais no Brasil que, embora não vivam exclusivamente em função da lógica do capital, foram gravemente afetados pela Covid-19, apresentando taxas de mortalidade e vulnerabilidades sociais ampliadas, uma

importante evidência da condição expansiva e totalizante do sistema mundial regido pelo capitalismo (COIAB; IPAM, 2020).

O capital busca sempre as melhores e mais rápidas oportunidades de lucro, quanto mais ciclos produtivos o capital realiza em menor tempo, mais a sua escala de acumulação é ampliada eficientemente (Marx, 2017). Como a sua sobrevivência depende da ampliação da escala de acumulação, o capital tende a relegar ao segundo plano locais menos atrativos em termos imediatos para esta finalidade, a exemplo de partes da África (Heinrich, 2024). Entretanto, sem deixar de os tutelar, em virtude de sempre serem potenciais fatores sujeitos à incorporação no seu fundamento de autovalorização (basta termos em mente os contínuos processos de despossessão em vigência na atualidade contra populações originárias, camponesas entre outras) (Miranda; Silva; Miranda, 2021).

Comunidades indígenas isoladas, áreas rurais remotas ou populações em extrema pobreza, sem maiores interações com a economia de mercado formal, ainda estão, legal e politicamente, dentro das fronteiras de um Estado integrante do sistema capitalista global. Assim sendo, não é uma mera questão de resistência ao capital a vigência de regiões ou comunidades às suas margens, o que negaria a sua natureza totalizante, mas a manifestação das legalidades específicas à sua dinâmica de expansão (Heinrich, 2024).

Em razão disso, a sua constituição enquanto sistema mundial não resulta em um formato homogêneo; pelo contrário, compõe-se desde uma hierarquia estrutural entre diferentes formações sociais, gerando um desenvolvimento desigual e combinado, marcado por um centro e uma periferia. Se no centro o mercado integralizou-se, tendo como base a indústria e, posteriormente, a dimensão financeira, na periferia, a sua dimensão é muitas vezes débil. A economia é relegada a gravitar em torno de enclaves exportadores, sem perspectiva de industrialização plena. Esse arranjo gera uma massiva concentração de renda, por conseguinte, constitui o âmago de todas as mazelas sociais correlatas à periferia do capitalismo (Marini, 2025).

A constatação do desenvolvimento desigual do capitalismo não é uma novidade teórica. O próprio Marx denunciou essa tendência ao observar a pilhagem de uma nação pela outra na qualidade de condição necessária para a expansão do capitalismo. Embora tenha feito análises a esse respeito sem muita profundidade em razão de esse processo ainda não ter atingido consolidação em sua quadra histórica, ele compreendeu que, em razão da acumulação primitiva, a industrialização não seria uma etapa necessariamente subsequente para todas as nações (Katz, 2020).

Destarte, certas formações sociais não reproduziriam o mesmo padrão capitalista europeu (o berço do capitalismo) devido a sua função estruturalmente subordinada na dinâmica de reprodução do capital. Essa posição, por sua vez, deriva justamente do exercício destrutivo imanente ao capitalismo implementado por seus entes geográficos centrais; usurpação das suas populações, da sua cultura, tradições, destruição ambiental e afins (Katz, 2020).

Essa diferenciação na esfera da formação capitalista mundial foi objeto de debate. Buscava-se explicar os motivos pelos quais existiam diferenças na geração e distribuição de riqueza, na qualidade de vida entre as nações, sobretudo o baixo alcance da economia de mercado em certas regiões da periferia, como seria o caso da América Latina. Várias interpretações foram forjadas com esse intuito, mas permaneceram presas às aparências da realidade latino-americana. Sob esse aspecto, o subdesenvolvimento, na condição de sinônimo de diferenciação do capitalismo central, não foi apreendido em sua dinâmica essencial (Katz, 2020).

Submetendo essas interpretações à ótica metodológica materialista e dialética, podemos concluir o seguinte: essas interpretações permanecem prisioneiras do mundo pseudoconcreto porque tomam o fenômeno manifesto (atraso) como a própria natureza dele. Não o assumem enquanto um momento de uma totalidade. Portanto, essas iniciativas não conseguem destruir a aparência e desvelar a natureza por detrás do fenômeno, exatamente por suprimir as articulações fulcrais responsáveis pela sua existência (Kosic, 1976).

Propor soluções baseadas apenas na vontade política reproduz algo no sentido do idealismo histórico presente nos materialistas do século XVIII (criticado por Plekhanov, 1947), acreditando que a 'opinião' ou a 'razão' por si só molda o mundo. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge, neste contexto, não como uma teoria sobre o atraso, mas como a aplicação rigorosa do método de Marx, conforme discutido no primeiro capítulo, em busca de preencher o 'vazio teórico' deixado pelas leis gerais de O Capital, situando-o historicamente ao enquadrá-lo às especificidades complexas do capitalismo na periferia (Marini, 2025).

A fim de alcançar as dimensões histórico-concretas do seu objeto, a TMD aplica a ferramenta metodológica da totalidade ao sistema capitalista mundial, dado que esse também é composto por um denso conjunto de relações hierarquizadas e contraditórias. Desse ponto deduz o seu pressuposto de partida: não podemos entender o Brasil, tampouco suas regiões, na condição de ente isolado. Esses são parte de uma totalidade mundial hierarquizada do ponto de vista de um centro e uma periferia (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012).

A elaboração teórica da TMD, partindo desse pressuposto, não criou uma nova teoria do capitalismo, mas estabeleceu as mediações fundamentais entre a totalidade lógica e abstrata (o 'Capital em Geral', com suas leis universais) e a totalidade histórica e concreta (o sistema mundial e sua manifestação hierarquizada através da relação centro-periferia). Da síntese proveniente desse esforço científico surge a dependência, a categorização da relação estruturante desta totalidade (Luce, 2018).

Do desvelamento dessas articulações fundamentais a TMD propôs o seguinte: a dependência não é um "obstáculo" externo ao desenvolvimento, mas sim a própria forma de ser do capitalismo na periferia. O subdesenvolvimento, portanto, não é a ausência de capitalismo ou um resquício pré-capitalista; é o resultado necessário e a forma da acumulação capitalista nessas formações (Luce, 2018).

É por meio desta lente teórica (capaz de capturar a especificidade da realidade brasileira na situação de totalidade concreta subordinada) que este capítulo exporá o arcabouço categorial necessário para compreender as relações da reprodução do capitalismo dependente brasileiro com a situação de subdesenvolvimento da formação social maranhense. Antes de aprofundar as categorias basilares da TMD (notadamente o padrão de reprodução do capital e a superexploração do trabalho), faz-se necessário resgatar o contexto histórico que suscitou os debates originários dessa vertente teórica.

3.2 A Lente da TMD

Depois da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia britânica deu lugar a um cenário geopolítico onde os Estados Unidos assumiram posição de liderança no âmbito do capitalismo global, além da dianteira no enfrentamento político à União Soviética. Isso traduziu-se em uma estratégia político-econômica que tinha por objetivo o restabelecimento da expansão internacional do capitalismo, na condição de sistema mundial no pós-guerra sob os interesses norte-americanos (Ribeiro, 2007).

Como parte integrante dessa estratégia, consultorias, financiamentos, dentre outras iniciativas, foram ofertadas aos chamados países de terceiro mundo para viabilizar a modernização de suas economias; todavia, a intenção real seria promover uma política ativa de exportação de capitais abundantes localmente, manter a influência sobre essas nações e, ao mesmo tempo, afastá-las da esfera de influência socialista, integrando-as ao processo de reconstrução do capitalismo global afetado pelo conflito bélico. Neste contexto, as teorias do

desenvolvimento foram instrumentalizadas e impulsionadas para atender a essa conjuntura (Ribeiro, 2007).

Na situação de instrumento político-ideológico elaborado pelos centros dominantes, tais teorias ignoravam as especificidades históricas as quais levaram os países latino-americanos a apresentar quadros de miséria, mercado interno restrito e defasagem tecnológica. Frequentemente interpretavam esse cenário sob a ótica do atraso relativo, do dualismo estrutural ou da incapacidade de promover crescimento econômico. Na perspectiva do atraso relativo, o subdesenvolvimento era assimilado como um estágio natural e inescapável, um degrau de uma sequência evolutiva fixa e pré-definida pela trajetória clássica do capitalismo europeu, mas passível de ser superado através de ações de modernização econômica, leia-se industrialização (Rostow, 1971).

Por sua vez, as teses do dualismo reduziam a questão à coexistência de dois setores: um moderno industrializado e um atrasado, cuja produção era de subsistência. O subdesenvolvimento, nessa visão, advinha da incapacidade do setor moderno de absorver a mão de obra excedente do setor atrasado, graças a disfuncionalidades institucionais, atravancando a industrialização plena da nação. Tendia-se a tratar a industrialização enquanto sinônimo de desenvolvimento. Por fim, as visões calcadas na identidade de desenvolvimento econômico e crescimento econômico consideravam o subdesenvolvimento como um desvio, assim como a teoria do dualismo, a ser corrigido pela repetição dos passos dos países centrais (Cardoso, 2018).

Na América Latina, essas formulações obtiveram apreciação crítica, gerando um campo de embate teórico fértil a respeito do quadro de subdesenvolvimento da região. Desde então, buscou-se entender a posição específica da região na economia global para fundar um projeto de soberania. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) não reduziu o problema do subdesenvolvimento à dimensão interna, mas indicou fatores externos cruciais cujas atuações tinham por núcleo o intercâmbio desigual, que drenava a capacidade de investimento da periferia em favor do centro. A solução proposta pela CEPAL consistia também na industrialização da região via reformas e planejamento estatal centralizado, mas pontuando a necessidade da aliança política entre burguesia nacional e trabalhadores para viabilizar tal intento. Aliança essa, também, defendida por parte do marxismo ortodoxo da época enquanto condição indispensável para superar o suposto atraso feudal da região, um passo imprescindível para a evolução do capitalismo no continente segundo suas concepções (Cardoso, 2018).

A Revolução Cubana trouxe a evidência histórica da insuficiência dessas teses (aliança entre trabalhadores e burgueses, resquícios feudais), contrariando os dogmas da ortodoxia marxista e as expectativas políticas cepalinas ao demonstrar a unidade de interesses entre burguesia nacional e internacional na manutenção das engrenagens formadoras das especificidades desiguais das sociedades latino-americanas. Era a prova da não obrigatoriedade de etapas para a transformação da sociedade, tampouco da industrialização na condição de pré-requisito para alcançar soberania política (Silva; Costa, 2018)

Nesse cenário histórico-político, a formulação da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em meados da segunda metade do século XX, foi um marco de superação desses pressupostos. Por meio de uma síntese entre a teoria marxiana sobre o capitalismo e a do imperialismo (enquanto fase de mundialização do capitalismo) (Lenin, 1979), além da influência intelectual de André Gunder Frank (1966), os precursores da TMD, Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (2024) e Theotônio dos Santos (2023), interpretaram o subdesenvolvimento não como uma etapa anterior ao desenvolvimento, nem como um atraso a ser superado (Mota; Loureiro, 2025).

Ao analisarem o capitalismo mundial em termos de uma totalidade integrada e diferenciada, puderam desvendar os processos e tendências que implicam o dito subdesenvolvimento, estabelecendo-o como um momento interligado e necessário à consolidação do capitalismo mundial, bem como de sua manutenção. Assim, a TMD supera as perspectivas lineares sobre o desenvolvimento.

Através dessa lente teórica, a situação socioeconômica da América Latina não se devia à falta de capitalismo, mas a uma forma particular de sua reprodução em um espaço geográfico determinado, um momento singular integrante de sua dimensão global. Em vista disso, o imperialismo, condicionador dessa dimensão, não poderia ser interpretado apenas sob a perspectiva de um fenômeno meramente externo, mas em articulação com as características internas.

O subdesenvolvimento não decorre, por conseguinte, de uma falha na reprodução do capital no interior da periferia, passível de ser suplantada por planejamento estatal visando à autonomia por meio da industrialização ou estratégias correlatas, menos ainda pela iniciativa revolucionária das burguesias nacionais. O desenvolvimento do capitalismo central (o “desenvolvimento”) e a estruturação do capitalismo dependente (o “subdesenvolvimento”) são dois polos coconstituídos e dialeticamente ligados, em que os Estados, conjuntamente às burguesias locais, são parte das engrenagens dessa relação (Mascaro, 2024).

De modo preciso, a gestação da classe dominante da periferia e de seus aparatos burocráticos, cujas raízes remontam ao passado colonial, está estreitamente relacionada aos ditames da acumulação de riqueza dos países que ulteriormente passaram a universalizar os seus interesses particulares. Trata-se de um fato indissociável da expansão e consolidação do capitalismo no âmbito mundial. O desenvolvimento dependente é, portanto, a reprodução do subdesenvolvimento como um componente ativo e necessário do sistema mundial capitalista.

Por esse ponto de vista, o entendimento da realidade socioeconômica da América Latina e de suas particularidades pressupõe a compreensão do processo de inserção dessa região na dinâmica de funcionamento da economia mundial. Somente assim é possível perceber suas particularidades sem cair na armadilha do exclusivismo de seus traços nacionais; agregando à análise os condicionantes estruturais impostos pela generalização mercantil oriunda dos centros do capitalismo. Configura-se, assim, a dependência, conforme define Theotônio dos Santos, 2021:

Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, pelas ações e interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta situação condicionante, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão determinadas por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem. É o caráter dessas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam. (Santos, 2021, p. 22)

O início da dependência latino-americana, por transitividade do Brasil, remonta ao período da assim chamada acumulação primitiva, em consonância com a expansão comercial do século XVI. Inicialmente a integração da região às rotas comerciais visava atender às demandas materiais em termos de metais preciosos e produtos tropicais, em geral, para o provimento do mercado no velho continente (Santos, 2021).

A usurpação de riquezas, por meio da violência física contra povos originários e da coerção escravagista sobre populações africanas para produzir, em latifúndios, produtos agrícolas destinados à exportação (em sua maioria impraticáveis de serem cultivados na Europa), ou mesmo o imperativo da troca comercial a sociedades que não baseavam a sua reprodução material em uma noção de valor mercantil, somados aos monopólios comerciais, foram decisivos no que tange a modificação desse território, conduzindo uma dinâmica social divergente do modo de vida praticado pelas populações originárias já presentes no espaço geográfico em questão. Esses fatores convergiram para se tornar os alicerces da relação

subordinada desse continente perante as nações colonizadoras, as quais posteriormente tornaram-se o centro do capitalismo.

Desses alicerces ergueu-se a divisão internacional do trabalho, especializando a periferia nos moldes das necessidades das economias centrais, instaurando uma configuração definida na qual “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000, p.109).

A evolução do capitalismo europeu partilha marcas de violência. Tal como a acumulação primitiva levada a cabo na América Latina, os cercamentos das terras comunais (que relegaram uma massa de camponeses ao desalento) foram atos violentos, os quais, embora distintos em sua forma, compõem uma unidade processual responsável pela instauração da universalização das relações sociais mediadas pela produção de mercadorias (Hobsbawm, 2012).

Na periferia, porém, essa prática foi estendida ao extremo para sustentar o capitalismo europeu mesmo após sua consolidação, servindo inclusive como reserva de escape para a superação das contradições intrínsecas a esse modo de produção. A expropriação de riquezas de vastas partes do mundo em benefício das classes dominantes dos países invasores, bem como a instituição de alianças com oligarquias regionais por meio de economias primárias exportadoras, marca ainda presente na América Latina, são momentos integrantes dessa relação hierárquica.

A base material não só ajuda a explicar esse traço distintivo, mas é a raiz das discrepâncias socioeconômicas. A estruturação das pautas de produção, decorrentes das relações estabelecidas no interior da mundialização mercantil, definiu a função específica da periferia na reprodução do sistema e é a responsável material pelas suas vicissitudes sociais classificadas de subdesenvolvidas (Galeano, 1978).

Porém, esse condicionamento só adquiriu contornos definitivos depois da Revolução Industrial. Ao se firmar historicamente, o modo de produção capitalista promoveu um salto qualitativo na relação centro e periferia. O advento da industrialização massiva no quadro do desenvolvimento desse modo de produção forjou os padrões de circulação internacional e deu forma aos vínculos no mercado internacional na era do capital.

A demanda crescente da indústria inglesa por alimentos e matérias-primas da América Latina valeu-se dos canais comerciais construídos desde o período colonial para promover uma transformação qualitativa nas relações comerciais já hierarquizadas. Se na fase mercantil colonial a expropriação baseava-se na extração direta, depois da ascensão capitalista

inglesa à posição de centro fabril no século XIX, surge uma nova dinâmica no mercado internacional (Marini, 2000).

Não se tratava mais de mero saque, mas de um fluxo comercial sistemático, o qual consolidou a inserção subordinada da região no mercado mundial ao reforçar a sua especialização produtiva. É em decorrência disso que se afirma: a periferia tem sua condição produtiva historicamente readequada aos ditames desse novo cenário, o da hegemonia mundial do capital.

Por conta dessa constatação histórica, Marini (2025) enfatiza a importância de iniciar o estudo da economia dependente pela circulação. Tal postura representa uma inversão metodológica em relação à tendência intelectual marxista (a qual tradicionalmente parte da produção na condição de núcleo essencial). Assim, somente após reconhecer essas determinações no sistema mundial, é possível compreender como se organiza a produção e o caráter particular da circulação do capital na periferia, para então desvendar as implicações políticas e sociológicas derivadas do seu modo de ser na periferia.

Graças a essa abordagem metodológica, a TMD pôde desvendar a anatomia econômica dessa subordinação, identificando a cisão entre as esferas de produção e circulação, a transferência de valor sob a aparência de troca desigual e a superexploração da força de trabalho. Tais categorias traduzem idealmente o funcionamento concreto do capitalismo dependente enquanto movimento integrante de desenvolvimento, consolidação e reprodução do modo de produção capitalista na esfera global (Moreira; Mendonça, 2022).

A universalização das relações capitalistas de produção não poderia deixar de fora sua essência estruturante: a valorização baseada na exploração do trabalho pela mais-valia. As principais particularidades constitutivas do capitalismo dependente estão vinculadas a essa lógica de exploração internacional, resultante da projeção de suas legalidades no plano mundial (Marx, 2012).

Em condições de produção submetidas a seu imperativo, o produto do trabalho apropriado não deve ser integralmente utilizado para o consumo pessoal dos proprietários dos meios de produção. Por conta da concorrência, o capitalista é impelido a sempre reinvestir parte dos lucros para aumentar a base da exploração e, com isso, obter mais lucros no futuro (Marx, 2017).

Sem priorizar a constante valorização do capital (visto que a prioridade da produção nessa sociabilidade consiste na acumulação, não nas necessidades humanas) através do aumento da produtividade e da inovação técnica, o capitalista individual é fatalmente superado pela concorrência. Desconsiderar o incessante imperativo de redução de custos ou

de melhoria da qualidade das mercadorias (estratégia cada vez mais ausente em dias atuais) resulta, invariavelmente, em sua ruína (Heinrich, 2024).

Dentre as estratégias usadas para garantir a perenidade da acumulação e não sucumbir à concorrência está a desvalorização real da força de trabalho alcançada pela redução dos preços dos bens de salário; aqui entra a função inicial delegada às economias da América Latina:

“A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de sobrevivência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. (Marini, 2000, p.115)”

É nesse aspecto que se encontra a dialética do processo de globalização do capitalismo a princípio, no qual a categoria transferência de valor, entendida como intercâmbio desigual, representa sua expressão teórica. A hierarquia construída pelo seu desenvolvimento desigual e combinado cria esferas de produção distintas, porém articuladas, garantindo uma totalidade integrada e diferenciada. Diferenciada porque, apesar de suas inter-relações serem fruto da extensão da lei do valor, essa expansão necessita superar constantemente a sua premissa básica (a troca de equivalentes), desdobrando-se na não-identidade entre o valor produzido e o valor apropriado (Luce, 2018).

3.2.1 Dialética da Circulação: A Transferência de Valor

Essa negação ocorre porque a noção de troca de equivalentes na economia capitalista é superada e mediada pela dinâmica da concorrência e da formação da taxa média de lucro; mercadorias podem ser trocadas sem corresponder ao seu valor real em termos de tempo de trabalho socialmente necessário. Tal fato, no entanto, é intrínseco à perpetuação do sistema (Luce, 2018).

A concorrência intercapitais induz o aumento da composição orgânica do capital em certos setores, isto é, há um avanço nas capacidades técnicas, o que os torna mais produtivos e, portanto, demandam menor uso de força de trabalho. Todavia, na circulação, os preços de suas mercadorias acompanham a tendência praticada no mercado. Por terem menores custos, o referido setor consegue obter um lucro extraordinário, ou seja, há uma transferência de valor dos setores de menor composição orgânica em seu favor (Marx, 2017).

Em última instância, porém, os investimentos serão dirigidos em busca desses lucros extraordinários, fazendo a taxa de lucro se assentar sobre uma faixa média. Com isso, os preços de mercado estabilizam-se em torno de um patamar que garante a remuneração média do capital, o que implica necessariamente que os preços divirjam dos valores individuais das mercadorias para que o lucro se equalize.

Pensando o processo descrito como um ciclo, percebe-se que, do seu ponto inicial ao final, há um aumento potencial na capacidade quantitativa de produção de mercadorias, seja pelo aumento do volume de capitais no setor, seja pela concentração dele em um único ente. Mais mercadorias significam a manutenção e ampliação das relações capitalistas, afinal, “as relações de troca só podem ser estáveis se excluïrem a possibilidade de lucros ou perdas decorrente exclusivamente de [...] atos de troca” (Heinrich, 2024, p. 53). Assim, a lei do valor se impõe não pela igualdade direta entre preço e valor em cada mercadoria, mas regulando a totalidade da produção social através dessa redistribuição.

O intercâmbio desigual traduz um processo semelhante, mas que guarda particularidades fundamentais. Ele expressa a essência dessa relação na esfera internacional: para que a lei do valor se afirme no plano mundial, ela precisa ser violada na economia dependente, não no sentido de anulação ou não vigência, dinâmica que se aplica também à esfera produtiva central, “mas [...] como momento constitutivo que conforma uma totalidade contraditoriamente integrada” (Luce, 2018, p. 29) composta por economias dependentes e centrais.

Para que o capitalismo central pudesse generalizar a mais-valia relativa (barateando a força de trabalho com produtos importados), foi necessário impor à periferia uma drenagem sistemática de riqueza. Para o valor tornar-se norma global, era preciso que seu funcionamento se desse de maneira específica e contraditória na economia dependente (Wagner; Silva, 2013).

É fundamental não esquecer a centralidade do trabalho para a criação do valor nos marcos do modo de produção capitalista; deste depende a existência do capital. Além disso, não se pode confundir a noção de preços com o conceito social de valor. Não está no plano deste trabalho expor a teoria do valor em Marx, algo que exigiria muito esforço e desviaria o foco do objetivo central, no entanto, convém enfatizar qual é, exatamente, a sua natureza. A passagem a seguir esclarece:

“Uma vez que, sob as condições da produção de mercadorias, a distribuição do trabalho privado gasto em cada setor é mediada pelo valor das mercadorias (pois não há controle consciente ou divisão tradicionalmente prescrita), a questão que nos

interessa é como isso é possível, ou, de forma mais geral, como o trabalho individual se torna parte constitutiva do trabalho social total. Desse modo, a teoria do valor não tem como objetivo “provar” que a relação de troca individual é determinada pela quantidade de trabalho necessária para a produção. Em vez disso, ela se destina a explicar o caráter especificamente social do trabalho produtor de mercadoria” (Heinrich, 2024, p. 58).

O valor, nesse caso, é a forma que expressa a divisão do trabalho entre os diversos setores de uma sociedade cuja produção se orienta pela troca privada. O valor de troca é justamente a relação que expressa essa determinação social. Dito isto, cabe ressaltar: a base do fenômeno da troca desigual não se explica apenas pela prática de preços impositivamente arbitrários, mas pela própria dinâmica da lei do valor refletida contraditoriamente no seio das esferas produtivas submetidas ao imperialismo (Luce, 2018).

Na superfície, o intercâmbio desigual representa o simples fato de as economias centrais produzirem bens não produzidos pelas economias periféricas, o que confere a essas o poder monopolístico de fixar preços maiores em relação aos itens exportados pelas formações econômicas dependentes. Mais ainda, na ocasião de os capitais das economias subdesenvolvidas empregarem melhorias tecnológicas para fazer frente à sua concorrência interna, aprofundam a deterioração dos termos de troca (Wagner; Silva, 2013).

A pauta exportadora dependente tende a ser majoritariamente composta por produtos homogêneos, os quais assumem uma tendência de baixa em caso de aumento de suas produtividades, por terem uma demanda relativamente fixa; nesse caso, o emprego de tecnologia amplia ainda mais a deterioração dos termos de intercâmbio. Produzir mais feijões tende a diminuir seus preços, pois, na média, ninguém dobra o seu consumo individual de feijão apenas porque a oferta aumentou. Outro ponto importante reside na tendência de que a tecnologia adotada seja importada, obrigando-as ao pagamento de royalties e patentes, reforçando ainda mais a sua posição subordinada no mercado internacional (Marini, 2000).

Mas o mecanismo íntimo dessa situação encontra-se no desequilíbrio das intensidades nacionais do trabalho. Essa é a essência que permite às nações centrais, dotadas de elevada composição orgânica de capital e alta tecnologia, venderem as suas mercadorias a um preço superior ao seu valor individual no mercado mundial. Ao trocarem mercadorias com a periferia, esses produtos aparecem como dotados de maior quantidade de trabalho, em razão de serem considerados fruto de trabalho complexo (Wagner; Silva, 2013). Ao contrário das dependentes, onde a menor produtividade exige maior dispêndio de trabalho vivo, mas que é socialmente validado como menos intenso; por isso, as economias centrais conseguem

apropriar-se de uma quantidade de valor superior àquela efetivamente produzida (Luce, 2018).

Nos centros econômicos, as transferências de valor causam uma redistribuição interna da riqueza em função das produtividades distintas; já na periferia, a transferência remete a riqueza para fora. Configura-se, assim, a existência de duas realidades distintas embora integradas, na qual a transferência de valor atua como uma regra estrutural que medeia os seus vínculos: a periferia entrega mais horas de trabalho e recebe menos em troca, não por um acidente de mercado, mas pelo rigoroso funcionamento da totalidade integrada que é a acumulação global.

Esse aspecto torna o capitalismo dependente qualitativamente distinto, porque a negação do intercâmbio de equivalentes é um traço estrutural, portanto, assume um caráter decisivo em seu modo de ser. Isso decorre do fato de que sua reprodução está subordinada a prover as bases para a acumulação no centro, às custas da agudização de seus antagonismos sociais, insuperáveis nos marcos do capitalismo por serem um aspecto orgânico do sistema (Marini, 2025).

A contradição destacada é a de que, nas economias centrais, as transferências de valor entre os setores operam sob uma dialética positiva (as diferenças de lucro atraem investimentos que, via concorrência, nivelam a produtividade e superam a desigualdade inicial). Enquanto na economia dependente, ao contrário, impera um mecanismo de transferência de valor que não proporciona uma tendência de nivelamento entre valores e preços; mantém-se graças à determinação negativa da dialética (Luce, 2018).

A transferência de valor para o centro não aciona mecanismos de nivelamento porque a retirada sistemática dos recursos necessários para a superação do atraso é direcionada para fora da economia dependente, ampliando a contradição exposta. É essa interconexão contraditória, materializada pela dialética da negatividade, que faz da economia mundial uma unidade diferenciada (Moreira; Mendonça, 2022).

A exposição teórica feita aqui demonstra a premissa inicial destacada por Marini: a de que, nessa unidade, a economia dependente sustenta o esforço material necessário para contra-arrestar as contradições intrínsecas ao círculo infundável de reprodução e ampliação do capital, a despeito da crescente distinção da sua dinâmica capitalista interna em relação ao centro. A generalização da mais-valia relativa no capitalismo central representa, assim, um movimento para assegurar a recuperação da taxa de lucro, mas sem comprimir a capacidade de consumo da classe trabalhadora local, elemento essencial na manutenção daquele mercado.

Na contramão, a transferência estrutural de valor para ser acumulado fora de suas dependências obriga a economia dependente a adotar mecanismos internos distintos para manter-se de pé. A peça fundamental dessa reorganização na ordem capitalista não poderia ser outro senão o trabalhador. Importando mais na qualidade de produtor do que de consumidor, este tem o seu fundo de consumo expropriado pela dinâmica de acumulação do capitalismo dependente. A categoria superexploração (Marini, 2000) traduz esse movimento e os dilemas sociais desencadeados na periferia e em suas regiões mais pobres, como no caso do Maranhão, resultante direto desse processo.

3.3 O Mecanismo Central da Dependência: A Superexploração do Trabalho

Para compensar as perdas de riqueza no comércio global, as burguesias dependentes recorrem de forma extensiva e recorrente a mecanismos de exploração centrados na apropriação de parte do fundo de consumo dos trabalhadores para incrementar o capital; através da remuneração da força de trabalho por um salário incapaz de suprir satisfatoriamente suas necessidades básicas, do aumento da intensidade física e do prolongamento das jornadas de trabalho (Marini, 2025).

A esse mecanismo predominante corresponde a categoria superexploração da força de trabalho, o desdobramento lógico da categoria transferência de valor, responsável por dar forma específica à produção dependente. Essa categoria foi alvo de constantes questionamentos devido a uma interpretação equivocada, segundo a qual a superexploração não teria validade teórica porque não seria algo restrito às economias dependentes, ou mesmo de que ela negaria ou amenizaria a exploração dos trabalhadores nos centros (Osorio, 2017).

Contudo, essa categoria não nega o fato de a superexploração, enquanto transgressão do valor real da força de trabalho, acompanhada de maior exaustão física do trabalhador, ser um recurso de utilização generalizada no capitalismo. O que a TMD afirma é que ela responde pela forma predominante na qual o trabalho é explorado na periferia, buscando dar conta das exigências da produção interna dependente frente à drenagem de riqueza para o exterior (Osorio, 2017).

A descoberta da mais-valia em *O Capital*, enquanto expressão social da exploração, tem por pressuposto metodológico a noção segundo a qual o trabalhador recebe um salário correspondente à manutenção da sua capacidade de trabalho; sendo a mais-valia tudo aquilo produzido para além do seu salário. Assim, Marx assume, em sua análise abstrata, que o trabalho é remunerado pelo seu valor. Todavia, essa análise está restrita às condições médias

ideais de funcionamento do capitalismo, ou seja, a um nível de abstração considerável (Marini, 2025).

De tal modo, a categoria superexploração do trabalho situa-se em uma dimensão mais concreta da análise: ela trata da violação sistemática desse pressuposto no capitalismo dependente, onde o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor não é uma exceção de mercado, mas a condição estrutural para que a acumulação de capital ocorra.

A superexploração assume um caráter predominante nas economias dependentes, diferente da significação que possui nas economias imperialistas. Marini (2000, pg.160) sintetiza essa distinção: “as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada”.

Na prática, os mecanismos de superexploração do trabalho na periferia ocorrem de forma articulada, concorrendo para consumir não apenas o trabalho em si, mas a vida do trabalhador. Ao trabalhar intensivamente de maneira prolongada sem receber um salário que permita restabelecer o desgaste físico e psíquico, não se proporciona à burguesia dependente apenas trabalho barato, mas a própria vida do trabalhador.

Concomitantemente, o consumo negado ao trabalhador, em consonância com a redução da sua vida útil, converge para formar um fundo de acumulação de capital na economia dependente, sob a aparência de se estar remunerando justamente a força de trabalho. Tendo esse particular em mente, explica-se a entrada prematura de crianças e adolescentes no mercado de trabalho e a recorrência da extrapolação das jornadas já extensivas, como forma de os trabalhadores assegurarem o pagamento de horas extras, isso quando essas mesmas não lhes são negadas (Osorio, 2017).

A despeito de atuar em conjunto com as demais formas de superexploração, Jaime Osorio (2017) sustenta a tese de que um desses mecanismos pode ter maior peso nos processos definidores da forma da reprodução do capital na economia dependente. Para o autor, das três dimensões descritas, a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador pelo capital é a forma que tem maior significação no conjunto dos processos. Em última instância, ela responde pelos problemas políticos característicos às formações sociais dependentes.

A circunstância de receber um salário abaixo das suas necessidades efetivas, e descolado das reais condições de desgaste no trabalho, não permite aos trabalhadores da economia dependente participar de maneira substantiva do mercado interno. Nesse aspecto reside uma importante peculiaridade da forma pela qual o capital se reproduz nessas

sociedades. Nela, ao contrário dos centros imperialistas, os trabalhadores importam para o capital majoritariamente como produtores, mas não necessariamente como consumidores. Disso deriva uma estrutura produtiva desligada das necessidades da maioria, dando prioridade aos ditames externos e às suas esferas internas de alto consumo. A categoria teórica responsável pelo esclarecimento desse fenômeno na TMD é a cisão nas fases do ciclo do capital (Marini, 2025).

A brutal concentração de renda presente na América Latina reflete essa dimensão categorial. Mas não só. A tendência de baixa constante nos salários reais atinge o conjunto da classe, afetando mesmo aqueles que não se percebem superexplorados (por receberem salários acima da média e deterem certo grau de qualificação), mas que são, ainda assim, submetidos à superexploração, sobretudo pela via da intensificação do trabalho.

Todas essas configurações convergem para a elevada violência das lutas de classes dessa região. Logo, a determinação proveniente da apropriação de parte do consumo dos trabalhadores é a que melhor articula todos os processos relacionados à forma específica na qual o capital se reproduz nas formações sociais dependentes (Manoel; Landi, 2023).

Importa frisar que a superexploração não é determinada isoladamente pelos setores mais dinâmicos e exportadores de uma economia dependente. Ela decorre, sobretudo, da necessidade de compensar a desvantagem econômica das burguesias locais no cenário global (sócia menor), marcada por assimetrias tecnológicas, subordinação política, entre outras circunstâncias. Isso significa que, ainda que determinados setores empreguem elevada tecnologia e paguem salários acima da média local, é a relação subordinada e a transferência de valor que é um fator estrutural central, embora não único, definidor do rebaixamento dos salários reais na economia dependente como um todo (Trindade, 2022).

A anatomia das sociedades dependentes latino-americanas partilha de certas particularidades as quais são mecanismos integrantes da reprodução global do capital. Com base nisso, a posição subalterna dos países dependentes é determinada, em grande medida, pelas crises de acumulação estruturais do sistema mundial, comandadas pelos centros do capitalismo e pelas necessidades de valorização de capital advindas daqueles. Em resumo, as economias dependentes estão subjugadas pelas leis de desenvolvimento do capitalismo na dimensão mundial.

Porém, não podemos concluir pela estagnação irreversível das economias dependentes. A TMD não afirma isso. As economias dependentes podem obter crescimento, mas sempre reafirmando as contradições pertinentes à sua condição dependente. Em linhas gerais, o crescimento nessas economias se faz por meio da ampliação do expediente da

superexploração da força de trabalho (e das consequências diretas advindas dessa superexploração já mencionadas) e/ou dos ciclos conjunturais de expansão da acumulação capitalista mundial. Estes tendem a minimizar os condicionantes estruturais de transferência de valor pela alta dos preços, mas, ao mesmo tempo, reforçam a importância do setor externo para as economias dependentes (Trindade; Bandeira, 2020).

Na próxima seção, a análise avançará a um nível mais concreto. O intuito é apresentar as categorias Padrão de Reprodução do Capital (PRC) e Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP), a forma histórica atual da dependência da América Latina. Essas categorias serão fundamentais para entender a dependência contemporânea brasileira e, conseqüentemente, os fundamentos materiais do subdesenvolvimento maranhense.

3.4 Padrões de Reprodução do Capital: Do Modelo Tecnológico-Industrial à Consolidação do Padrão Exportador de Especialização Produtiva

O desenvolvimento do capitalismo em escala global é acompanhado por dinâmicas tendenciais derivadas da manutenção do seu círculo infinito de autovalorização, da sua tentativa infrutífera de superar as contradições às quais lhe dão vida. Os denominados ciclos de acumulação imprimem historicidade à relação de dependência entre centro e periferia. Cada tendência histórica do capitalismo mundial repercute de maneira significativa na esfera das formações econômico-sociais dependentes, incidindo de forma marcante sobre a estruturação política de suas relações sociopolíticas (Carcanholo, 2011).

Na medida em que é a necessidade de valorização de capital das economias centrais que inicia os movimentos mais significativos no que tange ao processo de acumulação capitalista em escala mundial, os efeitos provocados pela readequação dos seus processos de valorização impulsionam e condicionam a dinâmica da expansão capitalista mundial. Desse modo, as formas históricas da dependência refletem essas tendências desencadeadas na esfera global no âmbito das economias periféricas, devido às suas relações orgânicas na alçada da economia mundial (Trindade, 2022).

Logo após a consolidação do capitalismo e do alastramento das suas legalidades para o mundo, inicia-se o que seria a primeira forma histórica da dependência. O modelo agroexportador clássico responde pela especialização da América Latina em produtos primários no intuito de viabilizar o processo de acumulação de capital das economias centrais (Trindade; Bandeira, 2020).

Para expandir-se nos centros hegemônicos e garantir domínio, o grande capital estimulou a especialização produtiva da região em matérias-primas e produtos agropecuários em prol da manutenção da incessante produção das industriais centrais já posta em pleno desenvolvimento nesse período. Esse foi um fator crucial para o desenvolvimento de uma estrutura produtiva interna dependente voltada à exportação dos mencionados produtos, responsável pela rígida especialização produtiva e monocultura predominante até os dias atuais nas economias latino-americanas (Marini, 2000).

Na sequência de um período de desenvolvimento industrial relativamente autônomo, por conta das restrições externas provenientes das guerras mundiais, ocorre a fase tecnológico-industrial da dependência. Essa inicia-se por volta dos anos 1950 (Trindade, 2020) em correspondência à fase imperialista do capitalismo. A sua instauração está atrelada ao fato de a industrialização plena nos países centrais ter gerado uma considerável concentração de capital. Tendo em vista a dificuldade para garantir aplicações lucrativas para o excesso de capital produzido, a sua exportação para os países periféricos foi uma solução para sua busca de valorização (Lênin, 2011).

Os chamados investimentos diretos intensificaram a transferência de recursos pela repatriação de lucros e pelas rendas provenientes do uso das tecnologias de propriedade das economias dominantes no contexto da industrialização periférica. Logo, a industrialização mencionada responde por uma nova forma histórica da dependência, refletindo os movimentos de reestruturação do capitalismo em função da sua essência acumulativa. Esse período não apenas reforçou os mecanismos e características estruturadas por formas anteriores, mas inaugurou processos de submissão não instituídos até então, assim como tornou determinantes outros processos que, até então, mantinham-se em segundo plano. A respeito deste aspecto, Trindade e Bandeira, 2020, resumem:

“[...] a tecnológico-industrial, baseava-se em corporações multinacionais que começaram a investir e instalar indústrias dentro das economias dependentes visando o mercado interno destes países. Dessa forma, a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a aquisição de maquinário e matérias-primas não produzidas domesticamente. Esta aquisição está limitada por: i) recursos gerados pelo setor exportador; ii) pelo monopólio de patentes. A consequência da primeira limitação é a necessidade de preservar o setor exportador tradicional gerador de divisas. A segunda limitação se dá por conta de que o maquinário e os insumos necessários ao desenvolvimento industrial dos países periféricos são produzidos em um mercado internacional altamente concentrado, o que eleva seus preços. Há também a necessidade de pagamentos de royalties para a utilização de produtos e tecnologias patenteadas, ou, na maioria dos casos, as indústrias produtoras convertem esses produtos em capital e os introduzem nas economias dependentes na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de filiais. Isto faz com que os fluxos de

recursos sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, o que explica sua escassez de divisas e permanentes crises cambiais” (Trindade; Bandeira, 2020).

Em virtude de tais tendências, a industrialização dos países dependentes não alcançou a mesma significação que obteve no centro. Isso ocorre porque sua implementação não visou um processo autônomo de avanço produtivo que incluísse de maneira massiva, por definição, as camadas populares na esfera de consumo. Pelo contrário, em razão da cisão entre a esfera da produção e a esfera do consumo, intrínseca à economia dependente, a produção é majoritariamente direcionada às camadas médias e altas e ao mercado externo. Para sustentar esse padrão, o capital exige um rebaixamento constante dos rendimentos da massa popular, reforçando a superexploração do trabalho como o motor que compensa a transferência de valor para os países centrais (Mascaro, 2024).

Dado que a burguesia dependente é uma sócia menor no interior do capitalismo mundial, a industrialização dependente foi um momento complementar e necessário ao movimento geral da acumulação mundial. Esse fato explica a ausência de divergência entre a burguesia dependente, a reprodução do sistema em sua totalidade e seu comando central. Países como o Brasil, por exemplo, assumem um posicionamento específico no quadro geral do capitalismo devido a tal relação intrínseca, servindo de entreposto para o capital central alcançar países dependentes adjacentes (Mascaro, 2024).

Diante da incapacidade histórica de integrar grande parte da população ao consumo e criar um mercado interno robusto, o Brasil serviu de ponta de lança para os interesses do capital internacional se imporem a mercados externos próximos, garantindo espaços ainda mais subdesenvolvidos para produtos produzidos em seu interior e a parques fabris defasados tecnologicamente. Esse traço distintivo no âmbito do funcionamento da economia mundial foi categorizado por Marini (2025) de subimperialismo, em que uma nação dependente subordina outras mais vulneráveis, formando uma teia de relações hierárquicas.

Por isso, a industrialização brasileira foi viabilizada mediante a participação massiva do capital estrangeiro. A transferência de equipamentos obsoletos provenientes dos países desenvolvidos para as economias periféricas através da associação com a burguesia local foi um dos circuitos estruturantes da industrialização dependente. Para conseguir atrair esses investimentos externos e, portanto, associar-se ao imperialismo, o trunfo da classe dominante nacional estava na possibilidade de lucros elevados em razão da contenção estrutural dos salários dos trabalhadores. Dessa maneira, a burguesia dependente pôde garantir participação reduzida na apropriação dos lucros gerados pela dinâmica de acumulação global. O efeito colateral dessa associação reside no fato de que a produção na periferia não se converte em

avanços porque os excedentes gerados internamente são remetidos ao exterior para remunerar o sócio majoritário, reforçando a expansão e submissão ao capital estrangeiro (Manoel; Landi, 2023).

Por ser um movimento carregado por contradições, o capitalismo incorre em crises periódicas. O movimento próprio do capital materializado na sua recorrente busca por valorização traz consigo os elementos de sua crise, logo estas são essencialmente resultado da sua própria dinâmica. Mas se engana quem avalia as crises do capitalismo apenas por uma perspectiva nevrálgica. As crises são necessárias para a manutenção da unidade de produção e circulação do capital, nesse sentido o seu movimento precisa ser cíclico (Tapia, 2017).

Dentre os vários elementos em potencial e possíveis para a instauração de uma crise no modo de produção centrado no capital está a tendência de baixa da taxa de lucro. O processo de desenvolvimento das forças produtivas necessário para superar a concorrência entre capitais individuais resulta no aumento constante da composição orgânica do capital (emprego maior de máquinas e demais aparatos tecnológicos) em detrimento do elemento central de valorização: a força de trabalho (Carcanholo, 2008).

Esse processo resulta na diminuição da taxa geral de lucro porque o fator de valorização, o trabalho vivo, é reduzido em relação ao capital total investido. Ainda que o lucro em absoluto possa crescer devido ao aumento do volume da produção, a rentabilidade, a razão entre lucro e capital total investido, tende a uma diminuição consistente por consequência da redução da mais-valia (Marx, 2017).

Face a esse quadro, a taxa de lucro declinante produz um excesso de capitais, pois, em tal cenário, torna-se imperativa a destruição de capital para a recuperação da referida taxa. Ato contínuo, ocorrem demissões em massa e as mercadorias não são realizadas (vendidas), concretizando assim a superprodução, a qual dá seguimento a uma crise caracterizada pelo desmantelamento do circuito de valorização do capital (Marx, 2017).

Foram essas circunstâncias centrais para a ocorrência da crise mundial de 1970. Carcanholo (2008) a qualifica como uma crise de superacumulação decorrente da contínua queda da taxa de lucro dos anos que a precederam. Essa crise é um marco para a instauração de um novo padrão histórico da dependência latino-americana, da sua relação funcionalmente subordinada à manutenção da economia mundial.

A crise alcançou os países sul americanos devido, sobretudo, ao autoendividamento adquirido em consequência dos seus projetos de industrialização terem sido financiados basicamente pelos chamados petrodólares. Não poderia ser diferente, pois dada a sua posição de subordinação, caberia à região tratar de participar ativamente no reestabelecimento da

ordem do capital mundial, porém não mais sob o processo de substituição de importações (Bresser-Pereira, 1991).

O aumento do preço do petróleo no desenrolar da crise de 1970, reflexo dos desarranjos políticos e econômicos da ordem global, provocados pela saturação do modelo capitalista do pós-guerra, fez com que a oferta da moeda norte-americana nos bancos ocidentais aumentasse abruptamente. Os bancos tratam de conceder empréstimos massivos e a juros baixos aos países da América Latina a fim de encontrar possibilidades de lucro para o excesso de capital em potencial derivado da situação descrita (Moura, 2020).

O choque inflacionário decorrente do aumento do preço do petróleo provocou uma aceleração da inflação. Na tentativa de conter o processo inflacionário interno, os Estados Unidos da América aumentaram a taxa de juro que impactou diretamente o serviço da dívida dos países latino-americanos, deixando-a impagável. Estava formada a chamada crise da dívida dos países de terceiro mundo (Bresser-Pereira, 1991).

Percebemos aqui como a relação da dependência cria, na prática, as cadeias de transmissão dos imbróglios da crise de acumulação no capitalismo central para a periferia do sistema através das configurações relacionais arquitetadas ao longo da formação desigual do sistema mundial capitalista. No caso em tela, fica clara a relevância do aspecto financeiro (divisas para se industrializar) como mecanismo de subordinação materializado nas transferências de riqueza (aumento da dívida), conforme apresentado na citação de Trindade e Bandeira, (2020) anteriormente.

Para amenizar os efeitos da crise interna e externa, transformar a crise da dívida dos países periféricos em fonte de riqueza para si e reestabelecer as condições favoráveis de valorização e lucratividade em patamares atrativos, as nações hegemônicas (EUA e Inglaterra) passaram a impor diretrizes de política econômica à periferia através de organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial) gerenciados por elas mesmas (Fortes, Pereira, Ramos, 2021).

Os arranjos institucionais do pós-guerra consagrados como acordos de Bretton Woods², não atendiam mais aos anseios de expansão do capital. Os acordos pautados na cooperação, no padrão ouro dólar para o controle de capitais especulativos com a supervisão de instituições de controle, visando o livre comércio internacional no pós-guerra, deram lugar a uma ordem onde impera única e exclusivamente a concorrência mercantil ancorada na livre

² Bretton Woods (1944): acordo que estabeleceu o novo sistema monetário pós-Segunda Guerra — criou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, fixou o dólar ao ouro e as demais moedas ao dólar, visando estabilidade cambial e reconstrução econômica; consolidou a liderança financeira dos EUA e vigorou até o fim da conversibilidade dólar-ouro em 1971.

iniciativa, o livre mercado virou um fim em si mesmo, embora de forma desigual sobre o globo (Filgueiras, 2001).

O denominado Consenso de Washington, termo que adveio a sintetizar as diretrizes que passaram a ditar as regras da economia mundial traduzidas por um conjunto de políticas econômicas focadas na disciplina fiscal, em privatizações, liberalização comercial e financeira, desregulamentação, foi propagandeado como uma estratégia de desenvolvimento através do qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar crescimento pela via exclusiva do livre-mercado (Morais; Silva; Silva, 2020).

Além da readequação significativa do Estado a favor da acumulação do capital sob o domínio do setor privado, a cartilha do consenso previa: arrocho salarial, redução da tributação sobre rendimentos, redefinição das ingerências do estado (desconstrução do estado de bem-estar social) (Carcanholo, 2000).

A reestruturação produtiva, precarizando o trabalho por meio da flexibilização, automação, terceirização, redução de custos e foco na produtividade e demanda, transformando o trabalhador em um "empreendedor de si", visava aumentar o número de rotações do capital mantido constante o volume de capital investido, gerando mais lucros em um mesmo intervalo de tempo. Esse seria o receituário interno a ser seguido, principalmente pela periferia econômica (Centeno; Ferraro, 2023).

Na esfera externa, a abertura comercial das economias periféricas, para garantir espaços de realização das mercadorias produzidas nos centros do capitalismo, deveriam ser infalíveis para a superação dos efeitos da crise mundial sobre o continente latino-americano. Mas a principal diretriz para esses países ficou por conta da liberalização financeira irrestrita, dando vazão preponderante ao capital fictício; a alternativa para o excesso oriundo da crise de superprodução valorizar-se marcadamente fora da esfera de produção (Carcanholo, 2008).

Embora em alguma medida a implementação dessas diretrizes nos centros hegemônicos tenham sido implementadas, o fato é: devido a estrutura hierárquica que acompanhou a mundialização do capitalismo essas foram aplicadas de maneira mais contundente na América Latina. A região inclusive serviu de plataforma de ensaio para o determinado Consenso, após a instauração de ditaduras como forma de impor as suas diretrizes impopulares (Carcanholo, 2000).

Conjuntamente, nasce a justificativa ideológica desse processo. O neoliberalismo traduz o interesse do capitalismo central em alcançar a plena recuperação das condições de lucratividade do seu capital, legitimando a desconstrução das instituições e preceitos que

guiaram o capitalismo a partir do pós-guerra, especialmente as políticas econômicas anticíclicas efetuadas pelo Estado, o consagrado consenso Keynesiano (Filgueiras, 2001).

Em seu lugar, o neoliberalismo põe um programa de políticas econômicas para o provimento da extrema competição em todas as esferas da vida (Przeworski, 1993). Estabelece uma ética na qual a lógica mercantil deve servir de guia para todas as ações humanas, devem estar acima de todos outros valores. Em suma, o mercado justifica a si, sem estabelecer nenhuma relação com os desígnios sociais (Nofal, 2023). A vigência neoliberal rearticulou a economia mundial sob uma nova divisão internacional do trabalho, pondo fim ao projeto de industrialização nas economias latino-americanas.

Durante as décadas do século XX, a América Latina, em especial a economia brasileira, sofreu grandes transformações por exigência da investida prática do imperialismo, a fim de superar a crise estrutural dos anos de 1970 e a reprodução ampliada dos seus capitais atravancada pela estagnação daquele período; uma ofensiva cujo ponto de chegada estava na exacerbação da universalização do capital e da sua característica totalizante (Martins, 2005).

É pertinente enfatizar que a mudança de uma forma histórica da dependência a uma outra não cessa as características impressas por uma forma anterior, apenas estabelecem novos padrões que assumem o padrão-eixo dos movimentos fundamentais da economia dependente em questão. A passagem a seguir esclarece:

“[...] na fase neoliberal do capitalismo, os mecanismos clássicos de transferência de valor, instaurados e replicados durante as distintas fases históricas do capitalismo, fazem-se presentes, além do mais, são intensificados. No plano do comércio de mercadorias, seguem as trocas desiguais. A atração de capitais, necessária para contrapor os desequilíbrios advindos das trocas desiguais, possibilita a manutenção de transferência de valores pelo canal da repatriação de lucros consequente dos investimentos estrangeiros diretos, que incidem positivamente sobre a capacidade de produzir das economias dependentes, entretanto, comprometem a acumulação interna porque transferem o problema das contas externas para um momento posterior (Brito de Jesus, 2021).”

Com base na descrição feita por Brito de Jesus (2021), a fase neoliberal da dependência mantém: a superexploração do trabalho, como fator estrutural central da dinâmica de acumulação destas nações; a perda nos termos de troca, ou seja, a transferência de valor pela via comercial por consequência das diferenças de produtividades manifesta na redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes em face dos preços dos produtos industriais ou insumos tecnológicos (cujos royalties agravam a drenagem) importados dos países centrais. Entretanto, estabelece o capital especulativo como uma frente

importante de drenagem do excedente dos países dependentes para os avançados sob a forma de juros, lucros, amortizações e dividendos.

A intensificação da valorização puramente financeira, em resposta ao excesso de capital causador da crise estrutural do capitalismo, estabeleceu uma nova fase da dependência latino-americana. Esse processo readequou a produção regional, culminando em um padrão de reprodução do capital voltado à sustentação desse ciclo de valorização financeira (Amaral, 2007).

Aqui chegamos à categoria padrão de reprodução do capital. Essa propõe conectar as leis gerais do sistema mundial capitalista às situações concretas das formações socioeconômicas da América Latina. Estando em um nível intermediário de abstração, entre as leis gerais e situações históricas concretas, essa categoria desvela os eixos de acumulação em cada período; os mais notórios setores de reprodução do capital que lideram o ciclo de cada época (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012).

O ciclo do capital (D-M-P-D') transcreve a origem dos investimentos, ou quais setores recebem as maiores inversões tornando-se os motores de valorização de cada época (o que se produz), além da destinação da produção advinda desses setores. A categoria em questão consegue captar o padrão tendencial desse ciclo, desvelando, assim, as regularidades da estrutura produtiva de cada período histórico e a sua influência sobre a vida da população local, do território, meio ambiente, etc (Osorio, 2017).

Ainda de acordo com Osorio (2017), ao restabelecer a unidade entre o processo de valorização (dinheiro e lucro) e a sua encarnação em valores de uso específicos (alimentos, automóveis ou armas), a categoria ainda revela como a estrutura produtiva se divorcia ou se aproxima das necessidades de consumo das massas. Valorizar o capital produzindo armamentos ou cabeça de gados implicam em características diferentes para a formação social produtora.

Além disso, a categoria possibilita a compreensão de como as tendências externas (oriunda de crises nos centros, das inovações tecnológicas e movimentos cíclicos do sistema) são internalizadas pelas economias dependentes. Essa internalização se manifesta em transições e reestruturações que permitem a análise das mudanças de padrões de reprodução na região e sua repercussão social.

Cada padrão de reprodução configura uma trajetória delineada pelo ciclo de valorização do capital. Na medida em que o sistema mundial se transforma, essa trajetória altera sua direção e componentes materiais, sem jamais apagar a marca estrutural da dependência. Ferreira, Osorio e Mathias (2012) sintetizam essa definição ao afirmar que a

noção de padrão surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos e espaços geográficos determinados, considerando sua metamorfose pelas esferas da produção e circulação.

A descoberta dessa categoria permitiu à TMD identificar os padrões precedentes: o agromineiro exportador clássico e o industrial, esse último em suas fases autônoma e associada ao capital estrangeiro. Atualmente, vigora o Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva, consolidado nos anos 1980 sob a mundialização neoliberal. Embora a nomenclatura sugira uma repetição do modelo clássico do século XIX, trata-se, na verdade, de uma rearticulação da economia dependente em um estágio tecnológico e organizacional superior, uma especialização produtiva sob o domínio da microeletrônica e das cadeias globais de valor (Osorio, 2017).

O padrão contemporâneo possui uma pauta exportadora mais diversificada, além de produtos primários (minerais, agrícolas e energéticos) e serviços, bens industriais de baixo valor agregado também fazem parte dela. Isto porque estes bens integram segmentos de cadeias globais comandadas por transnacionais nas economias dependentes, focadas em atividades de montagem (maquila) ou no processamento simples de recursos naturais, com débil difusão tecnológica local (Ferreira; Osorio; Mathias, 2012).

A explicação disso está na supressão da industrialização nacional latino-americana por consequência da ofensiva neoliberal. A abertura externa irrestrita propugnada pelo receituário neoliberal desencadeou o desmonte da indústria nacional em certos setores e, em outros, a reorientação da infraestrutura remanescente para ser um elo subordinado às cadeias produtivas globais de transnacionais. Esses foram os pontos centrais os quais explicam o fim da industrialização na América Latina enquanto projeto nacional de soberania.

O papel do mercado interno na dinâmica do novo padrão exportador é mais relevante se comparado ao agromineiro exportador clássico, visto que o mercado interno era diminuto e a finalização do ciclo do capital era quase totalmente externa. No padrão atual, existe um mercado interno significativo sustentado pelas elites e pelos setores vinculados à exportação (Osorio, 2017).

O ponto de convergência entre ambos está na continuidade do setor externo na condição de influência determinante nos ditames internos. A prova disso está na permanência do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades da maioria da população, representada na compreensão dos seus salários, parte integrante de uma estratégia que assegura a competitividade externa para as burguesias locais.

Se no padrão exportador clássico os enclaves restringiam-se à extração mineral ou agrícola sem uso intensivo de tecnologia, os novos enclaves utilizam tecnologias avançadas: plataformas de petróleo, fábricas automatizadas e portos modernos. Contudo, assim como os seus antecessores, eles não estabelecem relações orgânicas com a economia nacional, pois tanto a tecnologia quanto os equipamentos e insumos são prioritariamente importados. O território local é utilizado apenas como plataforma de valorização e fonte de mão de obra barata, sem desenvolver autonomia, sobretudo tecnológica.

Assim, o novo padrão condicionou a especialização das economias dependentes em segmentos nos quais estas possuem vantagens naturais ou comparativas, como a soja, a montagem automotiva ou o turismo, em conformidade com as tendências da acumulação mundial. Sob a égide da abertura externa irrestrita neoliberal, a periferia converte-se em mero segmento de cadeias globais, perdendo a autonomia para determinar internamente o caminho do desenvolvimento das suas forças produtivas, porque a decisão sobre os rumos cruciais da economia dependente é influenciada pelo capital externo (Cano, 2000).

A relação entre o novo padrão e o ciclo de valorização financeira ocorre, primordialmente, pelas necessidades de remuneração dos chamados investimentos indiretos. Ao contrário dos investimentos diretos (fábricas, equipamentos, etc.), que detêm a propriedade total ou parcial do capital produtivo, os investimentos indiretos situam-se na dimensão estritamente financeira. Estes captam a mais-valia através de juros e amortizações ao financiar a produção interna por meio de empréstimos, da dívida pública ou das especulações sobre o mercado futuro (derivativos) (Amaral, 2007).

A predominância desse capital fictício instaura um mecanismo em que a dependência é ampliada para adquirir dólares a fim de remunerar o capital estrangeiro, processo que reafirma a importância do setor exportador (soja, petróleo, minério). A resultante dessa dinâmica, por sua vez, reforça a produção orientada para o mercado mundial, afastando-se ainda mais a economia periférica das suas necessidades internas em prol de possibilitar a continuidade das transferências de valores por todos os canais, mas primordialmente por meio da esfera financeira, intensificando ainda mais o expediente da superexploração do trabalho (Amaral, 2006).

A financeirização gera um alastramento da lógica sobre todos os elementos da economia dependente. A terra, em especial, sofre uma pressão valorativa exacerbada em função das expectativas de renda futura no setor de commodities. Logo, a necessidade de ampliação das fronteiras agrícolas e minerais (porque comumente as economias dependentes

possuem vantagens naturais nessas atividades) faz parte da perpetuação da ciranda especulativa (Boechat, 2023).

Essa dimensão expõe como o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas, a superexploração, o desequilíbrio comercial (trocas desiguais) são funcionais à valorização do capital fictício na bolsa e nos juros da dívida interna ou externa.

Exposta a categoria padrão de reprodução do capital e a sua centralidade para as formas históricas da dependência latino-americana, cujo Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP) é a expressão contemporânea, torna-se imperativo observar sua concretude no contexto brasileiro. Este movimento de concretização, do geral ao particular, é o passo intermediário necessário para que, no Capítulo 4, possamos compreender como os dilemas sociais maranhenses mais notórios são mediados e tensionados por sua base econômica.

3.5 A Materialidade da Dependência no Brasil: Especialização Regressiva, Superexploração e Dominância Financeira

As tendências expostas no tópico acima são a base material à qual correspondem as seguintes consequências sociais na América Latina: região onde existe o maior número de pessoas vivendo em favelas, local onde se registra jornadas laborais alarmantes e níveis salariais muito baixos se comparados com as economias do centro do capitalismo mundial (Luce, 2018).

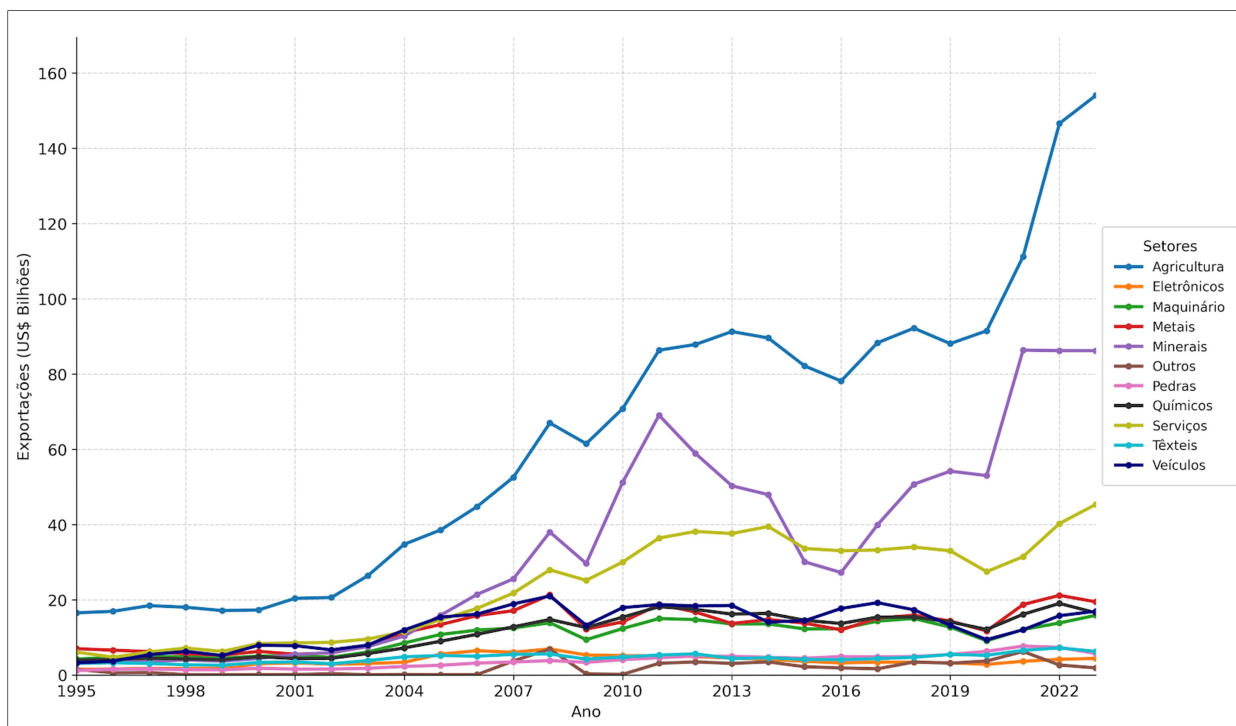
Analisando o Brasil através da perspectiva da TMD, podemos alcançar um entendimento consistente sobre o fato de que essa economia orbita entre as dez maiores participações no PIB mundial, mas, ao mesmo tempo, ocupa a posição 84 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU sendo, por consequência, um dos países mais desiguais do mundo (UNDP, 2025).

O país ocupa o quinto lugar entre 216 nações em um relatório global sobre desigualdade de renda. O *World Inequality Report* (2025) indica que 10% dos brasileiros no topo da pirâmide de rendimentos *per capita* capturam 59,1% da renda nacional, enquanto a metade mais pobre fica com apenas 9,3%.

A desigualdade descrita tem por elemento essencial a inserção subordinada do Brasil no mercado global (padrão exportador de especialização produtiva). Essa dimensão pode ser verificada através da análise do perfil comercial brasileiro com o resto do mundo. O gráfico 1 demonstra o peso das atividades primárias na composição das exportações brasileiras, um dos eixos da transferência de valor para o centro. O setor agrícola apresenta um crescimento

vertiginoso, consolidando-se como um dos pilares das exportações brasileiras. Em 2023, atingiu a marca histórica de aproximadamente US\$ 154 bilhões.

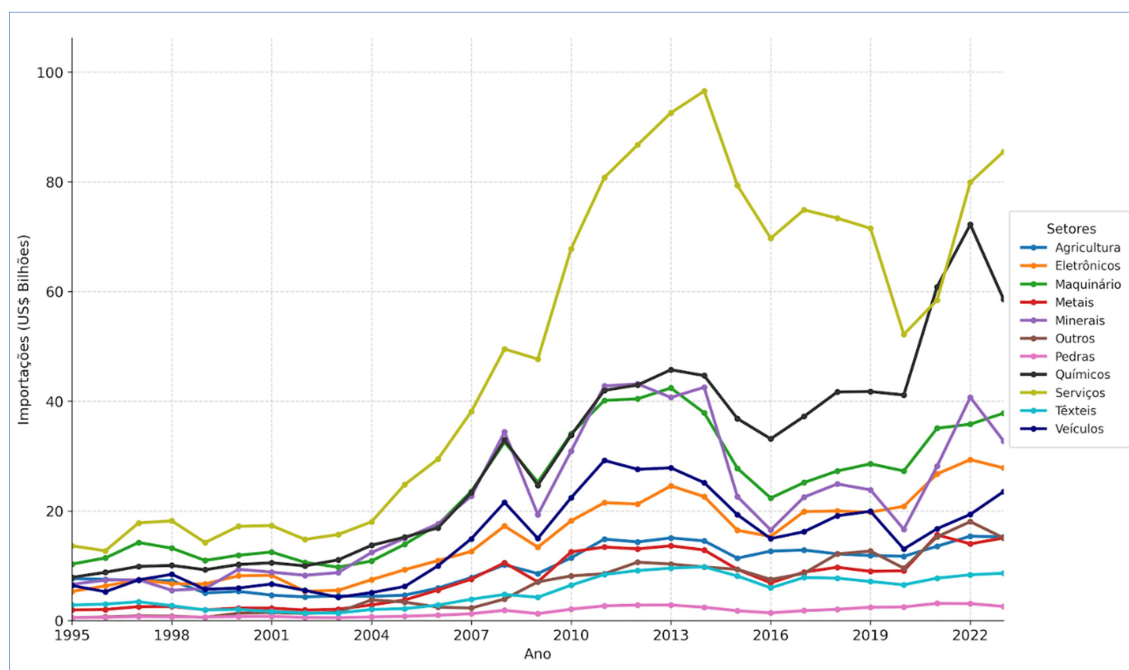
Gráfico 1 - Evolução das exportações brutas do Brasil por setor (1995-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em dados do Atlas da Complexidade Econômica de Harvard.

No mesmo ano, com cerca de US\$ 86 bilhões, o setor mineral ocupou a segunda posição. A projeção crescente do setor mineral despontou significativamente a partir de meados dos anos 2000, impulsionado pela alta demanda das commodities no mercado mundial. Setores de maior valor agregado tecnológico, como maquinário (US\$ 15,9 bi) e eletrônicos (US\$ 4,4 bi), apresentam um crescimento muito mais lento e uma participação reduzida no volume total das exportações, evidenciando a especialização do país em produtos primários.

No ano de 2024, o petróleo bruto assumiu a liderança dos produtos mais exportados pelo Brasil, deixando a segunda colocação para a soja e consolidando essa posição em 2025. Em 2024, o valor exportado de petróleo bruto registrou US\$ 45 bilhões, enquanto a soja atingiu US\$ 42,9 bilhões. No ano seguinte, o petróleo alcançou a faixa de US\$ 44,7 bilhões, ante US\$ 43,5 bilhões da soja. Entretanto, a soja manteve-se como o principal produto da pauta do agronegócio, sendo central para a formação de superávits comerciais (na métrica do acumulado) nos últimos anos, sobretudo em 2025 (Brasil, 2026).

Gráfico 2 – Evolução das Importações Brutas do Brasil por setor (1995 – 2023)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados do Atlas da Complexidade Econômica de Harvard.

A análise do Gráfico 2 (Importações do Brasil) demonstra um contraste no que tange ao grau de elaboração tecnológica das mercadorias importadas em comparação às exportadas. Mais que isso, o contraste revela a natureza da dependência tecnológica e produtiva do país no cenário internacional.

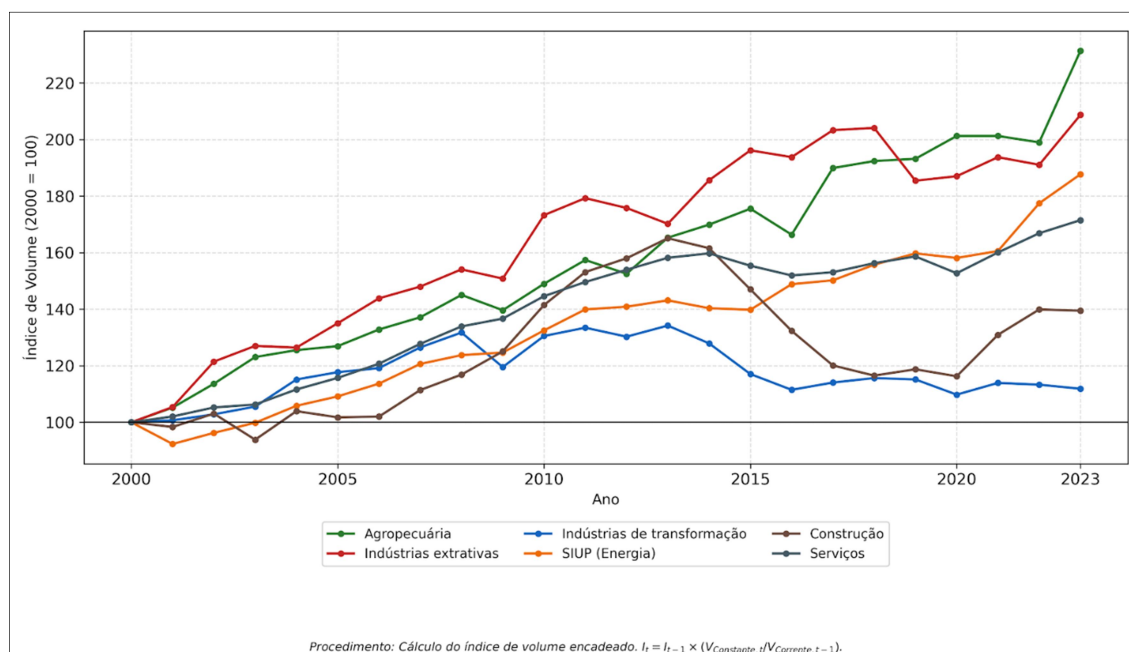
O setor de serviços lidera o ranking das importações: em 2023, atingiu o patamar de US\$ 85,5 bilhões. A cifra reflete gastos estruturais com logística internacional (frete), aluguel de equipamentos (afretamento de plataformas de petróleo), viagens e pagamento de direitos de propriedade intelectual (software e tecnologias). A ascensão contínua desta linha indica que o Brasil consome cada vez mais 'inteligência' e infraestrutura logística externa por não desenvolver autonomamente essas atividades, mesmo movimentando um fluxo intenso de mercadorias.

Essa dinâmica se aprofunda na dependência de insumos e bens de capital. Os setores de químicos (US\$ 58,6 bilhões) e maquinário (US\$ 37,8 bilhões) foram o segundo e terceiro maiores grupos de importação em 2023. O crescimento expressivo do setor químico (de US\$ 7,8 bi em 1995 para US\$ 58,6 bi em 2023) evidencia a dependência do agronegócio por fertilizantes e defensivos, além da necessidade de insumos farmacêuticos e plásticos, padrão que se manteve em 2024 e 2025 (Brasil, 2026).

O funcionamento das atividades industriais remanescentes e do setor agrícola depende da tecnologia produzida nos centros do capitalismo global. Em 2023, a importação de maquinários e eletrônicos somou US\$ 65 bilhões, ocupando posição de destaque na pauta importadora. Em 2024, os principais itens foram óleos combustíveis, fertilizantes, transistores e maquinário não elétrico. Já em 2025, medicamentos e produtos farmacêuticos ascenderam no ranking, deslocando os transistores do "top 4", enquanto a dependência estrutural permaneceu inalterada (Brasil, 2026).

Esse padrão torna a economia vulnerável a choques de preços internacionais, pressionando a inflação interna, como ocorre nas variações do petróleo, que impactam diretamente o custo de vida. Os dados ilustram o fenômeno da especialização regressiva: o Brasil exporta commodities de baixa complexidade para financiar a importação de tecnologia e serviços complexos.

Essa assimetria é característica da atual fase da dependência, na qual a riqueza gerada pelos setores em que a economia dependente possui vantagens naturais e competitivas (o agronegócio, por exemplo, estruturado a partir de uma considerável concentração fundiária), em conjunto com transnacionais focadas na produção de matérias-primas vinculadas a uma interconexão global de cadeias produtivas, é utilizada para financiar a importação de tecnologia e serviços que o país não produz internamente. Esse ciclo reforça a concentração de renda e o atraso tecnológico, retroalimentando um modelo de negócio regressivo do ponto de vista da complexidade econômica.

Gráfico 3 – Evolução das Taxas de Crescimento Real do VAB por setor (Base: 2000 = 100)³

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026, com dados do IBGE/SCN (Tabela 10.1)

O retrato ilustrado pelos dados do Gráfico 3 quantifica o fenômeno da especialização regressiva (ou primarização) da economia brasileira sob o Padrão Produtivo Exportador (PPE). O Gráfico traz informações a respeito da taxa de crescimento real do Valor Adicionado Bruto (VAB), evidenciando o volume produzido por setor para a formação do PIB brasileiro de 2000 a 2023. No recorte analisado, o setor da Agropecuária obteve um crescimento de destaque, acumulando 131,4% em termos de produção real, seguido pela Indústria Extrativa, que registrou um crescimento de 108,7%.

Em contrapartida, a Indústria de Transformação registrou um crescimento irrisório de apenas 11,8% em 23 anos. Observa-se, especialmente a partir de 2015, uma queda acentuada de sua participação no PIB, sem uma recuperação sustentada nos anos posteriores. Uma avaliação mais detalhada sobre as atividades industriais brasileiras ilustra com precisão o quadro de especialização regressiva instaurado pelo PEEP. O Quadro 1 apresenta as principais atividades industriais, seus respectivos níveis de intensidade tecnológica e o vínculo produtivo dominante no período de declínio substancial da Indústria de Transformação (2015-2023).

³ Para mais informações:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/eb28851754e715f788c83be13ff954f5.pdf

Quadro 1 – Perfil das Atividades Líderes da Indústria de Transformação (Média 2015-2023)

Atividade Industrial (CNAE 2.0)	Intensidade Tecnológica (OCDE)	Participação Média no VTI (%)	Vínculo Produtivo Dominante (SCN/IBGE)
1. Produtos Alimentícios	Baixa	22,1	Agronegócio (Lavoura e Pecuária)
2. Refino de Petróleo e Biocombustíveis	Média-Baixa	11,8	Extrativismo Mineral (Petróleo Bruto)
3. Produtos Químicos	Média-Alta ⁴	10,5	Agronegócio (Insumos/Fertilizantes)
4. Metalurgia	Média-Baixa	7,9	Extrativismo Mineral (Minérios Metálicos)
5. Veículos Automotores	Média-Alta	7,4	Mercado Interno (Montagem)
6. Celulose e Papel	Baixa	4,5	Silvicultura (Madeira)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados do IBGE (Série Histórica PIA 2015-2023 e SCN/TRU 2021) e taxonomia da OCDE.

A produção de alimentos lidera o quadro. De tudo o que a indústria produziu entre 2015 e 2023, o setor de alimentos colaborou, em média, com 22,1% do Valor da Transformação Industrial (VTI). O vínculo dominante do setor alimentício concentra-se no agronegócio, demonstrando que a indústria brasileira mantém uma relação de prolongamento com o setor primário. O beneficiamento de produtos (soja, carne, cana-de-açúcar) para exportação ou consumo básico é o que rege a industrialização, e não um desenvolvimento ancorado em inovação tecnológica. O fato de 33,9% do valor industrial (Alimentos + Refino) advir de setores de baixa ou média-baixa tecnologia prova que o Brasil se limita a processar minimamente suas matérias-primas antes de enviá-las aos centros globais.

O restante do quadro reforça o argumento. A importância da produção de fertilizantes (produtos químicos) deixa mais evidente a relação de prolongamento entre a indústria, e a produção agrícola, (encadeamento para frente), uma vez que essa atua como suporte para o setor de commodities. A metalurgia no Brasil, por outro lado, estabelece um encadeamento para trás, dependendo fortemente do extrativismo, sendo apenas um braço do circuito global de valorização, uma vez que beneficia minérios transformados em itens complexos fora do país (IEDI, 2021).

A produção de veículos automotores escancara a especialização regressiva e sua relação subordinada ao capital externo. Demandando basicamente serviços de montagem, o setor é majoritariamente composto por capital estrangeiro. O posicionamento estratégico do Brasil na América do Sul e a infraestrutura legada do período desenvolvimentista são atrativos

⁴ No Brasil, a produção química é majoritariamente de insumos básicos (fertilizantes/defensivos), o que reduz sua complexidade efetiva em comparação à média global.

para as multinacionais (Osorio, 2012). Por fim, a indústria de papel e celulose posiciona-se em função da “vocação agrícola” nacional, possuindo uma natureza nitidamente exportadora (BrasilAgro, 2025).

O panorama da Indústria de Transformação demonstra a materialidade do novo padrão exportador. A análise confirma que o país não se limita a exportar materiais brutos; nota-se a relevância de manufaturas ancoradas no baixo processamento de recursos naturais. A mineração e o petróleo expandem sua capacidade de extração real para servirem como a “ ncora” de dólares necessários para sustentar a drenagem financeira (exposta no Gráfico 5). Trata-se da reversão do projeto de industrialização nacional, reorientando a economia para nichos específicos de vantagens comparativas.

Mesmo a presença da indústria automotiva (médio-alta tecnologia) representa essa dinâmica. Se outrora constituiu uma via de integração nacional, atualmente reduziu-se à atividade de montagem de tecnologia importada, aproveitando a fôrça de trabalho local. O fundamento central dessa configuração reside no avanço das cadeias globais de valor comandadas por empresas transnacionais. Nesse cenário, a soberania econômica é comprometida pelo surgimento de “novos enclaves”: núcleos de modernidade tecnológica voltados para fora, que importam design e equipamentos e exportam o produto final, estabelecendo poucos vínculos orgânicos com o restante da economia nacional (Osorio, 2012).

Desse movimento adv m a raiz material da degradação social existente no Brasil. A ruptura entre a estrutura produtiva e as necessidades da maioria da população, aliada   restrita participação do trabalhador no mercado interno (visto pelo capital mais como um produtor barato, custo a ser reduzido, do que como um consumidor), são algumas dentre tantas ramificações dessa raiz (Luce, 2018).

Isso estabelece um Mercado Interno Dual, visto que o mercado interno perde relevância para a realização do capital, exceto por um estrato restrito e poderoso formado pela elite (os 10% mais ricos) e setores ligados à exportação. Estes consomem bens suntu rios e importados, divorciando-se do padrão de consumo das massas. Tal cenário reforça a precarização do trabalho, já que a viabilidade e o dinamismo desse padrão no mercado mundial sustentam-se precisamente na deterioração das condições de vida locais. Sua forma de concorrência necessita da superexploração da fôrça de trabalho, da queda dos s l rios e da redução de benefícios sociais (Luce, 2018).

Assim, chega-se ao paradoxo em que o sucesso exportador e o crescimento do volume de vendas coexistem com a precarização laboral e a manutenção de altos níveis de

pobreza relativa. Esse processo amplia a dependência tecnológica e reafirma o papel brasileiro no quadro da América Latina como uma plataforma especializada de exportação (seja de soja, cobre ou carros montados). Nela, a modernidade dos “novos enclaves” convive com a exclusão social da maioria (e dela depende), sem perspectivas de uma industrialização autônoma, restando apenas uma indústria subordinada aos ditames das cadeias globais.

Mesmo essa indústria regressiva não se faz presente de forma homogênea no território brasileiro; por isso, a dependência manifesta-se de maneiras distintas conforme a região. A concentração industrial no Sudeste reedita, internamente, a relação entre centro e periferia (IBGE, 2024).

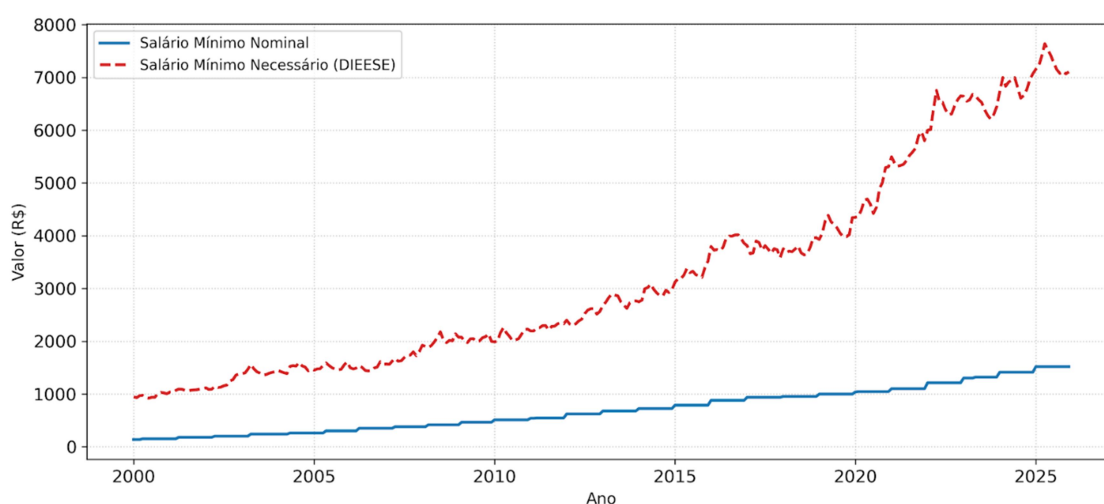
A pedra fundamental da economia dependente é a superexploração do trabalho, expressa na deterioração das condições de vida da classe trabalhadora. No Brasil, a crescente informalidade, ou a chamada uberização, contrasta com os números expressivos dos setores de commodities. Enquanto a safra de soja tem previsão de atingir a marca de 346,1 milhões de toneladas em 2025 (IBGE, 2025), e o volume das exportações alcançou o topo histórico de US\$ 349,1 bilhões no mesmo ano (Brasil, 2026), observa-se o aprofundamento do divórcio entre a geração de riqueza e as condições de vida da maior parte da população.

Na atualidade, a face da superexploração brasileira é impressa por meio da crescente informalidade ou uberização da classe trabalhadora. A prevalência de uma massa de trabalhadores informais e “uberizados” com a taxa de informalidade a oscilar em torno dos 38,8% da força de trabalho (IBGE, 2025) revela a face moderna da apropriação do fundo de consumo. Este contingente, que inclui cerca de 1,7 milhão de trabalhadores plataformizados (IBGE, 2025), personifica a necessidade do capital dependente em reduzir a remuneração do trabalho com a colaboração do governo. No caso brasileiro, essa colaboração ocorreu por meio da reforma trabalhista do governo Michel Temer (Coll, 2019).

Uma massa de trabalhadores precarizados implica o não acesso de grande parte da população às garantias previdenciárias, a submissão a uma maior carga de trabalho e o endividamento via crédito (Barreto; Avelino; França, 2025) para completar o orçamento familiar; portanto, resulta em mais precarização (Duque; Arnold, 2025). Esse cenário repercute no perfil da força de trabalho nacional, promovendo uma degradação social ao forçar as pessoas a entrarem cada vez mais cedo no mercado de trabalho para desenvolver atividades que não as tiram da vulnerabilidade econômica. Pelo contrário: comprometem o seu desenvolvimento e as expõem a riscos como a violência urbana entre outros. O fato de, em 2024, o Brasil ter cerca de 1,650 milhão de crianças e adolescentes em condição de trabalho ilustra bem a argumentação (IBGE, 2025b).

O arrocho do salário nominal ao longo do tempo reforça a análise anterior. O Gráfico 4 demonstra o crescente distanciamento, nos últimos 25 anos, entre o salário nominal definido por lei e o salário mínimo necessário para uma vida digna, segundo a metodologia do DIEESE⁵. Os dados corroboram a tese da crescente perda de poder de compra da classe trabalhadora que, por sua vez, dá embasamento à superexploração do trabalho e ao cenário de degradação social mencionado. Em 2025, o salário mínimo deveria ser oito vezes maior que o nominal do mesmo ano.

Gráfico 4 – Comparativo entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário (2000-2025)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026, com dados da DIEESE, 2025.

A política econômica neoliberal, assentada na liberalização comercial e financeira e na retirada do governo de projetos estratégicos e iniciativas sociais, viabiliza o PEEP. Este constitui a base material e o fator organizador da produção, enquanto a financeirização opera como a lógica dominante de apropriação e transferência de valores na dependência brasileira atual.

A dominância financeira e a integração produtiva global, erigidas no contexto neoliberal pós-crise da década de 1970, possibilitaram que o capital estrangeiro assumisse o controle de grande parte do setor financeiro latino-americano (Belluzzo, 2016). Além do sequestro da decisão sobre questões ligadas ao crédito e às poupanças nacionais, esse cenário trouxe um peso maior do capital financeiro especulativo, introduzindo volatilidade nas economias. Dada a sua tendência de buscar valorização rápida e não necessariamente

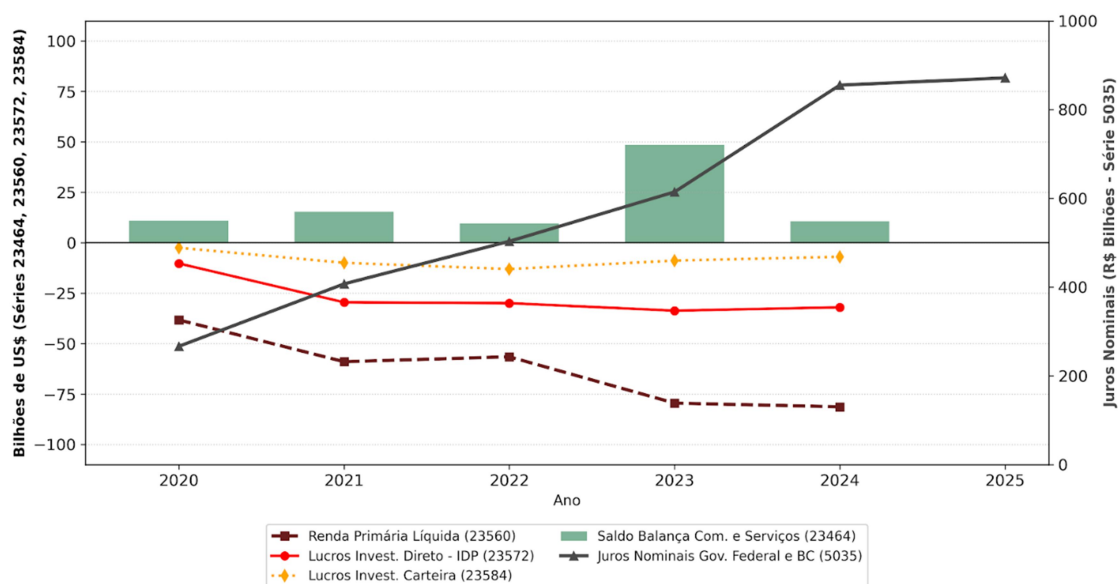
⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

produtiva, este opera como um elemento de instabilidade que exige altas taxas de juros para permanecer na região (Amaral, 2007).

Já foi exposto neste trabalho que, diferentemente do passado, quando o investimento direto era o elemento central na dinâmica econômica dependente, agora assume esse protagonismo o investimento indireto (empréstimos e títulos). O capital estrangeiro cobra taxas de juros e amortizações que são deduzidas da mais-valia gerada na produção, sem assumir os riscos produtivos diretos. Os derivativos, contratos financeiros cujos valores “derivam” do comportamento de outro ativo subjacente (como ações, dólares ou commodities), integram e amplificam esse processo (Carneiro, 1999).

Dito isso, o padrão exportador é o esforço material para servir à lógica financeira no contexto da dependência latino-americana. Ou seja, a especialização em exportações (seja de soja, minérios ou regime de maquila) tem a função estratégica de gerar os saldos comerciais necessários para honrar as transferências de valor capturadas pelo capital financeiro via serviço da dívida e remessas (juros e lucros). Instaure-se, assim, uma dupla drenagem de valor: pela via comercial, tendo em vista as diferenças de produtividade, e pela via financeira (Amaral, 2006).

Gráfico 5 – Balanço da Dependência: Fluxos Externos e Financeirização



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026, com dados do BCB-SGS (Séries 23464, 23560, 23572, 23584, 5035)

O Gráfico 5 demonstra o funcionamento do PEEP nos últimos cinco anos. Os números alcançados pelas exportações, mesmo com a drenagem de recursos pelos gastos com

serviços e pagamentos de royalties (Série 23464), mostram que a organização produtiva voltada para fora não tem como fim o proclamado desenvolvimento nacional, mas sustentar a base de transferência de recursos em dólares. O gráfico revela que, quando o saldo comercial e de serviços cai para US\$ 10,7 bilhões (2024), a pressão sobre o Estado aumenta, pois a necessidade de transferir valor para o exterior através da Renda Primária (Série 23560) permanece em patamares recordes de US\$ 81,3 bilhões.

Diante disso, recorre-se ao aumento dos juros a fim de atrair investimentos externos de curto prazo para garantir o fluxo de remuneração externa, como pode ser evidenciado pelo aumento das despesas com juros nominais, que alcançaram a faixa de R\$ 855,2 bilhões em 2024. Na fase atual da dependência, parte considerável da estrutura financeira do Estado concentra esforços para permanecer solvente em função dos altos custos financeiros decorrentes dos estruturais desequilíbrios externos, que nada mais são que uma das faces da dependência. Nesse sentido, a reorientação do Estado neoliberal em favor do capital financeiro, com sua inclinação pela disciplina fiscal e controle da inflação em detrimento de investimentos sociais, mostra seu caráter funcional em termos de reprodução do capital no contexto atual.

O capital produtivo (IDP - Série 23572) mantém uma constante e maior drenagem de recursos que é central para a formação do déficit na conta de rendas primárias, com uma saída de US\$ 32,0 bilhões apenas em 2024. Enquanto isso, as remessas de lucros e dividendos sobre investimento em carteira (Série 23584) parecem não exercer papel fundamental em termos de transferir riqueza, ainda que o período analisado tenha sido responsável pela transferência de US\$ 8,2 bilhões em média anual, o que em tese contrariaria o argumento da dominância financeira na atual fase da dependência no âmbito do PEEP. Contudo, trata-se de uma percepção aparente.

A necessidade de financiamento externo em decorrência do crescente déficit da conta de renda primária, causado principalmente pela remuneração do investimento direto, pressiona a linha cinza dos juros nominais (R\$ 871,5 bilhões em novembro de 2025). O aumento traduz o mecanismo que impede a fuga do capital volátil e principal forma do governo de financiar seu desequilíbrio externo no curto prazo, ou em outras palavras, o custo da dívida financeira do governo federal (Série 5035). Observa-se o crescimento expressivo desse indicador nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo em que o pagamento absoluto de lucros e dividendos em carteira parece manter-se sob controle.

Mas, se por um lado, essa cifra se mantém estável, os altos juros são necessários para que os investidores indiretos aceitem manter seus ativos no país. Se o juro caísse sem uma

mudança estrutural, haveria liquidação e crise cambial, amplificando ainda mais a vulnerabilidade externa (Oreiro; De Paula; Sobreira, 2009). Em suma: o país trabalha para exportar mercadorias (PEEP), gera lucros para as matrizes (IDP) e tributa sua população mais vulnerável a partir de uma estrutura tributária regressiva para garantir o rentismo (especulativo) (Paulani, 2011), fechando o círculo de ferro da dependência.

A subordinação, na condição de lógica organizadora da dependência brasileira contemporânea, não é aferida meramente pela magnitude dos valores absolutos de remuneração do capital especulativo, mas pela função orgânica que a financeirização assume na economia, subordinando a esfera da produção à sua própria lógica de valorização (Toussaint, 2001).

O déficit na Renda Primária, impulsionado pelas remessas de lucros do IDP, gera uma vulnerabilidade externa crônica que “obriga” o Estado a manter a taxa de juros em patamares estratosféricos para cobrir o crônico déficit na conta de renda primária. Nesse quadro, a distinção entre capital ‘produtivo’ e ‘especulativo’ torna-se nebulosa: as próprias empresas transnacionais no Brasil capturam parte substantiva de seus ganhos no setor financeiro. Em diversos casos, a expansão da capacidade produtiva é preterida em favor de operações no mercado financeiro, visto que as altas taxas de juros garantem retornos líquidos superiores e mais rápidos do que o investimento em capital constante (Araújo; Bruno; Pimentel, 2012).

Em virtude da especialização produtiva regressiva, a tendência é o contínuo agravamento das contas externas, intensificando a dominância financeira e transferência de recursos para o exterior.

Tabela 1 – Estoque de Passivos Externos: Investimento Estrangeiro no País (2001–2025)⁶

Componente do Passivo (Série SGS)	4º Trim. 2001 (US\$ Bilhões)	3º Trim. 2025 (US\$ Bilhões)	Variação (%)
Investimento Direto - IDI (24041)	121,9	1.378,2	+1.030,2%
Investimento em Carteira (24044)	151,6	535,8	+253,5%
Derivativos Financeiros (24051)	0,04	0,25	+455,5%
Outros Investimentos (24052)	97,1	286,6	+195,1%
TOTAL DE PASSIVOS	370,7	\$2.201,0	+493,7%

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com dados do Banco Central do Brasil (SGS).

⁶ **Nota:** Valores convertidos de milhões para bilhões de dólares americanos (US\$) para fins de padronização escalar com as demais figuras do trabalho.

A tabela 1 descreve o aumento do passivo externo brasileiro nos últimos 24 anos. O passivo total saltou de 370,7 US\$ bilhões no quarto trimestre de 2001 para 2.201 US\$ bilhões no terceiro trimestre de 2025, um aumento de 493,7%. No mesmo período, o aumento do passivo externo relacionado ao investimento direto foi mais de 1000%, o maior da série, o que revela a sua centralidade na estruturação sistêmica da financeirização, porque quanto maior seu estoque, mais a sua remuneração seguirá pressionando os déficits nas contas primárias forçando o aumento dos juros reais.

Não por acaso, pela métrica da Posição de Investimento Internacional Líquida (PII Líquida; Série 24010): ativos externos menos passivos externos, o Brasil é um devedor líquido, o que significa subordinação financeira, consolidando uma posição de vulnerabilidade onde as obrigações líquidas com o capital transnacional torna a política econômica nacional refém da necessidade constante de atrair divisas para honrar esse passivo acumulado (Corrêa; Lemos e Feijó, 2017), reforçando as contradições do PEEP, por transitividade a dependência.

3.6 Resumo do capítulo

O presente capítulo buscou apresentar o referencial teórico desta pesquisa. O foco consistiu em demonstrar que, para a Teoria Marxista da Dependência (TMD), o subdesenvolvimento não representa um mero desvio ou um estágio de atraso, mas uma forma necessária à consolidação do capitalismo em escala mundial. Nesse cenário, a periferia sustenta o esforço material desse processo ao custo de sofrer, de modo amplificado, os efeitos deletérios das contradições do capital.

A transferência sistemática de valor, sustentada pela superexploração do trabalho na periferia, compõe o núcleo da relação subordinada e dependente. Embora esses dois determinantes sejam centrais na composição das economias dependentes, eles são constantemente mediados pela história. No Brasil contemporâneo, tais categorias articulam-se sob o Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP), uma forma de dependência que se sustenta pela especialização regressiva e subordina a estrutura produtiva nacional ao domínio financeiro.

Uma breve análise de indicadores econômicos nacionais recentes demonstra a crescente pujança dos setores exportadores de commodities e a ausência de vínculo entre esse vigor e a melhoria efetiva das condições de vida da maioria da população, hoje marcada pela uberização e pela perda do poder de compra. Longe de ser acidental, tal quadro é sintomático:

o Brasil exporta riquezas brutas e semielaboradas (a custo da degradação ambiental e do vilipêndio de seus recursos naturais) e a própria vida de seus trabalhadores para honrar os passivos gerados pela nova dinâmica de subordinação advinda da financeirização desenfreada.

Toda essa dinâmica de origem internacional é territorializada no país de forma diferenciada, reeditando internamente a lógica da divisão internacional do trabalho. Para compreender as contradições do Maranhão, evidenciadas pela coexistência de indicadores sociais precários, portos modernos e o avanço do agronegócio de ponta, é necessário esclarecer os vínculos entre a dinâmica econômica estadual e a reprodução do capital nacional; em outras palavras, compreender a razão de sua posição marginal na divisão interna do trabalho.

Contudo, um passo necessário para esse esclarecimento consiste em delinear a história dessa relação em seus aspectos principais. O próximo capítulo dedica-se a esse esforço, demonstrando as raízes do subdesenvolvimento maranhense no contexto da condição dependente nacional.

4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DEPENDÊNCIA: A INSERÇÃO HISTÓRICA DO MARANHÃO NA ECONOMIA CAPITALISTA

4.1 O Maranhão na Divisão Internacional do Trabalho: do Período Colonial ao Ciclo do Algodão

O capital se reproduz no espaço; porque este é o meio pelo qual o seu movimento de autovalorização explora o meio ambiente, o trabalho e tudo o que for passível de inclusão em seu ciclo D - M - D'. Sob essa ótica, a organização territorial latino-americana retrata a trajetória de integração subordinada dessa região à formação e consolidação do capitalismo. Historicamente, o colonialismo originou espaços fragmentados e profundas desigualdades regionais. Com a consolidação capitalista, a Formação Socioespacial (FSP) da América Latina aprofundou esses desníveis, uma vez que a superexploração da força de trabalho constitui a determinação central na conformação de sua espacialidade. No Brasil, essa dinâmica é ainda mais latente: em face de sua vasta extensão territorial, os desequilíbrios socioeconômicos manifestam-se de forma severa, refletindo a posição periférica da economia nacional na divisão internacional do trabalho e a heterogeneidade decorrente da primazia do mercado externo em detrimento da integração interna (Aruto, 2015; Santos, 2023).

Ao não admitir a dimensão espacial como um cenário meramente passivo, adotamos o conceito de formação socioespacial nesta pesquisa, pois este contempla as formas espaciais (como o urbano, o rural e as infraestruturas) como síntese determinada e determinante das atividades da produção social. A FSP expressa a unidade entre as especificidades resultantes da tensão contínua entre a reprodução do modo de produção (essência) e a formação social específica, integrada à natureza territorial enquanto existência material concreta. Um modo de produção precisa materializar-se sobre um território, pois é no espaço que a história se realiza, produzindo o conflito entre o “novo” (a reprodução do modo de produção vigente) e o “velho” (as formas espaciais herdadas) (Aruto, 2015; Santos, 2023).

Nesse processo, o espaço não apenas impõe limites, mas, ao retroagir sobre as relações de produção, passa a condicionar as possibilidades de desenvolvimento social. Essa dinâmica revela a vinculação dialética entre território, relações de produção e a forma histórica do trabalho, entendido como o conjunto das relações estabelecidas entre os seres humanos na produção e no uso de instrumentos para a transformação da natureza, conectando, assim, a história à sua materialidade territorial (Aruto, 2015; Santos, 2023).

Ao buscarem produzir os itens necessários à vida social, essas relações atribuem contornos à FSP através da interação ativa entre os elementos envolvidos, impulsionando o movimento histórico sobre o espaço. Sob essa perspectiva, o chamado "subdesenvolvimento" maranhense deixa de ser uma condição natural para ser compreendido como a expressão de contradições econômicas materializadas em sua espacialidade. Em termos mais palpáveis, trata-se de um momento de interação da forma particular pela qual o capitalismo brasileiro se reproduz e integra esse processo sob relações sociais postas nesse contexto econômico. Nessa lógica, a condição econômica dependente constitui um eixo de análise central.

Assim, o Maranhão pode ser teorizado a partir da articulação entre a formação geral e as particularidades do capitalismo dependente brasileiro presente em suas regiões. Aqui, a superexploração do trabalho emerge como elemento central dessa particularidade, definindo a região como uma formação socioespacial dependente (Aruto, 2015). Entretanto, o subdesenvolvimento maranhense é um processo de longa data: uma construção histórica vinculada à inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho (Marini, 2000). Compreender o estágio contemporâneo exige, portanto, delinear a gênese histórica dessa formação em seus aspectos fundamentais, localizando as raízes de uma condição originada no passado, mas que permanece atuante (sob formas mais complexas) no tensionamento do subdesenvolvimento atual (Marx, 2011).

A intenção não é explicar o presente meramente pelo passado, mas assimilar o momento presente enquanto processo. Isso significa demonstrar que o quadro atual não é uma fatalidade natural, mas o resultado de ações humanas e contradições sociais ao longo da história. Além disso, identificar as potencialidades gestadas no desenvolvimento desse processo permite conectar as dimensões de ontem às formas específicas que elas assumem na contemporaneidade. Em suma: se o presente nos fornece as chaves para interrogar o passado, o passado interpretado enriquece e aprofunda nossa compreensão sobre o presente (Marx, 2011).

Os moldes socioeconômicos da dependência remetem ao período colonial, entendido como uma frente da acumulação primitiva indispensável ao capitalismo global. As interpretações tradicionais sobre a formação maranhense frequentemente concluem por um "isolamento absoluto" da região em relação ao restante do território brasileiro. Contudo, as especificidades geográficas e naturais, somadas ao nível tecnológico disponível na época, configuraram uma dinâmica singular na formação econômica do Maranhão, cuja finalidade imediata era atender, de modo direto e célere, aos anseios de lucro da Coroa Portuguesa (Chambouleyron; Cardoso, 2022).

O Maranhão compôs uma unidade de exploração voltada para o exterior. A falta de interconexão inicial com o restante da colônia explica-se pelo fato de que os impulsos de construção socioespacial vinham "de fora", ancorados em interesses que não visavam uma unidade nacional em um primeiro momento, mas sim a extração de riquezas pautada pelas tendências do mercado europeu (Prado Júnior, 2012).

Será exatamente essa dinâmica externa que promoverá a integração marginal da região e inserirá algum dinamismo econômico entre o Maranhão e as demais regiões em momento posterior, quando a unificação nacional passa a ser necessária para a manutenção dos interesses externos que incidiam sobre o território brasileiro. Fazer esse adendo é importante porque as peculiaridades dos processos, que deram forma à dinâmica socioespacial do Maranhão podem ser melhor interpretadas, quando as consideramos na condição de partícipe de uma formação unitária (economia colonial), composta por diversidades hierarquizadas de acordo com os interesses dominantes (Furtado, 2003).

Isso significa que os aspectos assumidos pela formação econômica maranhense derivam de sua interação no interior da unidade político-econômica estratificada desde o período colonial português. A caracterização inicial de economia de fronteira é a que melhor descreve as principais marcas da formação socioeconômica do Maranhão naquele período. Por ela entendemos: um modelo de expansão territorial e econômica, historicamente pautado na ocupação, na exploração predatória de recursos naturais e no uso de terras consideradas "sem dono" para produção ou especulação. Tratava-se da forma mais eficiente para extrair riqueza de forma rápida e sem maiores comprometimentos em termos de investimento de recurso no período colonial (Domingues; Sauer, 2021).

Esse traço correlaciona-se às suas especificidades geográficas e corresponde ao estabelecimento de fórmulas mercantis marcantes na região colonial: a extração de produtos nativos (região amazônica), o posterior cultivo em larga escala de algodão e arroz, e a aclimação de produtos não nativos (Chambouleyron; Cardoso, 2022).

Paralelamente, tais determinantes geográficos influenciaram a organização do trabalho: a grande disponibilidade local de populações originárias favoreceu a sua escravização, cujas atividades de interesse na época não justificavam o alto custo de aquisição e transporte de africanos para a região (Chambouleyron; Cardoso, 2022).

Outro fator relevante, e que se relaciona fortemente com o aspecto geográfico e político no contexto da formação econômica maranhense, são as rotas marítimas (região-metrópole) e fluviais (dinâmica interna), elementos decisivos para a forma pela qual a economia encaminhou-se na região, influenciando quais atividades poderiam ser

desenvolvidas e em qual localização do referido território, “já que a forma pela qual a riqueza é transportada possui impacto direto sobre o território” (Chambouleyron; Cardoso, 2022, p. 23). Conforme aponta a historiografia econômica, nos séculos XVII e XVIII, os caminhos eram majoritariamente aquáticos; as vias fluviais foram essenciais para frente litoral de ocupação do território do Maranhão (Botelho, 2012).

Tendo em vista esse quadro de elementos, fica patente o porquê da dominância do extrativismo no início da colonização. A malha fluvial e a presença natural das chamadas “drogas do sertão” favoreciam essa atividade no início da colonização, atendendo ao modelo de extração de riqueza sem maiores custos, utilizando por coação a disponibilidade pouco custosa do trabalho dos povos originários, a fim de atender a conjunturas econômicas não brasileiras. Por exemplo, a produção do cacau foi incentivada pelo aumento do consumo de chocolate na Espanha. Já a coleta do cravo, por outro lado, ganhou impulso devido a problemas de fornecimento na rota asiática (Chambouleyron; Cardoso, 2022). Através da extração dessas “drogas”, com o auxílio dos povos originários, ocorreu a interiorização dos portugueses, ponto decisivo para a ocupação do território. Esse processo lançou as bases para a posterior integração entre a peculiar economia maranhense e a totalidade socioespacial brasileira (Furtado, 2003).

A ausência de uma integração plena com o restante do território nacional (que pudesse desencadear dinamismo econômico no Maranhão via desenvolvimento de um mercado interno) fundamenta uma das vias de interpretação de que o atraso social da região decorreu de seu isolamento absoluto em relação ao processo de construção de uma unidade nacional. Essa análise encerra meias-verdades, pois o suposto isolamento absoluto é, em realidade, o reflexo de um processo de formação de uma unidade nacional composta por diversidades hierarquizadas, voltadas a atender aos ditames econômicos externos (Prado Júnior, 2012).

Estudos recentes (Chambouleyron; Cardoso, 2022) descrevem diversas interconexões globais, transatlânticas, transamazônicas e continentais da região ao longo do período colonial, apesar do seu isolamento relativo com o resto do Brasil, reforçando a premissa de que seu movimento estava determinado, em grande medida, pelos anseios econômicos e políticos derivados da metrópole. Ou seja, o Maranhão era parte de uma estrutura interna hierárquica, organizada externamente, e que o colocou paulatinamente em uma posição de subordinação no quadro socioespacial nacional.

Contudo, essa subordinação externa não implicava paralisia interna. A despeito da separação administrativa entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, aponta-se para

uma relevante interação comercial interna entre diferentes partes da região utilizando a navegação costeira e dos rios. Além disso, destaca-se a importância das ilhas atlânticas para a continuidade do processo de ocupação do Maranhão (Chambouleyron; Cardoso, 2022).

Munidos da percepção de unidade diferenciada e considerando que o modelo colonial implantado visava ao lucro rápido, podemos concluir que a ausência de engenhos e *plantations* no início da colonização, ou ao menos a falta de seu protagonismo, como ocorreu em outras regiões, e a substituição por uma estruturação de enclave econômico centrado inicialmente no extrativismo, não refletem mero descaso pelo local nem ausência de participação da região no processo de formação da unidade nacional (Furtado, 2003). Trata-se, antes, do movimento de um processo de estratificação promovido pela hierarquia global edificada pela colonização, que serviu de meio para a expansão mundial do capital (Marini, 2000).

Além das “drogas do sertão” serem artigos de luxo no mercado europeu, a abundância de mão de obra indígena e, simultaneamente, a resistência desses povos, condicionaram as possibilidades de exploração, dificultando o estabelecimento precoce de *plantations*. Esses determinantes revelam a influência dos imperativos externos na construção socioespacial do Maranhão, a exemplo do caso do cacau mencionado anteriormente.

Levando em conta os traços descritos até aqui, percebemos uma integração subordinada de uma economia de funcionamento específico, se comparada às tendências do restante da economia colonial portuguesa, mas que integrava a mesma lógica de produção voltada para fora, mantendo-se relativamente isolada até o momento que a adequação para a manutenção ou expansão das atividades principais externas demandou uma sinergia entre regiões não plenamente integradas, instaurando as conexões necessárias para tal intento.

A frente pioneira da pecuária ilustra com precisão essa dialética. Devido à prioridade conferida ao açúcar no litoral, a criação de gado foi empurrada para o interior, para não competir pelas terras férteis. Isso exemplifica como as atividades de interesse externo impunham diretrizes que acabavam por estruturar as relações laborais e econômicas em nível regional. A fronteira pecuária instaurou no sul maranhense uma economia de suporte, tendo em vista que a pecuária não visava à exportação para a Europa, mas a alimentar os engenhos e as próprias frentes extrativistas, além de garantir o fornecimento de couro para vestimentas, recipientes e móveis (Cabral, 1992).

O vasto território disponível, a exigência de pouca mão de obra e a infraestrutura mínima para a atividade pecuária foram cruciais para o estabelecimento da criação de gado no Maranhão. O gado foi o grande responsável por conectar o Maranhão ao Piauí e à Bahia, na

chamada ocupação do centro-sul. Dessa frente de ocupação surgiram grandes fazendas como pontos de apoio e comunicação em um território vasto e pouco ocupado, estabelecendo grandes latifúndios e uma estrutura social de caráter patriarcal e sertaneja (Cabral, 1992).

Não obstante, até o fim do século XVII o Maranhão seguiu em segundo plano nessa totalidade cujos determinantes fundamentais vinculavam-se às possibilidades de gerar riqueza para fora. Apesar das exportações das chamadas “drogas do sertão” (cravo, canela e cacau) e da produção pecuária para a demanda interna, o Maranhão acabou por figurar entre os estados mais pobres do Brasil já nesse período, como afirma Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (2003).

Essa pobreza era inevitável, pois a riqueza gerada era, por definição, apropriada pelas elites locais e remetida aos centros europeus. Esse modelo baseava-se na negação extrema do produtor (até então, o povo originário escravizado e desapropriado), deixando no território apenas a degradação ambiental e uma estrutura agrária altamente concentrada.

A era pombalina, por meio da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756), tem sido assimilada, primordialmente, como uma iniciativa que buscava superar o quadro de pobreza e a integração diminuta do Maranhão aos circuitos dinâmicos econômicos internos e externos. O Estado interveio para organizar uma economia agroexportadora sólida, baseada em três pilares significativos: o reforço da grande propriedade rural (latifúndio), a introdução em larga escala do trabalho escravo africano e o cultivo de produtos de exportação (com destaque absoluto para o algodão e, secundariamente, o arroz), a fim de incrementar o comércio e transpor o quadro de pobreza (Feitosa, 1994).

Todavia, Furtado (2003) destaca que, tão importante quanto a ajuda financeira advinda das políticas pombalinas para supostamente tornar próspero o Maranhão, foi a modificação no mercado mundial de produtos tropicais, decorrente da Guerra da Independência dos EUA e da Revolução Industrial Inglesa. Não se pretende negar as transformações significativas decorrentes do estabelecimento da Companhia de Comércio; o objetivo é destacar que, mesmo antes dela, já existiam condicionantes externos que conectavam a região ao comércio internacional. Foi justamente esse vetor, o fator externo, que novamente desempenhou papel decisivo na readequação da posição maranhense no cenário interno e externo, a partir das iniciativas das políticas pombalinas.

Na configuração anterior, os laços frágeis, porém existentes, baseavam-se nas atividades extrativas e pecuárias e atendiam a uma dinâmica externa historicamente determinada. Nesse contexto, a economia de fronteira dava conta, quase que exclusivamente, de atender aos anseios materiais então subjacentes (Domingues; Sauer, 2021). Uma

reconfiguração do mercado mundial no âmbito da expansão capitalista europeia, contudo, acabou por readequar o modelo estabelecido, ao criar um novo eixo de produção de riquezas voltado para fora: o cultivo monocultor de produtos de exportação (Santos, 2021). Seguindo a lógica do extrativismo e da pecuária, que se apoiavam nas vantagens naturais do território, o cultivo do arroz e do algodão consolidou-se como o motor da economia maranhense no período colonial (Feitosa, 1994). Essa produção, voltada ao mercado externo e responsável por uma 'falsa euforia' na época, foi favorecida pela posição estratégica de São Luís nas rotas atlânticas, o que permitia o escoamento direto da produção para a Europa (Santos, 2024; IMESC, 2021).

A crescente subordinação de Portugal à Inglaterra fez com que o Estado português atuasse na mediação necessária para garantir o monopólio comercial, os fluxos de crédito e a infraestrutura básica para o escoamento da produção. Isso garantiu a integração definitiva do Maranhão às rotas internacionais, atendendo à demanda europeia pelo arroz, que passou a ser foco de produção local também em razão dos conflitos na América do Norte, e pelo algodão, este último impulsionado diretamente pela expansão da indústria têxtil na Revolução Industrial inglesa. O vigoroso crescimento das exportações maranhenses entre o final do século XVIII e o início do século XIX decorreu dessa conjuntura (Botelho, 2012).

O Maranhão tornou-se financeira e economicamente subordinado aos ingleses, que monopolizaram as duas pontas do comércio: compravam a matéria-prima (algodão) e vendiam produtos manufaturados à colônia. Neste período, o Estado consolidou-se na Divisão Internacional do Trabalho como um polo especializado, cuja dinâmica interna era inteiramente comandada pelas variações de preços em Londres e Liverpool (Feitosa, 1994).

A contradição fundamental deste período reside no fato de que o crescimento econômico seletivo não se traduzia em desenvolvimento social. A opulência dos casarões de São Luís era o reflexo invertido da superexploração do trabalho escravo no campo. Além disso, essa subordinação gerou vulnerabilidade externa econômica, pois o Estado estava vulnerável às oscilações do mercado internacional e dependentes de um modelo que transferia a riqueza local para a metrópole e para a Inglaterra, como ficou evidente posteriormente, em decorrência da retomada produtiva norte-americana (Feitosa, 1994).

Mais tarde, contudo, a eclosão da Guerra Civil norte-americana devolveria, temporariamente, o esplendor do algodão ao Estado, reafirmando o seu vínculo cíclico e subordinado. Nessa fase, porém, o Brasil já se encontrava sob a égide imperial, e observa-se a internalização da lógica de hierarquização externa. A instauração de um governo central no Império – que drenava a riqueza produzida no Maranhão via tributação e promovia uma

transferência de valor inter-regional por meio de políticas focadas no eixo Centro-Sul — exemplifica esse argumento (Rolim Filho, 2016).

As políticas monetárias, creditícias e cambiais imperiais eram desenhadas para favorecer os cafeicultores, ajustando o valor da moeda conforme as conveniências do setor, ainda que tais medidas penalizassem as demais regiões (Rolim Filho, 2016).

Finalizada a Guerra da Secessão nos EUA, o país retomou seu protagonismo e, mais uma vez, encerrou-se o ciclo impulsionado pelo algodão no Maranhão. Ainda assim, para evitar a destruição total de suas fortunas, o capital agroexportador remanescente tentou se converter em capital industrial. Com os recursos gerados anteriormente pelo algodão, houve um esforço para implantar uma indústria de bens de consumo, notadamente fábricas têxteis e a agroindústria do açúcar, na virada do século XIX para o XX (Feitosa, 1994).

Esses fatos desvendam as raízes históricas da evolução de uma lógica de enclave exportador estabelecida há séculos, apoiada em uma estrutura fundiária concentrada e fundamentada na usurpação do trabalho de forma plena: a escravidão. A condição dependente da economia brasileira inicia-se, pois, *stricto sensu*, na fase imperial, momento em que a consolidação de um governo central interiorizado viabiliza a integração plena da sua economia ao mercado mundial. Esse processo moldou internamente uma burguesia de origem aristocrática, cuja riqueza acumulada advinha da escravidão e do latifúndio. Essa tendência geral fez-se presente no contexto maranhense, dadas as suas especificidades históricas e socioespaciais.

4.2 Hegemonia Oligárquica e o Cativo da Terra: o Maranhão entre a crise do Algodão e o Extrativismo do Babaçu

O colapso do ciclo externo do algodão, somado à abolição da escravidão, forçou uma bifurcação na estrutura socioeconômica do Maranhão. Essa crise promoveu o deslocamento, em fluxos distintos da população regional, que seria marginalizada em ambas as frentes: de um lado, o Ciclo da Borracha na Amazônia atraiu uma massa de migrantes em busca de subsistência, drenando a força de trabalho local; de outro, aqueles que permaneceram no estado buscaram o interior, estabelecendo uma economia familiar baseada na cultura do arroz (Diniz, 2017).

Contudo, essa busca por terra não resultou na democratização da propriedade. Através da pilhagem e do controle político, a elite latifundiária institucionalizou a negação do acesso jurídico ao solo. O ápice dessa dominação foi a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601),

que instituiu a compra como única forma de acesso às terras devolutas, extinguindo o direito de posse por ocupação. Ao consolidar a concentração fundiária, a legislação impediu que escravizados e imigrantes pobres se tornassem proprietários (Martins, 2022).

Assim, embora ocupassem o território para sobreviver, esses camponeses permaneciam juridicamente despossuídos, constituindo um vasto "exército de reserva" superexplorado sempre que as elites demandavam mão de obra barata. A resultante foi a exclusão sistemática de milhares de trabalhadores da apropriação do valor econômico, impedindo a formação de um mercado interno vigoroso (Feitosa, 1994).

Na outra ponta, a desorganização da lavoura de exportação forçou uma drástica reestruturação das elites. Diferentemente de São Paulo, o Maranhão não logrou atrair fluxos migratórios europeus para formar um mercado de trabalho assalariado "formal". Para salvaguardar sua posição, a elite consolidou uma aliança visceral com o Estado. Essa simbiose, gestada no período colonial sob a proteção de privilégios e monopólios, baseava a acumulação de capital na ultraexploração do trabalho, e não na eficiência produtiva (Diniz, 2017).

A primeira tentativa de sobrevivência econômica pós-crise do algodão deu-se pela industrialização, porém guiada por uma elite culturalmente colonizada e rentista. Os lucros eram drenados para o consumo suntuário de luxos europeus em vez de serem reinvestidos em tecnologia. Somou-se a isso a forte desvalorização cambial nos primeiros anos da República, que dobrou as dívidas contraídas para a compra de maquinário inglês. Assim, a dependência tecnológica e a assimetria de capacidade produtiva, geradas pela estratificação do mercado mundial e por relações desiguais, foram fatores decisivos para a descontinuidade desse processo. Incapazes de competir devido à obsolescência técnica, as fábricas definharam nas primeiras décadas do século XX (Pereira Filho, 2016).

Do ponto de vista interno, o esforço de industrialização local sucumbiu à estreiteza do mercado maranhense, fruto da carência de uma massa salarial causada pela falta de integração plena dos trabalhadores locais ao processo econômico, o que impedia o sustento do consumo interno. Trata-se do traço fundante da dialética da dependência: a conformação de uma "possibilidade moral" de exploração extrema do trabalho que, erguida sobre o legado escravagista, naturaliza a precariedade como base da estrutura econômica. Paralelamente, os privilégios concedidos pelo Estado ao Centro-Sul consolidaram uma indústria ainda mais pujante, capaz de capturar o mercado nordestino, outrora o destino natural da produção industrial maranhense (Botelho, 2012).

Com a falência industrial, a economia recobrou ao primeiro plano o extrativismo primário. Para viabilizar esse retorno, aprofundou-se a superexploração da força de trabalho, remunerando trabalhadores e quebradeiras de coco com valores abaixo do mínimo vital. Além disso, o poder político, operado de São Luís, mas sustentado pelo coronelismo e pelo latifúndio, impediu reformas essenciais, como a agrária e a educacional, bloqueando a qualificação da mão de obra e viabilizando a continuidade de um funcionamento econômico voltado para fora, sustentado pela formação da renda da terra garantida pela concentração agrária (Pereira Vital, 2016; Martins, 2013).

Sobre essa configuração, foi possível a instauração de mais um ciclo externo: a partir da Primeira Guerra Mundial, o óleo de babaçu assumiu a primazia econômica (Rolim Filho, 2016). Fica evidente, portanto, a relação do Maranhão com o fator central de incorporação da América Latina ao capitalismo mundial: a terra e a exploração de seus recursos naturais, papel que o estado desempenhou rigorosamente durante as fases de constituição e consolidação do capitalismo global, como se observa na configuração de seus ciclos externos (Cano, 1998).

Internamente, o território maranhense desempenhou o papel de fornecedor de força de trabalho para outras regiões, ao mesmo tempo em que serviu como ponto de chegada para fluxos migratórios interestaduais. As severas secas no Nordeste durante o final do século XIX, que tornaram insustentável a reprodução da vida e da agricultura nas áreas afetadas, foram o estopim para que multidões de famílias e pequenos produtores se deslocassem para o Maranhão em busca de terras e subsistência. Esse movimento, consolidado como uma das grandes ondas migratórias para o estado, impulsionou a expansão da fronteira agrícola e do extrativismo, intensificando a exploração do babaçu, o cultivo do arroz e do algodão, além de promover a ocupação de novas áreas para plantio e coleta (Diniz, 2017).

Nota-se, portanto, que, para além da centralidade fundiária, a reprodução do capitalismo dependente no Maranhão se ancora na articulação dialética entre determinações externas e mediações internas, configurando um padrão específico de superexploração do trabalho. Nesse contexto, os deslocamentos da força de trabalho não apenas respondem às oscilações do mercado externo, mas também são moldados por estruturas locais historicamente constituídas, as quais, ao se consolidarem, passam a exercer relativa autonomia e a regular a dinâmica social, segundo sua própria lógica de reprodução.

Articulada a essa dinâmica, emerge como frente essencial de análise a atuação do Estado enquanto mediação central para a proteção do latifúndio no Maranhão. Tal intervenção explica o surgimento e a manutenção da renda da terra: destituído do acesso direto aos meios de produção, o camponês era forçado a produzir sua subsistência e, simultaneamente, gerar

um excedente para o patrão. A renda fundiária permitiu a estruturação de uma elite que alcançou e preservou o poder político sem a necessidade de investir em produtividade via desenvolvimento tecnológico, bastando explorar a carência vital do trabalhador pelo acesso ao solo. Esse traço gerou um distanciamento crescente entre as necessidades materiais locais e o potencial de geração de riquezas, consolidando um cenário onde a dinâmica externa permanece sempre mais relevante do que a integração econômica interna (Martins, 2022).

A gênese narrada demonstra que, longe de ser a "causa" do subdesenvolvimento, o suposto isolamento maranhense é a aparência de desenvolvimento de uma lógica imanente. O que frequentemente se enfatiza como um perfil isolado é, na verdade, a manifestação de uma unidade política instituída pela integração da região na divisão internacional do trabalho. O propagado isolamento não representa uma exclusão do sistema, mas a forma de desenvolvimento político necessário para que as elites locais, operando o Estado de modo patrimonialista, vinculem o território a essa totalidade moldada por interesses externos. Essa articulação política encontra sua base material no latifúndio, a raiz efetiva do atraso das forças produtivas.

Porém, essa unidade política encontra expressão concreta no pacto entre elites nacionais. O projeto pessoal de certas elites, que constroem a percepção de que seus interesses privados se confundem com um projeto nacional, é o fio condutor entre o apoio do Poder Central e a manutenção política da oligarquia local, base política das desigualdades regionais (Botelho, 2012). Esta se perpetua através da usurpação do recurso público enquanto superexplora a natureza e o trabalho para constituir patrimônio. Se economicamente o poder central abandona a periferia, no âmbito político ele intervém com força total para sustentar oligarquias locais submissas ao seu projeto nacional, configurando uma hierarquia que garante riqueza às elites à custa da deterioração social regional.

Para ilustrar, cita-se o cenário político no final da Primeira República, controlado por figuras como Urbano Santos e Benedito Leite, que monopolizavam o aparelho de Estado. Dentre as práticas de favorecimento e manutenção de bases subordinadas, estava o completo alinhamento à política nacional, reforçando a hegemonia do Centro-Sul. Esses vínculos omitem a integração plena do estado à lógica de formação subordinada do Brasil. Não é coincidência que o Maranhão tenha apresentado tendências econômicas semelhantes às das demais províncias (extrativismo e economia primário-exportadora), ainda que sob ritmos cronológicos distintos, o que apenas reforça a unidade dessa mesma lógica de fundo (Botelho, 2012).

Todavia, mesmo em períodos de protagonismo, a exemplo do ciclo algodoeiro, a força dos elementos externos na composição da unidade nacional sempre atuou para preservar a condição subalterna do estado. Tais fatores complexificaram-se e reagruparam-se ao longo da história, ganhando robustez à medida que o capitalismo nacional se desenvolvia. Esse movimento não apenas moldou a natureza do capitalismo dependente brasileiro, como também forjou as características regionais que conferem unidade ao seu processo de reprodução. Nesse cenário, o Maranhão integra-se a essa dinâmica a partir de uma lógica interna própria, alcançando, na contemporaneidade, uma inserção mais plena e visceral na estrutura da dependência nacional.

4.3 A abertura para a Dependência Contemporânea: modernização conservadora e os novos enclaves Exportadores

A construção socioespacial maranhense tem como um de seus pilares centrais o atrelamento ao mercado externo, característica que expressa o desenvolvimento da dependência nacional brasileira. Como visto na análise histórica anterior, esse processo perpassou fases fundamentais: da produção extrativista inicial das "drogas do sertão" ao salto econômico promovido pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), que introduziu o trabalho escravizado africano e consolidou o latifúndio monocultor de algodão e arroz.

Essa fase trouxe enorme prosperidade para a elite local (refletida no casario histórico de São Luís). Contudo, por se basear no latifúndio monocultor e na importação massiva de escravizados africanos, bloqueou-se a constituição de um mercado consumidor interno, subordinando a dinâmica econômica à realização externa da produção. Tal característica não apenas inseria a região no capitalismo global, como o fazia de forma dependente.

Nesse quadro, a Abertura dos Portos pode ser compreendida como um elemento de aprofundamento dessa condição, pois, mesmo com a independência política de Portugal, operou-se uma rearticulação da dependência sob a hegemonia inglesa, consolidando a subordinação econômica externa, ainda que tal processo deva ser entendido em articulação com dimensões políticas e institucionais que também contribuíram para sua conformação.

A abolição da escravatura, em 1888, desorganizou profundamente a lavoura algodoeira. A aristocracia rural não dispunha de outro horizonte econômico que não fosse à monocultura assentada no trabalho escravo. Em uma tentativa de sobrevivência, esses fazendeiros migraram com seus capitais para a implementação de fábricas têxteis. Esse

movimento, rotulado pelos críticos da época como “loucura industrial”, fez com que, em 1895, o Maranhão desenvolvesse um parque industrial considerável. Contudo, essa indústria colapsou nas décadas seguintes (Feitosa, 1994).

A elite possuía uma mentalidade colonialista, orientada ao consumo de bens de luxo europeus, o que tendeu a reduzir sua capacidade de reinvestimento produtivo. Paralelamente, o governo da nascente República adotava políticas cambiais voltadas prioritariamente à proteção dos cafeicultores paulistas, o que contribuiu para a elevação das dívidas dos industriais maranhenses que haviam importado maquinário inglês, em um contexto mais amplo de limitações estruturais relacionadas à escala produtiva, à infraestrutura e à inserção desigual no mercado nacional (Pereira Filho, 2016).

A fragilidade de um mercado interno capaz de absorver a produção, somada à expansão industrial da região Centro-Sul, impulsionada por políticas federais concentradoras, pode ser apontada como fator decisivo para a derrocada industrial maranhense, ainda que não exclusivo. Consolidada a perda de protagonismo da indústria e o declínio do algodão no mercado internacional, a economia estadual sofreu forte regressão (Rolim Filho, 2016).

A economia interiorana reduziu-se, em grande medida, a pequenos núcleos de agricultura de subsistência (especialmente arroz) e à pecuária rústica, que funcionavam como economia acessória aos núcleos vinculados aos ditames externos. Estes passaram a desempenhar, entre outras funções, o papel de reserva de mão de obra diante do novo ciclo instaurado a partir da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), no qual o extrativismo primário, especialmente a coleta da amêndoa e a produção de óleo de babaçu, reassumiu protagonismo (Rolim Filho, 2016).

Nesse percurso histórico, o Estado oligárquico foi se consolidando, passando pela República Velha, pelo Vitorinismo e chegando ao sarneísmo a partir de 1966 (grupo liderado por José Sarney), dando sustentação política a um modelo que, por meio dos coronéis do interior, garantiu cobertura estatal à grilagem de terras, ao passo que instituiu uma cobertura social precária, mantendo as massas trabalhadoras desorganizadas e vulnerabilizadas, em articulação com dinâmicas econômicas e sociais mais amplas (Botelho, 2012).

A dinâmica de expansão capitalista no Maranhão operou por meio de um processo de desorganização e reorganização do espaço. O capitalismo moldou uma sociedade de classes marcada por extremas desigualdades: a riqueza gerada pela exportação e pela posterior industrialização incipiente concentrou-se nas mãos de uma elite comercial e latifundiária, enquanto grande parte da população foi empurrada para a lógica da mera sobrevivência.

Sob essa lógica predominante, o Maranhão chega à década de 1970, onde, a partir de então, por razão de uma readequação histórica do capitalismo global, o estado passou a assimilar uma nova tendência econômica marcada pela industrialização dependente nacional. Esse período caracteriza-se por dependência tecnológica: o país não desenvolveu plenamente um setor produtor de bens de capital e continuou a depender de tecnologia, máquinas e equipamentos importados. Internamente, a produção industrial permaneceu concentrada na região Centro-Sul e, mesmo ali, não logrou autonomia tecnológica capaz de romper a lógica dependente do país; essa limitação estrutural reforçava a dependência tecnológica e define a fase da industrialização dependente (Trindade, 2020).

Nesse quadro, a nova dinâmica da subordinação externa deu-se principalmente por meio de investimentos estrangeiros diretos, muitas vezes associados a capitais nacionais, que buscavam simultaneamente destinos para a produção de bens de capital e bens duráveis (mercados para escoar máquinas, equipamentos e bens de consumo duráveis) e garantir o fornecimento de matérias-primas para suas indústrias de base no exterior (Marini, 2025).

Esses investimentos visavam aproveitar um mercado interno segmentado, com maior poder aquisitivo concentrado nas camadas médias e altas, e ao mesmo tempo assegurar insumos para as cadeias produtivas das matrizes industriais estrangeiras.

Para viabilizar e acelerar essa readequação da economia nacional aos novos ditames do capital, o Estado autoritário brasileiro (1964-1985) atuou como agente central: formulou e implementou políticas que buscavam reposicionar o país ao ciclo capitalista global imperialista, incentivando a importação de tecnologia e máquinas, mantendo a exportação de bens primários estratégicos e concedendo vultosos incentivos fiscais e regimes especiais. Paralelamente, o regime militar destinou recursos significativos a investimentos em infraestrutura logística e energética, com o objetivo explícito de garantir a rentabilidade do capital, sobretudo estrangeiro (Botelho, 2012).

É nesse contexto que se dá a implementação dos grandes projetos no Maranhão. Sua viabilização não buscou uma industrialização equiparável à do Centro-Sul, mas sim posicionar o estado na cadeia global de valor como um corredor logístico e polo primário-exportador, desempenhando um papel central na fase tecnológica-industrial da dependência. A implantação desses projetos nas décadas de 1970 e 1980 esteve profundamente ligada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com ênfase em mineração e metalurgia, aproveitando a proximidade do estado às minas do Pará (Serra dos Carajás) e as vantagens naturais da Amazônia (Diniz, 2017).

Na ocasião, diante do esgotamento relativo de jazidas do Sudeste, a região Norte passou a oferecer uma saída para o gargalo de abastecimento de matérias-primas. O Projeto Grande Carajás, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, desencadeou a construção de infraestrutura logística, ferrovias, rodovias de integração e a consolidação do Porto do Itaqui, que se tornaram meios centrais de integração do mercado brasileiro ao mercado mundial, sob significativos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (Silva; Barbosa, 2019).

Nesse cenário, a Companhia Vale do Rio Doce, então estatal, atuou como o principal vetor estratégico ao construir ferrovias e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, viabilizando a exploração e o escoamento dos minérios da Serra dos Carajás. Paralelamente à mineração, instalaram-se grandes empreendimentos agropecuários e iniciativas voltadas à produção de celulose e à atividade siderúrgica na esteira dessa iniciativa, visando a infraestrutura logística e as vantagens naturais locais, consolidando parte de sua produção no estado (Botelho, 2012).

Exemplo do mencionado acima foi a multinacional Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão, focado em alumínio e bauxita), que se beneficiou desse cenário: com matéria-prima proveniente de Porto Trombetas (Oriximiná, PA), a instalação de suas indústrias no Maranhão e no Pará foi um movimento estratégico de proximidade com a fonte extrativa. A disponibilidade hídrica e energética, a oferta de mão de obra de baixo custo para atividades acessórias, o acesso a terras e os incentivos fiscais e logísticos também se enquadraram como atrativos fundamentais para sua instalação e operação na região (Diniz, 2017).

Intensivos em capital, esses projetos ampliaram a concentração de renda, na medida em que se integravam de forma limitada à economia local e, frequentemente, foram responsáveis pela expulsão de populações rurais e tradicionais de suas terras (Silva; Barbosa, 2019).

A exportação permaneceu o principal impulso por trás das iniciativas, e o modelo de desenvolvimento consolidado reforçou a dependência externa e a segmentação do mercado interno. A implementação do Programa Grande Carajás e a modernização logística que o acompanhou abriram caminho para a expansão do agronegócio no Maranhão, reforçando monoculturas extensivas voltadas à exportação, como a soja, e a pecuária. Esse padrão gerou profundas degradações sociais e ambientais: em vez de promover inclusão e integração do trabalho local, consolidou-se um padrão de enclave econômico focado na exportação, aprofundando desigualdades históricas (Pereira Filho, 2016).

A limitada incorporação da população local aos empreendimentos não decorreu apenas de fatores conjunturais do mercado de trabalho; foi produto da marginalização histórica: décadas de subinvestimento em educação técnica e profissionalizante, em infraestrutura e em políticas públicas que deixaram amplos segmentos sem qualificação adequada para as vagas geradas pelos projetos. Assim, apesar da criação de muitos postos durante a fase de instalação do Programa, estima-se, por exemplo, a criação de centenas de milhares de empregos temporários na etapa de obras, a fase de operação absorveu muito menos trabalhadores (ordens de grandeza bem inferiores às vagas geradas na construção). A automação, a terceirização e o perfil capital-intensivo das atividades extrativas reduziram ainda mais a oferta de empregos diretos e de qualidade (Diniz, 2017).

A expectativa de trabalho despertada pelos grandes projetos gerou um paradoxo socioespacial: ao mesmo tempo em que atraiu um forte fluxo migratório para São Luís e para as áreas de influência da Estrada de Ferro Carajás, a instalação física de empresas como Vale e Alumar promoveu desapropriações e deslocamentos compulsórios. Esse fenômeno desarticulou o usufruto do território pela população local, expulsando camponeses, extrativistas e comunidades tradicionais de suas terras para dar lugar à infraestrutura industrial e logística, o que resultou em urbanização desordenada, favelização e no agravamento dos conflitos fundiários (Silva; Barbosa, 2019).

Somando-se a esse cenário, a valorização das terras estimulada pela nova infraestrutura e pelos incentivos fiscais abriu espaço para uma intensa especulação, expresso corriqueiramente na prática denominada de grilagem. Pequenos agricultores e extrativistas, uma vez deslocados para áreas de mata ou para as periferias urbanas, acabaram cedendo lugar à expansão de grandes fazendas, plantações de eucalipto e monoculturas voltadas à exportação. Esse processo desarticulou a agricultura tradicional maranhense e reduziu a produção de alimentos essenciais para o consumo local, precarizando o trabalho e as condições de sobrevivência das famílias (Cabral; Ferreira; Oliveira, 2023).

No plano ambiental, a modernização caracterizou-se pela exploração intensiva e predatória dos recursos naturais: aumento do desmatamento, impactos sobre bacias hidrográficas, poluição e prejuízos ao abastecimento de água potável. A riqueza gerada pelos projetos não foi distribuída; o excedente econômico foi apropriado por um bloco restrito de poder formado por oligarquias locais, multinacionais e pelo capital financeiro (Diniz, 2017).

O Estado, mais uma vez, demonstrava sua posição relacional e funcional na reprodução do capitalismo dependente nacional; por isso, rearticulam-se estruturas

sociopolíticas remanescentes de um passado longínquo que, sob os novos movimentos do capital, mantêm a miséria estrutural.

Como consequência desse padrão de acumulação e exclusão, o Maranhão ingressou no século XXI com indicadores sociais e econômicos desfavoráveis: baixos níveis educacionais e taxas de analfabetismo significativamente superiores à média nacional (que, em 2022, era de cerca de 7%, enquanto no estado alcançava aproximadamente 15%) além de rendimento domiciliar *per capita* entre os mais baixos do país, em torno de R\$ 1.077 mensais, e elevada incidência de pobreza e extrema pobreza, sobretudo em áreas rurais (IBGE, 2022; 2024).

Os processos políticos subjacentes a essa 'transformação' foram guiados por um 'desenvolvimentismo autoritário', caracterizado por um forte conluio de interesses. As oligarquias tradicionais atuaram como intermediárias centrais nos acordos entre o Estado e as empresas multinacionais. No caso da modernização conservadora no Maranhão, a gestação política remete à ascensão do *sarneyismo*, efetivada pela ditadura empresarial-militar (Botelho, 2012).

Desde o seu governo e a continuidade dessa lógica por meio de seus consortes e apadrinhados, desenhou-se um pacto tácito entre as elites locais e o projeto de Estado militarizado. Apesar de bradar um suposto compromisso com a modernização, a atuação de Sarney promoveu apenas a transposição de uma oligarquia por outra, assegurando localmente interesses internos articulados ao capital externo (Botelho, 2012).

Para isso, buscou-se garantir a concentração fundiária via grilagem e latifúndio (alicerçados no coronelismo) e o controle da máquina pública para conceder benesses ao grande capital. A Lei de Terras nº 2.979, de 17 de junho de 1969, por exemplo, reforçou a mercantilização do solo em função da renda capitalista, sob o pressuposto de que apenas atividades empresariais desenvolveriam o Estado (Silva; Barbosa, 2019).

Em contrapartida, camponeses, quilombolas e indígenas foram tidos apenas como empecilhos a essa modernização. Tal lógica revelou-se funcional à implementação de grandes projetos: o Estado passou a ofertar terras a preços irrisórios, atraindo vultosos empreendimentos e produtores do Sul do país para o cultivo de arroz em larga escala. Estes utilizaram estratégias predatórias (como a obstrução do acesso à água e às matas) para inviabilizar a subsistência dos produtores locais (Cabral; Ferreira; Oliveira, 2023).

O cerne dessa articulação foi utilizar a posição política privilegiada não para promover um desenvolvimento regional que beneficiasse a população, mas para reforçar poderes institucionais e direcionar investimentos às áreas de influência oligárquica. Um

reflexo contundente dessa dinâmica foi a aprovação do projeto da Alumar. Mesmo com parecer desfavorável da Secretaria de Planejamento à época (SEPLAN/MA), que alertava para os graves impactos fundiários, o comprometimento hídrico e a perda de receita por isenções fiscais, o projeto foi aprovado, atropelando órgãos técnicos em nome do pacto entre oligarquia, governo federal e capital internacional. Como resultado, consolidou-se um 'bloco no poder' (governos, capital financeiro, mineradoras e agronegócio) cuja face econômica também se expressou através da lógica da dependência externa para apropriação do excedente econômico (Diniz, 2017).

A breve digressão expõe a estruturação e transformação histórica do espaço não como um receptáculo inerte, mas como uma produção social ativa, um campo de forças em disputa permanentemente reconfigurado em função de garantir as condições de reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor, o cerne do capitalismo dependente. Uma vez que a superexploração da força de trabalho atua como a categoria totalizante e a lei geral que define a formação socioespacial (FSP) na América Latina.

Em consonância com a definição de formação socioespacial dependente (Aruto, 2015), a trajetória histórica maranhense apresenta a articulação de três dimensões fundamentais: inserção subordinada na divisão internacional do trabalho que guarda repercussão na forma com que as classes dominantes locais recorrem à superexploração do trabalhador para obter ganhos em decorrência das perdas de mais-valia pelas trocas desiguais.

Isso se manifesta através de três mecanismos principais que moldaram a sociedade latino-americana e o território ao longo da sua complexificação histórica: o prolongamento da jornada de trabalho; o aumento da intensidade do trabalho; todavia, no Maranhão, ainda que presente os dois primeiros fundamentos, a exemplo dos operários da indústria têxtil e das quebradeiras de coco, a apropriação de parte do fundo de consumo necessário para a sobrevivência do trabalhador aparece de forma mais enfática no transcurso da sua formação socioeconômica. Especialmente porque a baixa remuneração desses grupos (operários e extrativistas) soma-se ao fato da recorrente despossessão da terra, deixando nenhuma possibilidade de o trabalhador sequer atingir o nível de subsistência.

Esse ponto relaciona-se com o segundo ponto de articulação. A organização espacial na América Latina (urbana e rural, nacional e regional) é moldada para viabilizar esses baixos salários e a precariedade. O espaço é produzido de forma a manter a força de trabalho barata e disponível. E, no caso maranhense, é exatamente no campo onde esse aspecto tem maior impacto. A concentração fundiária (latifúndio) e a expropriação de terras forçaram a migração

constante da população, criando uma oferta abundante de mão de obra que pressiona os salários para baixo internamente e nacionalmente.

Concomitantemente, ocorreu uma urbanização caracterizada pela segregação e por serviços públicos precários, onde formas de "autoconstrução" (como mutirões) e o trabalho informal no setor terciário foram ganhando corpo para o sistema, pois permitem que o trabalhador sobreviva com rendimentos inferiores ao necessário.

Basta mencionar o aumento acentuado de favelas e comunidades urbanas em São Luís, caracterizado pela ocupação de áreas irregulares sem a correspondente oferta de bens e serviços públicos (saneamento, infraestrutura, coleta de lixo), consolidado nas últimas décadas, especialmente entre os anos 1980 e 2000 (Petrus; Pereira Junior, 2017). Tais processos reforçaram a sua desigualdade regional onde, a partir da sua posição periférica e em face da economia nacional dependente, funciona como reserva de mão de obra para as regiões centrais, utilizando as disparidades regionais para rebaixar o valor médio da força de trabalho nacional (Cano, 1988).

Isso porque, reiteramos, o salário do trabalhador é visto apenas como custo a ser comprimido, e não como fonte de demanda necessária. O que resulta em um território marcado por uma nação inconclusa, onde a maioria da população é excluída dos benefícios do progresso técnico e social, e o Estado, na maior parte das vezes, atua para garantir essa exclusão através de mecanismos opressores e conservadores (Marini, 2000).

Dessa dimensão, ocorre uma estratificação do mercado interno, pois a produção volta-se primordialmente para a exportação ou para o consumo de luxo das elites (esfera alta de circulação). Em suma, a superexploração não é apenas um dado econômico, mas o fundamento que explica a singularidade geográfica e histórica da América Latina. Ela determina desde a manutenção de relações de produção arcaicas e modernas convivendo lado a lado, até a fragmentação do território e a precariedade da infraestrutura social, tudo voltado para assegurar a rentabilidade do capital em condições de dependência (Marini, 2000).

4.4 Resumo do Capítulo

A análise desenvolvida ao longo do capítulo evidencia que a formação socioespacial do Maranhão está intrinsecamente vinculada à sua inserção histórica subordinada na divisão internacional do trabalho. Desde o período colonial, a organização econômica do território orientou-se pela produção voltada ao mercado externo, estruturada sobre bases como o

latifúndio, a superexploração do trabalho e a concentração da renda, cujos efeitos se projetam na contemporaneidade.

As transformações ocorridas ao longo do tempo, da economia extrativa às tentativas de industrialização e, posteriormente, à consolidação de grandes projetos minero-metalúrgicos e agroexportadores, não alteraram substantivamente esse padrão, mas o reconfiguraram sob novas formas. Em todos esses momentos, observa-se a permanência de uma dinâmica na qual a geração de riqueza ocorre de maneira dissociada de sua apropriação social, limitando a constituição de um mercado interno robusto e a incorporação da população local aos benefícios do crescimento econômico.

Nesse sentido, o que se evidencia não é um processo de desenvolvimento incompleto ou circunstancial, mas a continuidade de uma forma específica de inserção econômica, marcada pela dependência e pela seletividade territorial, que condiciona as possibilidades de transformação social no estado.

5. O MARANHÃO NO PADRÃO EXPORTADOR: ESTRUTURA, DEPENDÊNCIA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS

5.1 A Materialidade do PEEP em Solo Maranhense: Indicadores e Fluxos

A transição da gênese histórica para a análise da estrutura contemporânea exige a apreensão da economia maranhense em sua atual fase de reprodução. Se o capítulo anterior demonstrou como a constituição socioeconômica do território foi historicamente influenciada por interesses externos, cabe agora investigar a materialidade dessa inserção à luz das categorias do Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP).

As transformações impostas ao Maranhão entre o período ditatorial e a implementação dos Grandes Projetos constituíram o prelúdio para a readequação exigida pela reestruturação do capitalismo mundial. Esse processo, consolidado ao longo da década de 1990, foi impulsionado pela aceleração da revolução técnico-científico que elevou a produtividade em detrimento dos empregos industriais, pela ascensão da economia chinesa, que reorganizou a demanda global por recursos naturais, e pela difusão de tecnologias de comunicação que intensificaram os fluxos e a integração econômica (Trindade, 2026).

Como resultado desse rearranjo global, a configuração assumida pelo estado consolidou uma face específica do PEEP. No Maranhão, esse padrão não se expressa apenas na produção direta de commodities, mas, sobretudo, na especialização do território como nexo logístico estratégico, responsável por viabilizar a circulação de mercadorias e a realização do valor no mercado mundial (Osório, 2012; Marini, 2000).

Essa inserção não se configura como ruptura com o passado, mas como atualização de determinações historicamente constituídas. A estrutura fundiária concentrada, a distribuição desigual da população e as assimetrias regionais, conformadas ao longo do processo de ocupação do território, são rearticuladas no presente, assumindo novas funções na dinâmica de reprodução do capital. Esse cenário demonstra que o espaço geográfico transcende a condição de suporte físico, consolidando-se como uma estrutura organizada e determinante frente às exigências da acumulação global. (Furtado, 2007; Santos, 1993).

Do ponto de vista teórico-metodológico, é fundamental dirimir uma questão central para a análise proposta: a natureza dos fluxos que compõem a inserção do Maranhão no circuito exportador. Embora parcela significativa das mercadorias escoadas pelo estado (especialmente o minério de ferro) tenha origem extrativa em outras unidades da federação, como o Pará, a separação entre produção e circulação constitui uma abstração que não se

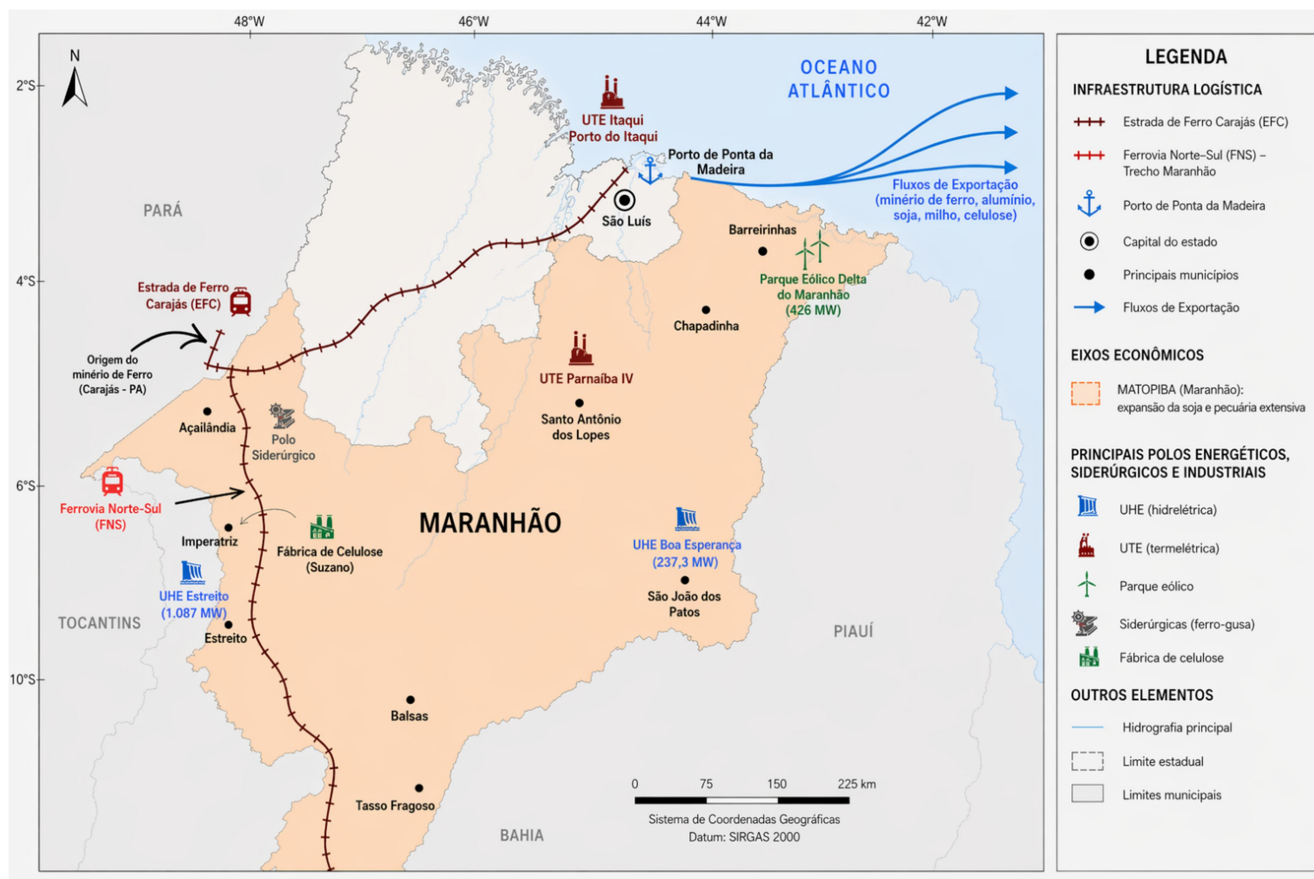
sustenta sob uma leitura dialética do processo de valorização. Conforme a formulação marxiana, o transporte não é um momento externo à produção, mas sua continuidade no interior da circulação; entende-se que produção, circulação e realização não são esferas isoladas, mas compõem uma totalidade dialética, momentos interdependentes de um mesmo processo. Assim, analisar a economia dependente a partir da circulação desvela como o movimento externo do capital condiciona a produção interna, moldando um ciclo de reprodução vinculado às necessidades do mercado mundial. Essa escolha constitui um movimento metodológico necessário, pois o valor da mercadoria só se realiza ao alcançar o mercado (Marx, 2017)

Sob essa perspectiva, ao disponibilizar um território reconfigurado por sucessivos projetos de infraestrutura ferroviária e portuária, o Maranhão não atua como mero espaço de passagem. O estado constitui uma instância organizada e determinante, cujas estruturas derivam de ações deliberadas voltadas à acumulação, servindo como o lócus de incorporação do trabalho logístico necessário à realização do valor.

A especialização do estado em 'servir ao fluxo' constitui, portanto, a forma predominante pela qual o Maranhão consolida sua inserção específica no PEEP. Tal processo evidencia que a circulação de mercadorias não é um apêndice, mas, em si, um momento determinante e constitutivo da produção capitalista. Assim, os indicadores de exportação e de movimentação de cargas devem ser compreendidos como reflexos da especialização produtiva do território e de sua integração subordinada aos fluxos do mercado internacional (Harvey, 2016; Gonçalves, 2005).

A espacialização dessas dinâmicas evidencia a seletividade territorial do padrão exportador no estado, conforme ilustrado no Mapa 1, no qual se observa a concentração das atividades voltadas à exportação nas regiões sul e leste, bem como a centralidade do complexo logístico-portuário de São Luís na articulação dos fluxos de mercadorias. Destaca-se, nesse contexto, o papel da Estrada de Ferro Carajás como eixo estruturante da circulação, conectando áreas produtoras ao Porto de Ponta da Madeira, a partir do qual se realizam os fluxos de exportação.

Mapa 1 – Organização territorial do Padrão Exportador no Maranhão (2000–2025)
Eixos logísticos, áreas de expansão do agronegócio e infraestrutura de exportação



Fonte: IBGE (2022); ANTAQ (2025); VALE (2024); MAPBIOMAS (2024); elaboração própria, 2026.

Essa configuração territorial, materializada no eixo logístico e nas áreas de expansão, revela como o Maranhão se consolidou sob a égide da 'renovação do capitalismo dependente' na dinâmica do Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP). Incorporado de forma intensa à dinâmica global nas últimas décadas, o estado consolidou-se como um espaço estratégico que, para além da função de provedor logístico, atua como fronteira de expansão agrícola e como uma geografia deliberadamente reorganizada para atender às necessidades de processamento de commodities do capital nacional e internacional.

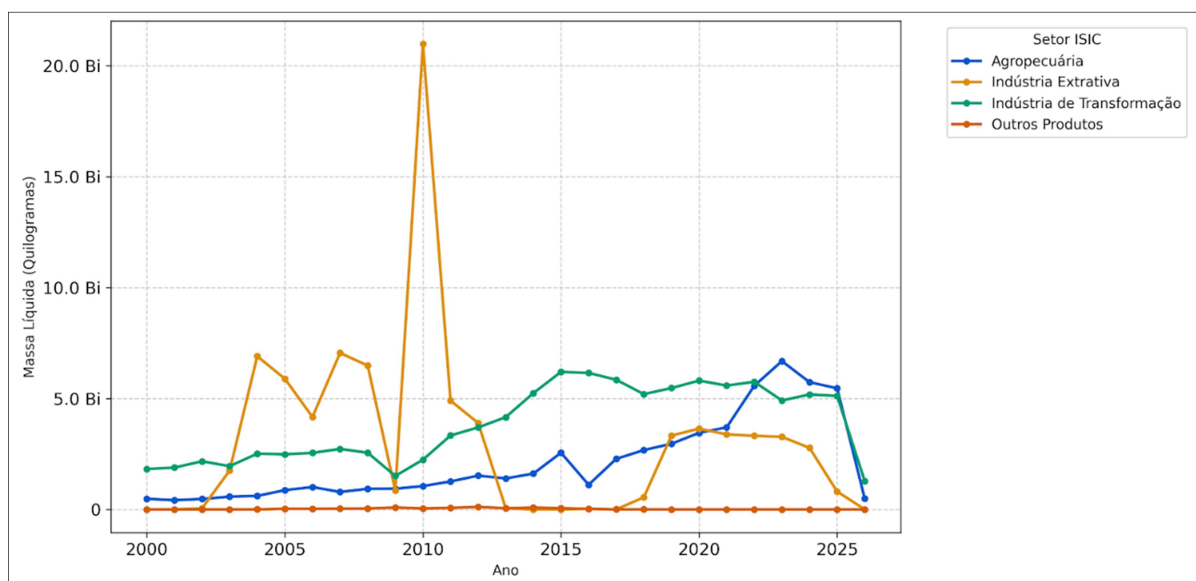
Esse movimento reflete a internalização da produção de mercadorias típicas ao PEEP (como minérios, energia e grãos), mas avança em complexidade ao consolidar indústrias de baixo valor agregado que funcionam como uma extensão do processo de reprimarização, a exemplo das guseiras e do setor energético. Em última análise, esse cenário é um desdobramento da força atrativa exercida pela especialização em serviços logísticos concentrados nesses eixos; afinal, ao estruturar o território para reduzir o tempo de circulação, o capital busca encurtar seu ciclo de metamorfose, acelerando a passagem de D para D'.

A elevação do *quantum* produtivo da soja e da pecuária extensiva, sobretudo nas regiões sul e leste do estado, transcende a mera modernização técnica. Trata-se do aprofundamento da dependência estrutural, que inaugura um novo ciclo de exploração onde a forma-mercadoria se restringe, predominantemente, a produtos primários, revestindo estruturas históricas de subordinação com novas roupagens tecnológicas. Inserido no contexto do MATOPIBA, esse processo converte as características naturais do território em vantagens competitivas para o mercado global, reforçando a especialização produtiva ao mesmo tempo em que intensifica o desmatamento e os conflitos socioambientais (Embrapa, [s.d.]; MAPBIOMAS, 2024).

No plano demográfico maranhense, a concentração populacional nas áreas urbanas, especialmente na capital São Luís, não constitui um fenômeno espontâneo, mas expressa os desdobramentos de um processo de desequilíbrio causado pela desvinculação da produção com as demandas da população, no qual a dinâmica econômica se reorganiza sem romper com estruturas históricas de desigualdade. Nesse contexto, a capital assume centralidade ao concentrar parcela significativa da riqueza estadual e apresentar elevada densidade demográfica (em torno de 1.779 hab/km²), configurando-se como principal nó logístico, administrativo e de articulação dos fluxos de exportação (IBGE, 2024).

Esse processo é impulsionado pelo êxodo rural, diretamente associado à expropriação no campo e à seletividade dos investimentos públicos e privados, que privilegiam áreas estratégicas à circulação e valorização do capital. Em contrapartida, o interior do estado permanece marcado por baixa densidade populacional e precariedade estrutural, evidenciando uma lógica desigual de apropriação do território (G1 MA, 2023).

Tal configuração não é aleatória, mas funcional ao padrão de reprodução vigente, que concentra infraestrutura e investimentos nos espaços integrados aos circuitos produtivos e de escoamento de mercadorias (vide mapa 1), ao mesmo tempo em que marginaliza regiões não diretamente inseridas nos fluxos de valorização, reforçando assim as assimetrias socioespaciais no estado.

Gráfico 6 – Tendência das Exportações do Maranhão por Setor Produtivo (2000-2025)

⁷Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Comex Stat (MDIC), 2026.

Esse padrão é evidenciado no Gráfico 6, no qual se observa a centralidade dos setores primários na pauta exportadora maranhense, com destaque para a agropecuária e, sobretudo, para a indústria extrativa, que apresenta picos expressivos (por decorrência da sua função logística e de beneficiamento de tais produtos) em determinados anos, indicando forte dependência de commodities. Em contrapartida, a indústria de transformação mantém participação relativamente estável e inferior ao longo do período, revelando sua limitada capacidade de agregação de valor. Tal configuração reforça o caráter especializado e dependente da economia estadual, cuja inserção nos circuitos globais de valorização ocorre predominantemente por meio da exportação de produtos de baixo nível de processamento.

Essa lógica produtiva desdobra-se territorialmente na forma de acentuados desequilíbrios espaciais, como se observa no interior do estado, onde “ilhas” de produtividade contrastam com um entorno de precariedade. Imperatriz (segundo maior PIB estadual) e Balsas (polo do agronegócio) exemplificam a constituição de eixos estratégicos voltados à produção de commodities e ao escoamento de mercadorias. Esses centros tendem a concentrar infraestrutura e a configurar uma densidade populacional funcional às exigências do mercado. Paralelamente, a expansão da fronteira energética aprofunda essa seletividade espacial. Municípios como Santo Antônio dos Lopes emergem como “enclaves de energia”: embora apresentem PIB *per capita* elevado em função da exploração do gás natural e da geração termelétrica, mantêm baixa densidade demográfica e reduzida integração socioeconômica,

⁷ Bi significa Bilhões de Quilogramas.

operando como estruturas intensivas em capital voltadas ao Sistema Interligado Nacional (ClimaInfo, 2024).

Portanto, a atual configuração territorial, na qual poucos municípios concentram parcela significativa do PIB estadual, não é aleatória (G1 MA, 2018). Ela expressa um padrão de reprodução que integra seletivamente pontos específicos do território aos fluxos globais de valorização, especialmente nas cadeias da mineração, da soja e da energia, ao mesmo tempo em que marginaliza extensas áreas e populações que não se inserem diretamente nessa dinâmica de acumulação.

Para fins analíticos, a materialidade do Padrão Exportador de Especialização Produtiva no Maranhão será examinada a partir de três eixos estruturantes, que expressam, de forma articulada, as dimensões da produção, da circulação e da industrialização subordinada: (i) o eixo mineral-logístico, responsável pela viabilização dos fluxos de commodities, especialmente o minério de ferro; (ii) o eixo do agronegócio, com destaque para a expansão da soja no contexto do MATOPIBA; e (iii) o eixo da indústria de enclave, representado pelas cadeias da celulose, do alumínio, produção de ferro-gusa e a produção energética estadual.

5.1.1 O Eixo Mineral-Logístico: circulação, infraestrutura e realização do valor

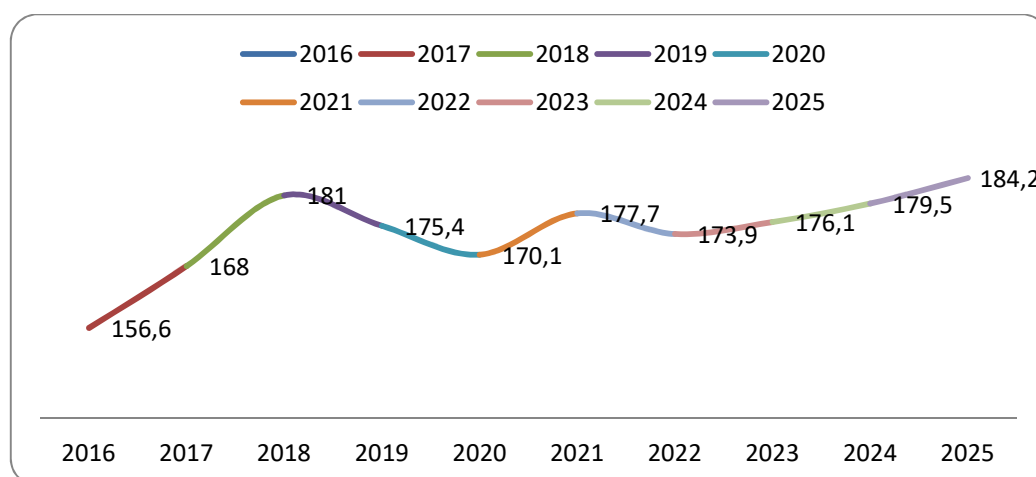
A análise da materialidade do Padrão Exportador de Especialização Produtiva no Maranhão exige, em primeiro lugar, a compreensão do papel desempenhado pelo eixo mineral-logístico na articulação entre produção, circulação e realização do valor. Nesse contexto, o estado não se destaca apenas como espaço de produção de mercadorias, mas, sobretudo, como território estratégico para a circulação de commodities em escala global, assumindo função relevante na dinâmica de reprodução do capital dependente (Harvey, 2016; Gonçalves, 2005).

O principal elemento estruturante desse eixo é a Estrada de Ferro Carajás, responsável por conectar a província mineral de Carajás, localizada no estado do Pará, ao litoral maranhense. Ao longo de aproximadamente 900 quilômetros, essa ferrovia viabiliza o transporte de grandes volumes de minério de ferro até o Porto de Ponta da Madeira. Complementarmente, o Porto do Itaqui integra esse complexo logístico ao ampliar a capacidade de escoamento de outras commodities, como soja, milho e celulose, configurando um sistema articulado voltado à exportação (Vale, 2024; ANTAQ, 2025).

Do ponto de vista empírico, os dados de transporte ferroviário evidenciam a magnitude desse eixo logístico. A Estrada de Ferro Carajás movimentou, em 2024,

aproximadamente 179,5 milhões de toneladas de cargas, das quais cerca de 177 milhões correspondem ao minério de ferro, consolidando-se como um dos principais corredores de exportação mineral do mundo. Como demonstrado no Gráfico 7, observa-se uma trajetória de expansão consistente ao longo dos últimos anos, passando de cerca de 151 milhões de toneladas em 2016 para aproximadamente 176 milhões em 2023, até atingir o patamar atual, com expectativa de novos recordes. Esse crescimento expressa a intensificação dos fluxos de commodities e evidencia o papel do território maranhense como suporte material indispensável à realização do valor no mercado mundial (Vale, 2024).

Gráfico 7 – Volume transportado pela Estrada de Ferro Carajás (2016–2025) em milhões de toneladas



Fonte: Vale (2024); ANTAQ (2025); elaboração própria.

Esses dados indicam que a inserção do Maranhão na dinâmica do capital se realiza de forma decisiva no âmbito da circulação. Ainda que a extração mineral ocorra majoritariamente no estado do Pará, a viabilização de sua exportação depende diretamente da infraestrutura instalada em território maranhense, o que incorpora o trabalho logístico como momento constitutivo do processo de valorização.

Essa dinâmica é complementada por uma infraestrutura portuária altamente especializada, responsável pela etapa final do escoamento. O complexo portuário de São Luís assume, nesse sentido, papel estratégico, destacando-se o Porto de Ponta da Madeira e o Porto do Itaqui na articulação dos fluxos de exportação (ANTAQ, 2025). O primeiro figura entre os maiores terminais de embarque de minério de ferro do mundo, projetado para atender navios de grande porte, reduzindo custos logísticos e ampliando a competitividade internacional. Já o Porto do Itaqui diversifica essa dinâmica ao viabilizar o escoamento de outras commodities

(Gonçalves, 2005), consolidando um sistema logístico integrado e orientado às demandas externas.

Entretanto, essa elevada capacidade de movimentação de cargas não se traduz em dinamização econômica homogênea no território. A natureza concentrada e tecnicizada das operações limita a geração de empregos diretos, ao passo que os impactos socioambientais se territorializam de forma intensa. Ao longo do traçado da ferrovia e nas áreas portuárias, observam-se processos de desapropriação, conflitos fundiários, degradação ambiental e precarização das condições de vida de comunidades locais, evidenciando o caráter assimétrico dessa inserção (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024).

Além disso, a elevada dependência dos fluxos externos torna a economia maranhense particularmente sensível às oscilações do mercado internacional. A centralidade do minério de ferro na pauta exportadora do estado evidencia essa condição, uma vez que o desempenho econômico maranhense sofre uma importante influência das variações da demanda global por essa commodity, ampliando sua exposição aos ciclos econômicos externos e às instabilidades do comércio internacional.

Dessa forma, a articulação entre a infraestrutura ferroviária e portuária revela um padrão de organização territorial orientado à circulação e exportação de mercadorias. Esse arranjo materializa o Padrão Exportador de Especialização Produtiva e explicita suas contradições: ao mesmo tempo em que integra o estado aos fluxos globais de valorização do capital, reproduz internamente desigualdades sociais, territoriais e ambientais que sustentam sua funcionalidade no sistema.

5.1.2 O Eixo da Soja (MATOPIBA): expansão territorial, despossessão e especialização produtiva

Se o eixo mineral-logístico evidencia a centralidade da circulação na inserção do Maranhão no Padrão Exportador de Especialização Produtiva, o avanço do agronegócio, particularmente da soja, revela a materialidade desse padrão no plano da produção primária. A expansão da fronteira agrícola no estado, sobretudo nas últimas décadas, insere o território maranhense na dinâmica do MATOPIBA (região que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), consolidando-o como espaço estratégico para a produção de commodities voltadas ao mercado internacional (Embrapa, [s.d.]).

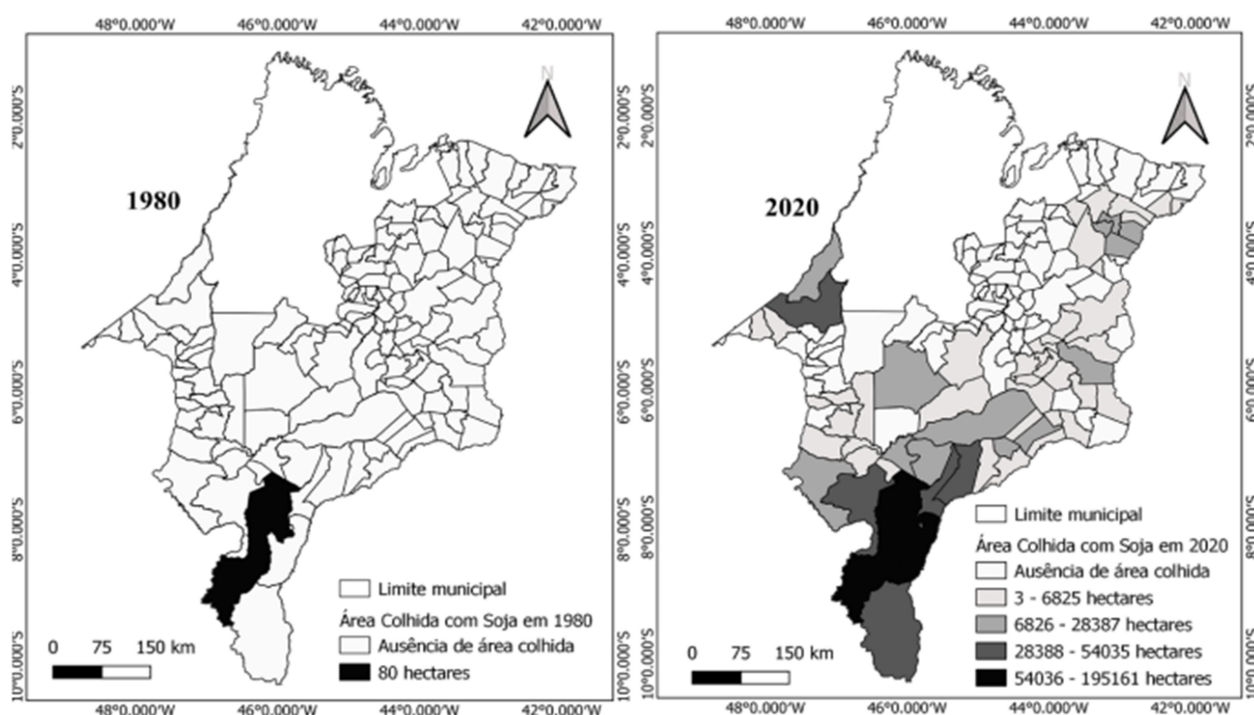
No caso maranhense, esse processo concentra-se nas regiões sul e leste, com destaque para municípios como Balsas, Tasso Fragoso e São Raimundo das Mangabeiras, que

se configuram como polos dinâmicos da produção de grãos (Maranhão, 2024). A partir da década de 2000, observa-se crescimento expressivo da área plantada e da produtividade da soja, impulsionado pela incorporação de tecnologias agrícolas, mecanização intensiva e integração com cadeias globais de comercialização (Feitosa et al., 2023).

Essa transformação não deve ser compreendida como simples modernização produtiva, mas como uma reconfiguração territorial orientada pela lógica do capital. As características naturais do Cerrado, relevo plano, solos passíveis de correção e clima favorável, são convertidas em vantagens competitivas, viabilizando a produção em larga escala e sua inserção nos circuitos internacionais de commodities.

Os dados de produção agrícola confirmam essa tendência. O Maranhão ampliou significativamente sua participação na produção nacional de soja, com crescimento contínuo da área cultivada e da produção total, consolidando-se como importante produtor no Nordeste, conforme evidenciam a Figura 1 e a Tabela 2. Esse dinamismo está diretamente articulado ao sistema logístico anteriormente analisado, evidenciando a integração entre produção e circulação.

Figura 1 – Dinâmica espacial da área colhida de soja no MATOPIBA Maranhense nos anos de 1980 e 2020



Fonte: Feitosa, et al., 2023.

Tabela 2 – Principais produtos em Valor da Produção (2024)

Ranking MA (VP)	Produto	Valor da produção	Área Colhida (hectare)	Quantidade produzida (toneladas)	Rendimento médio da produção
1º	Soja	R\$ 8,3 bilhões	1.302,915	4.073.259	3.126
2º	Milho	R\$ 2,8 bilhões	496.073	2.384.065	4.806
3º	Cana-de-açúcar	R\$ 505,5 milhões	46.022	2.705.753	58.793
4º	Arroz	R\$ 389,0 milhões	77.084	177.340	2.301
5º	Algodão	R\$ 291,8 milhões	32.637	133.815	4.100

Fonte: IMESC, 2025.

A expansão da soja expressa, contudo, um processo de acumulação por despossessão, no qual a incorporação de novas áreas ao circuito produtivo ocorre mediante a expropriação de territórios tradicionalmente ocupados. Comunidades indígenas, quilombolas e pequenos agricultores são diretamente impactados, com intensificação da concentração fundiária, deslocamento populacional e redefinição dos usos do território em favor da monocultura (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024).

Esse movimento é acompanhado pelo aumento de conflitos socioambientais, associados à disputa por terra, à grilagem, ao uso intensivo de agrotóxicos e à degradação ambiental. A expansão da fronteira agrícola implica, ainda, a supressão de áreas de Cerrado, contribuindo para a perda de biodiversidade e para a alteração de sistemas ecológicos locais, conforme aponta Carneiro Filho e Costa (2016).

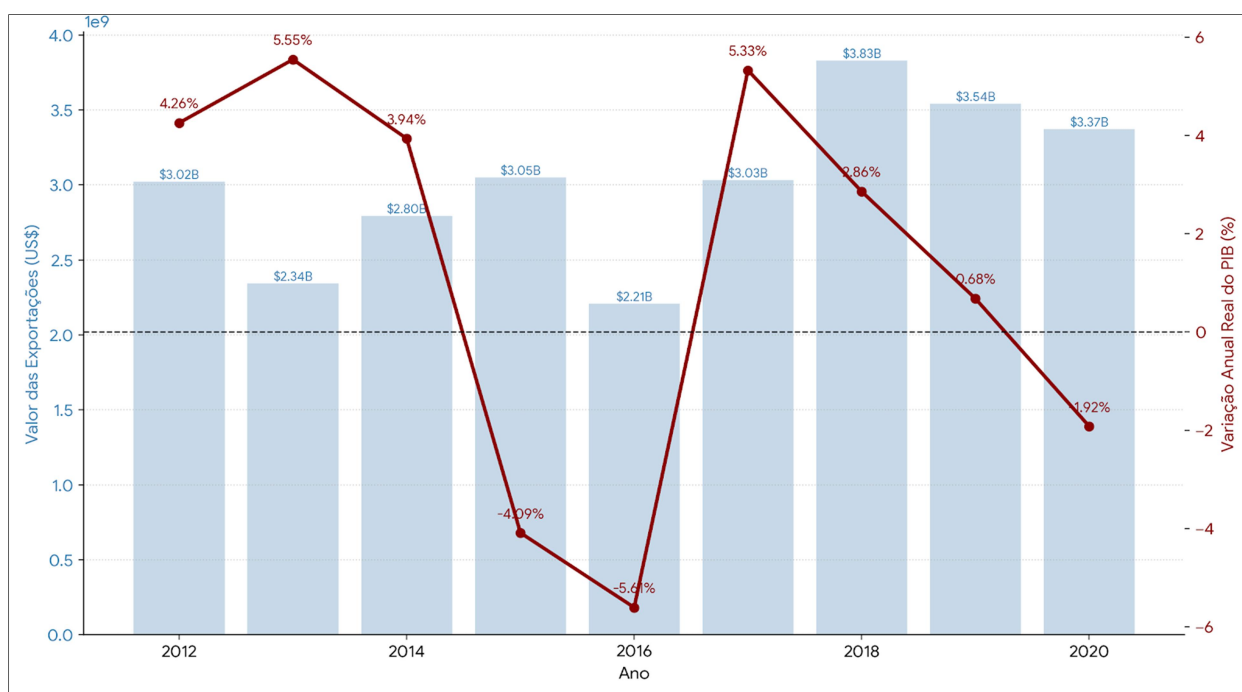
No Matopiba, a área de soja aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares, ou seja, um crescimento de 253% no período. E a maior parte da expansão agrícola no Matopiba ocorreu sobre vegetação nativa: 68% (0,78 milhão de hectares) entre 2000 e 2007, e 62% (1,3 milhão de hectares) no período seguinte, entre 2007 e 2014, principalmente no Maranhão e no Piauí, indicando a atual fronteira agrícola no bioma (Carneiro Filho; Costa, 2016).

Além dos impactos territoriais e ambientais, esse modelo apresenta limites no plano social e econômico. A elevada mecanização reduz a geração de empregos diretos, reforçando a dissociação entre crescimento econômico e inclusão social. A riqueza gerada tende a se concentrar em segmentos específicos, enquanto parcelas significativas da população permanecem à margem dos benefícios desse dinamismo.

Outro aspecto central refere-se à vulnerabilidade externa. A produção de soja no Maranhão destina-se majoritariamente à exportação, tornando o desempenho econômico sensível às oscilações de preços e à demanda internacional. Essa informação é confirmada pelos próprios documentos do estado, conforme a passagem a seguir e pelo gráfico 8:

Em 2024, as exportações dos produtos agrícolas maranhenses chegaram a R\$ 12,4 bilhões. No entanto, esse valor foi cerca de 13,3% menor do que o registrado no ano anterior. Esse resultado ocorreu devido à queda dos valores dos principais produtos agrícolas exportados, a soja (-4,5%) e o milho (-52,3%). [...] Entre os países importadores, China (R\$ 1,2 bilhões), Espanha (R\$ 7,6 bilhões) e Tailândia (R\$ 723,4 milhões) seguiram sendo os maiores destinos dos produtos agrícolas maranhenses, que juntos representaram 77,1% do valor exportado da pauta agrícola do estado em 2024 (Maranhão, 2024)

Gráfico 8 – Relação entre Exportações anuais e Variação anual do PIB – Maranhão (2012-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Central e Comex Stat (MDIC), 2026.

Essa dependência se reflete diretamente na dinâmica econômica estadual. Como indicado no Gráfico 8, há correlação entre o comportamento das exportações e a variação do PIB: em períodos de retração das vendas externas, como em 2015-2016, a economia estadual apresentou decréscimo, atingindo -5,61% no mesmo ano em que as exportações alcançaram seu nível mais baixo. A recuperação observada em 2017 ocorre em paralelo à retomada das exportações, indicando que o dinamismo econômico sofre influência do setor externo.

Dessa forma, o eixo da soja revela que a expansão produtiva, embora expressiva, está associada a um padrão de desenvolvimento seletivo. Ao combinar produção em larga escala, concentração fundiária e forte orientação externa, esse modelo integra o estado aos circuitos globais ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades sociais, territoriais e ambientais, reafirmando os fundamentos estruturais da dependência no contexto contemporâneo (Marini, 2000; Furtado, 2007).

5.1.3 Indústria de enclave: intensificação produtiva, baixo encadeamento e dependência estrutural

A análise da materialidade do Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP) no Maranhão exige, como terceiro eixo estruturante, a compreensão da configuração industrial e energética presente no estado. Em contraste com processos clássicos de industrialização voltados à diversificação produtiva e à formação de encadeamentos internos, a estrutura industrial maranhense apresenta características de uma industrialização subordinada, marcada pela concentração setorial, baixa capilaridade produtiva e limitada capacidade de dinamização da economia regional (CNI, 2024; Marini, 2000; Furtado, 2007; Osorio, 2012).

Do ponto de vista estrutural, a indústria ocupa posição relativamente restrita na economia estadual, respondendo por cerca de 16,2% do Produto Interno Bruto e apresentando tendência de perda relativa ao longo da última década. No plano nacional, sua participação é ainda mais reduzida, representando aproximadamente 0,9% da indústria brasileira, o que evidencia a inserção periférica do estado na divisão territorial do trabalho (CNI, 2024).

Para além de seu peso econômico, a estrutura interna do setor revela elevado grau de concentração. Aproximadamente 80% da produção industrial encontra-se em poucos segmentos, com destaque para os serviços industriais de utilidade pública, a construção civil, a indústria de celulose e a metalurgia. Predominam, assim, atividades associadas à infraestrutura e ao beneficiamento de recursos naturais, em detrimento de uma base industrial diversificada e articulada ao mercado interno (CNI, 2024).

Nesse contexto, as cadeias do alumínio, da celulose e da produção de ferro-gusa configuram os principais vetores da atividade industrial no estado. Tais segmentos operam vinculando-se aos fluxos globais de valorização determinados fora do espaço regional. No caso específico do ferro-gusa, a expansão recente da produção no Maranhão está diretamente associada à demanda externa, especialmente da indústria siderúrgica, evidenciando sua função como insumo intermediário nos circuitos internacionais do aço e reforçando sua orientação exportadora. Esse movimento tem sido acompanhado pelo aumento da produção estadual voltada ao mercado externo, conforme apontam análises recentes sobre o setor (CNM/CUT, 2019).

Os dados de comércio exterior reforçam esse diagnóstico. No primeiro trimestre de 2025, as exportações maranhenses ultrapassaram US\$ 1,066 bilhão, posicionando o estado como o segundo maior exportador do Nordeste. Observa-se, contudo, forte concentração da

pauta exportadora, com 88,7% do valor total concentrado em apenas cinco produtos, entre os quais se destacam alumina, alumínio e celulose (FIEMA, 2025; MDIC/COMEXSTAT, 2025).

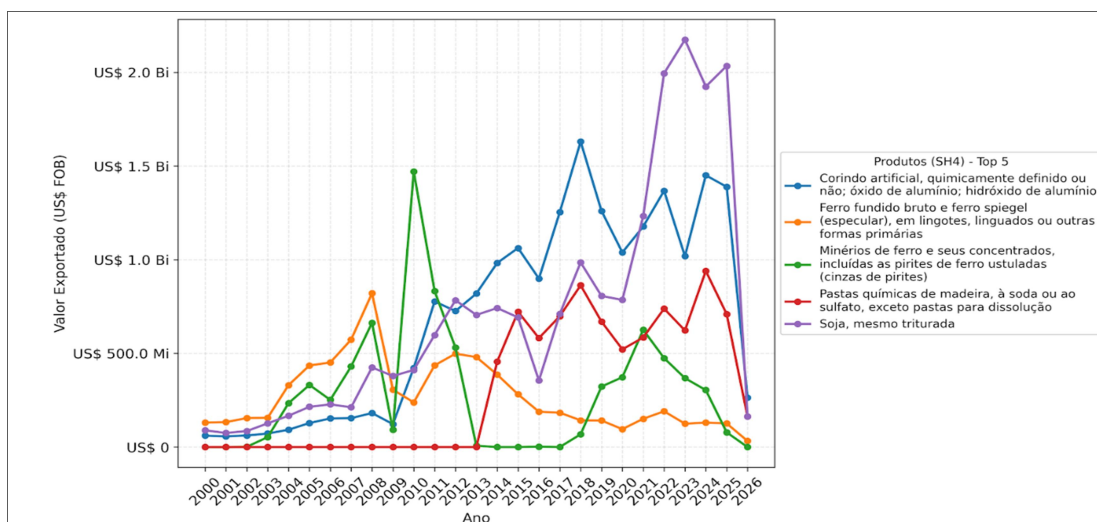
Tabela 3 – Comparativo de Composição Setorial (PIB Industrial)

Setores Principais	Maranhão	Nordeste	Brasil
Utilidade Pública (Energia/Saneamento)	36,0%	21,2%	10,8%
Construção	26,4%	20,4%	14,5%
Celulose e Papel	8,1%	3,7%	2,6%
Metalurgia	6,7%	3,3%	3,6%
Alimentos	4,6%	12,2%	13,4%

Fonte: CNI, 2025

Essa configuração se materializa na própria composição das exportações estaduais, conforme evidenciado no Gráfico 9, no qual se observa a predominância de produtos primários e semimanufaturados, como alumina, celulose e soja. Tal padrão revela uma especialização produtiva pouco diversificada, característica de economias cuja inserção internacional se dá por meio da exportação de bens intensivos em recursos naturais, no caso do Maranhão esse padrão exportador está relacionado à sua vantagem competitiva logística.

Gráfico 9 – Evolução das Exportações do Maranhão pelos principais produtos (2000-2026)⁸



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Comex Stat (MDIC), 2026.

Além da concentração, a trajetória desses produtos apresenta elevada volatilidade, refletindo a sensibilidade às oscilações do mercado internacional, especialmente da demanda

⁸ Nota: Procedimento de síntese. Agregação por valor total acumulado no período (2000-2006) e seleção dos 5 maiores itens da classificação SH4.

de economias centrais e da China. Essa dependência externa condiciona o dinamismo econômico estadual a fatores exógenos, reforçando sua vulnerabilidade estrutural.

Mesmo nos casos em que há algum nível de transformação industrial, como na cadeia do alumínio, observa-se que os processos produtivos permanecem fortemente integrados a circuitos externos, com limitada capacidade de internalização dos ganhos gerados. Essa característica evidencia o caráter de enclave da estrutura produtiva, no qual a geração de riqueza ocorre de forma dissociada do desenvolvimento regional.

Essa lógica se expressa também na estrutura empresarial. Embora o estado possua numeroso contingente de estabelecimentos industriais, a maioria é composta por microempresas de baixa capacidade produtiva, enquanto um grupo restrito de grandes empresas concentra parcela significativa da produção e do emprego. Tal configuração reforça a concentração de capital e a limitada difusão dos efeitos econômicos.

No âmbito energético, essa dinâmica assume papel ainda mais evidente. O Maranhão consolida-se como importante produtor e exportador de energia, com predominância da geração térmica baseada no gás natural e expansão da energia eólica. Essa produção está diretamente articulada às demandas das atividades industriais intensivas em energia e ao sistema logístico-exportador, funcionando como suporte material à reprodução do capital (CNI, 2024; IMESC, 2025; Maranhão, 2025).

A espacialização dessa infraestrutura revela seu caráter seletivo. Polos como Santo Antônio dos Lopes concentram a geração térmica, enquanto áreas do litoral e do Baixo Parnaíba, como Paulino Neves e Barreirinhas, destacam-se pela produção eólica. Esses espaços configuram enclaves energéticos, caracterizados pela elevada intensidade de capital, baixa geração de emprego e reduzida integração com as dinâmicas locais. De forma complementar, centros como São Luís, Imperatriz e Açailândia articulam geração, distribuição e consumo industrial, consolidando uma rede voltada à sustentação do padrão produtivo dominante (Maranhão, 2025).

Essa estrutura energética se integra diretamente às atividades industriais de enclave, como a produção de alumínio e ferro-gusa em Açailândia, e ao sistema logístico-exportador, funcionando como base material para a reprodução ampliada do capital. Trata-se de um arranjo no qual o território é mobilizado prioritariamente para atender às exigências de cadeias produtivas voltadas ao mercado externo, e não à universalização dos benefícios econômicos.

A contradição desse modelo torna-se evidente quando se observa que a ampliação da capacidade energética não se traduz em benefícios diretos para a população. Em 2025, a

revisão tarifária resultou em um aumento de 17,46% na tarifa de energia elétrica no Maranhão, impactando milhões de consumidores residenciais (G1 Maranhão, 2025). Esse movimento evidencia que os custos da reprodução social se elevam mesmo em um contexto de expansão da infraestrutura energética.

Sob a perspectiva da economia política, esse processo revela um mecanismo de transferência regressiva de renda, no qual a infraestrutura energética atende prioritariamente à competitividade de setores exportadores, enquanto a população arca com custos crescentes. A energia assume, assim, um papel contraditório: ao mesmo tempo em que constitui insumo estratégico para a valorização do capital, opera como vetor de compressão da renda das famílias (Marini, 2000; Harvey, 2016).

No plano do trabalho, essa configuração se traduz em limitada capacidade de geração de empregos de qualidade. Embora o setor industrial possua participação relevante no emprego formal, apresenta remuneração média inferior à nacional e crescimento modesto do emprego, refletindo o predomínio de atividades intensivas em capital (IMESC, 2026).

Dessa forma, a estrutura industrial e energética maranhense revela um padrão dual: de um lado, segmentos altamente produtivos e integrados aos fluxos internacionais; de outro, uma economia regional pouco articulada a essas atividades, com reduzida capacidade de internalização dos benefícios gerados. Essa dissociação entre produção e desenvolvimento territorial constitui elemento central para a caracterização da indústria de enclave.

5.2 Mediações Concretas: O Papel do Estado, da Logística e do Capital Financeiro

Conforme evidenciado nos eixos anteriores (mineral-logístico, agroexportador e industrial-energético), a inserção do Maranhão no Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP) se estrutura a partir de uma base produtiva especializada, voltada à exportação de commodities e sustentada por atividades de enclave com considerável uso de tecnologia. Esse arranjo, contudo, não se reproduz de forma espontânea: depende de um conjunto de mediações concretas que viabilizam, organizam e estabilizam sua dinâmica. Nesse sentido, o padrão contemporâneo de dependência articula reprimarização exportadora e financeirização da terra, sendo sustentado pela atuação do Estado, pela organização da infraestrutura logística e pela centralidade do capital financeiro (Marini, 2000; Osorio, 2012).

No plano teórico, Estado e capitalismo não constituem esferas separadas, mas dimensões articuladas de um mesmo modo de produção. A atuação estatal garante as condições de reprodução do capital ao assegurar a propriedade, regular conflitos e estruturar

juridicamente a acumulação (Poulantzas, 1977; Harvey, 2016). Desde suas origens, o capitalismo depende da coerção extraeconômica — como a acumulação primitiva em Marx (2013) — cujas formas clássicas de violência e expropriação territorial permanecem vigentes, coexistindo com mecanismos atualizados de desposseção financeira e jurídica (Harvey, 2004).

Essa organicidade entre Estado e coerção não opera de forma homogênea no espaço. Como argumenta Smith (1988), o capital produz deliberadamente uma geografia desigual, mobilizando territórios conforme suas funções na valorização. Nesse cenário, o Estado atua como mediador dessa hierarquização, organizando infraestruturas e regulando recursos para garantir a reprodução ampliada do capital em condições espacialmente desiguais (Harvey, 2016; Osorio, 2012).

É nesse quadro que as mediações concretas assumem centralidade no caso maranhense. A atuação do Estado, a organização da logística e a financeirização constituem dimensões complementares que viabilizam a inserção do território nos circuitos globais de valorização de maneira subordinada, ao mesmo tempo em que estruturam suas contradições internas.

A primeira dessas mediações ocorre na esfera federal, onde o Estado atua na criação de condições institucionais e fiscais favoráveis ao capital transnacional. Um dos principais mecanismos nacionais é a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), que isenta do ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados. Ao desonerar essas atividades em todo o país, a legislação federal estimula a especialização produtiva e reduz drasticamente a capacidade arrecadatória das unidades federativas, limitando investimentos em políticas públicas locais (IPEA, 2019).

No âmbito estadual, o Programa Mais Empresas (Lei nº 10.259/2015) consolida a política de incentivos fiscais no Maranhão, facilitando a inserção no PEEP ao conceder crédito presumido de até 95% do ICMS para segmentos industriais e agroindustriais. Focado na modernização e ampliação de cadeias produtivas, o programa prioriza a verticalização industrial em setores como celulose e siderurgia, reduzindo custos operacionais e reforçando o Maranhão como fronteira de exportação de baixo custo (Maranhão, 2015).

Complementando esse cenário de incentivos, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Bacabeira exemplifica a criação de espaços institucionalmente diferenciados onde convergem a regulação federal e a administração do Governo do Estado. Estruturada sob regime de zona franca, com suspensão de tributos federais e simplificação aduaneira, a ZPE destina-se a empreendimentos voltados ao mercado externo, como

siderurgia e hidrogênio verde (Brasil, 2024). Esse arranjo institucionaliza a orientação exportadora e consolida a especialização produtiva da região.

A segunda mediação fundamental é a logística, que opera como suporte material da circulação de mercadorias. No âmbito do PEEP, a infraestrutura não se orienta prioritariamente à integração do mercado interno, mas à redução do tempo de giro do capital exportador (Harvey, 2016). A centralidade da Estrada de Ferro Carajás e do Terminal de Ponta da Madeira ilustra essa função, ao conectar a extração mineral paraense ao mercado internacional via território maranhense (Vale, 2024; ANTAQ, 2025).

A atuação estatal nesse campo se manifesta tanto na construção quanto na viabilização desses sistemas. A ferrovia, originalmente implantada pela Vale enquanto estatal, foi posteriormente privatizada, exemplificando a dinâmica pela qual o Estado cria e transfere ativos estratégicos à iniciativa privada. Investimentos públicos na duplicação da ferrovia e na ampliação portuária reforçam esse papel, ao mesmo tempo em que externalidades sociais e ambientais dessas atividades recaem sobre as populações locais (SECOM, 2024).

Na frente agroexportadora, a Ferrovia Norte-Sul e o Porto do Itaqui consolidam o Maranhão como principal corredor logístico do MATOPIBA. A ampliação de berços de atracação e investimentos em dragagem evidenciam o direcionamento da infraestrutura para atender às demandas das tradings globais⁹, subordinando o território às exigências da circulação internacional de commodities (ANTAQ, 2025).

Outro exemplo relevante é o Porto São Luís¹⁰, cuja implantação expressa a articulação entre Estado e capital financeiro na produção de infraestrutura voltada à exportação. Nesse processo, o poder público atua na viabilização institucional e territorial do empreendimento, assumindo custos sociais e ambientais, enquanto o capital privado assegura a fluidez da circulação de mercadorias. Essa dinâmica reforça a função do território como plataforma logística, com baixa integração às economias locais (CPT, 2023).

⁹ Tradings globais são empresas intermediárias que operam na articulação do comércio internacional de commodities — como grãos, energia e minérios — bem como de determinados bens manufaturados, desempenhando funções estratégicas relacionadas à logística, financiamento e gestão de riscos. Grandes corporações, como Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Louis Dreyfus Company, frequentemente denominadas “ABCD”, exercem papel central no comércio agrícola global, enquanto outras tradings atuam nos segmentos de energia e mineração. Essas empresas conectam regiões produtoras a mercados consumidores, contribuindo para a fluidez dos fluxos comerciais em escala global. BRAZIL JOURNAL. Em “World for Sale”, as entranhas dos traders globais de commodities. 13 mar. 2022. Disponível em: <https://braziljournal.com/em-world-for-sale-as-entranhas-dos-traders-globais-de-commodities/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

¹⁰ A obra do Porto São Luís permanece paralisada principalmente por conflitos fundiários envolvendo suspeitas de grilagem de terras na comunidade do Cajueiro, além de disputas judiciais e denúncias de violação de direitos de comunidades tradicionais. Soma-se a isso a dificuldade de obtenção de financiamento e a insegurança jurídica do empreendimento. Disponível em: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Acesso em: 8 jun. 2026.

A terceira mediação é o capital financeiro, que implementa e sustenta os grandes projetos produtivos e logísticos. Empreendimentos dessa natureza dependem de financiamentos de longo prazo, provenientes de instituições como o BNDES e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), além da emissão de títulos no mercado financeiro (Chesnais, 1996; Paulani, 2016).

Nesse contexto, a terra assume a função de ativo financeiro. No MATOPIBA, sua valorização está diretamente vinculada aos preços internacionais das commodities e à taxa de câmbio, o que tem atraído fundos de pensão e agentes globais. Esse processo é institucionalmente amparado pela própria constituição da fronteira agrícola, formalizada inicialmente pelo Decreto nº 8.447/2015 e recentemente reconfigurada pelo Decreto nº 11.767/2023, que institui o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba (PDA-Matopiba), orientando ações federais voltadas à regularização fundiária, à expansão agroindustrial e à integração logística desse território.

Para viabilizar esse fluxo, a regulação fundiária atua como peça-chave: embora a Lei nº 5.709/1971 imponha restrições à aquisição de terras por estrangeiros (reforçadas pelo Parecer CGU/AGU nº 01/2008-RVJ), o capital transnacional opera por meio de estratégias de controle indireto. Isso ocorre via participações societárias complexas e fundos de investimento imobiliário, permitindo que agentes externos dominem o território sem a necessidade da propriedade direta, transformando a terra em reserva de valor e objeto de especulação (GRAIN; FIAN; Rede Social, 2015).

A organização das cadeias produtivas é igualmente dominada por corporações como Bunge, Cargill e SLC Agrícola, que articulam produção, armazenamento e exportação. Essas empresas integram o Maranhão aos circuitos financeiros globais, apropriando-se da renda fundiária e transferindo o excedente econômico para fora do estado, consolidando a lógica de enclave característica do PEEP (Souza; Silva, 2019; Feitosa et al., 2023).

A articulação entre essas três mediações (Estado, logística e capital financeiro) sustenta a reprodução do PEEP e define a posição do Maranhão na economia contemporânea. Ao mesmo tempo em que viabiliza a inserção nos fluxos internacionais, esse arranjo aprofunda a especialização produtiva, limita a diversificação econômica e restringe a difusão dos benefícios gerados.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento não se apresenta como uma etapa transitória, mas como uma condição continuamente produzida. A estrutura de incentivos fiscais, a orientação da infraestrutura e a financeirização da terra constituem mecanismos que

asseguram a transferência de valor e a manutenção de uma economia voltada à acumulação externa, reiterando a condição dependente e subordinada do estado no capitalismo global.

5.3 Consequências Sociais: Pobreza, Conflitos Agrários e Trabalho Escravo

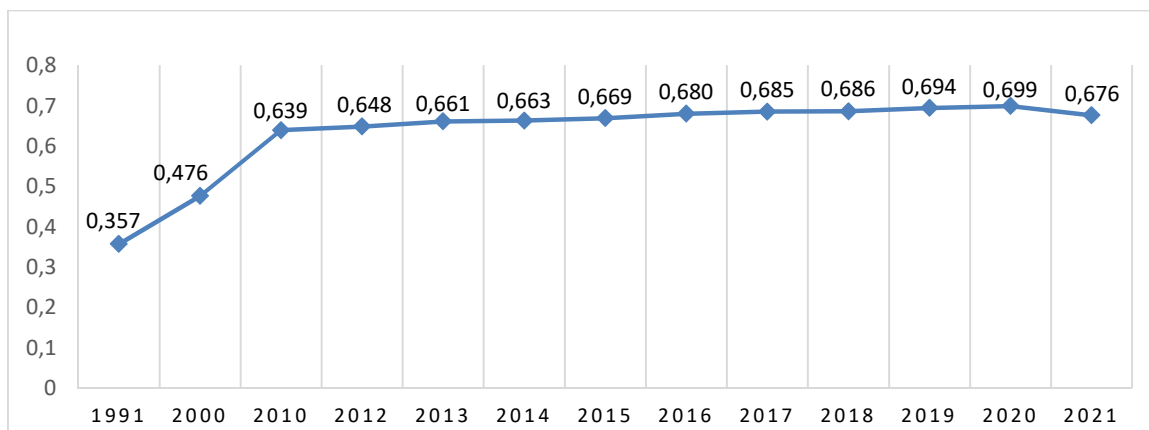
5.3.1 Pobreza e desigualdade socioespacial

A persistência da pobreza no Maranhão não pode ser compreendida como mera insuficiência de crescimento econômico, mas como expressão da forma específica de participação do estado no PEEP. Como evidenciado nos itens anteriores, a especialização em atividades intensivas em capital, como mineração, agronegócio e indústrias de enclave, produz uma dissociação estrutural entre geração de riqueza e sua apropriação social, configurando um padrão de crescimento concentrador e seletivo.

Essa contradição manifesta-se de forma objetiva nos indicadores sociais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam que o Maranhão apresenta baixos níveis de desenvolvimento humano, além de limitações significativas no acesso a serviços básicos, especialmente saneamento e infraestrutura urbana (IBGE, 2024). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) sintetiza esse quadro ao posicionar o estado na última colocação entre as unidades da federação.

O gráfico 10 demonstra a estagnação dessa trajetória: após um período de crescimento acelerado entre 1991 (0,357) e 2010 (0,639), reflexo da transição de um patamar "muito baixo" para "médio" desenvolvimento, o índice passou a oscilar em torno de níveis modestos, sem alcançar a faixa do desenvolvimento "alto". O dado de 2021 (0,676) é particularmente revelador, pois interrompe a tendência de leve subida observada até 2020 (0,699), confirmando que a especialização produtiva do PEEP não se traduz em avanços sociais contínuos, mas em uma modernização que convive com a marginalidade social.

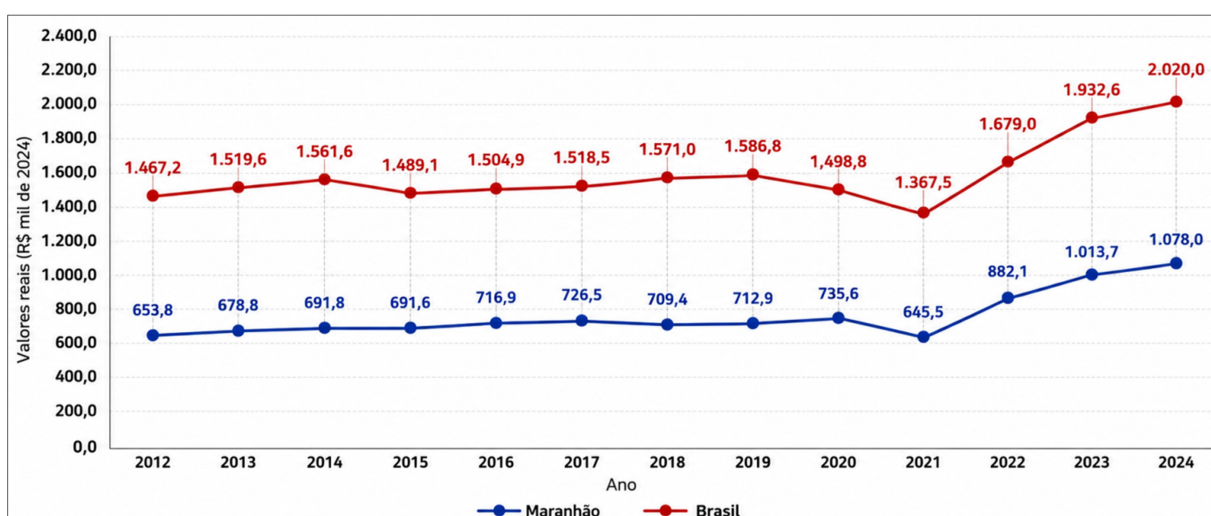
Gráfico 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Maranhão (1991-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em dados do IBGE (2024).

No plano da renda, a miséria social torna-se ainda mais evidente. Apesar do crescimento observado ao longo dos últimos anos, o rendimento domiciliar *per capita* do Maranhão permanece significativamente inferior ao rendimento mensal domiciliar *per capita* nacional, sendo aproximadamente 46,6% menor em 2024, o que revela a limitada capacidade de internalização dos ganhos econômicos no estado. Essa trajetória pode ser observada no Gráfico 11, no qual se evidencia o distanciamento persistente entre a evolução da renda estadual e o padrão nacional.

Gráfico 11 – Rendimento mensal domiciliar per capita – Maranhão/Brasil (2012-2024) - (Série deflacionada pelo IPCA – valores em milhares a preços constantes de 2024)¹¹



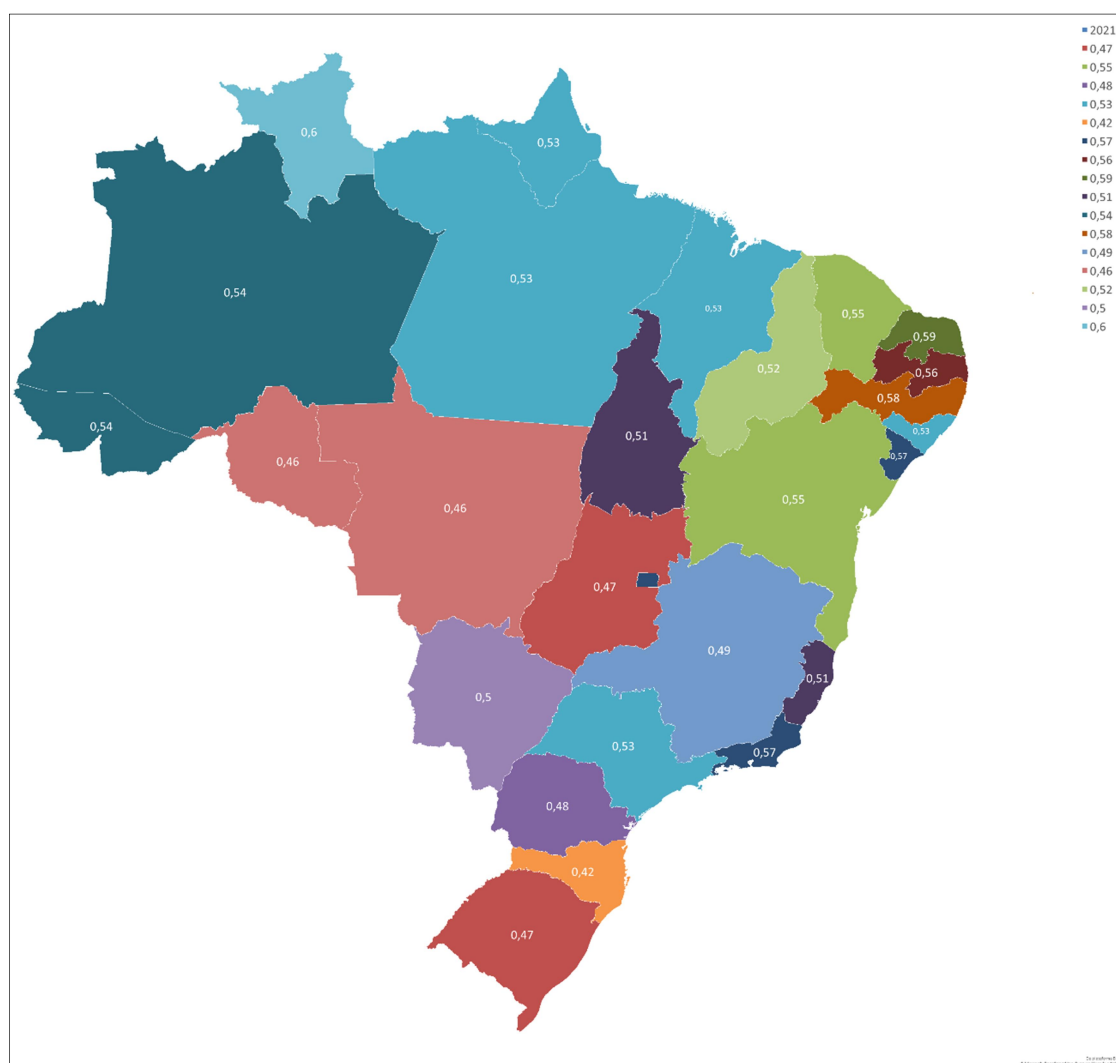
Fonte: Elaborado pelo autor (2026), com base em dados do IBGE (2024).

¹¹ Deflacionamento realizado com base no IPCA/IBGE, ano-base 2024=100

A taxa de ocupação é igualmente outro dado relevante para análise que se tenciona. Segundo o último censo do IBGE (2022), a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais (2022) é de apenas 35,7 %. E novamente, o estado ocupa a última posição.

A faceta mais perversa dessa modernização restrita revela-se na concentração da renda. O Índice de Gini¹², calculado em 2021, evidencia o abismo social maranhense. Com uma estimativa de 0,53, o Maranhão sustenta um dos patamares de desigualdade mais elevados do país, conforme ilustrado no Mapa 2.

Mapa 2 – Índice de Gini da Distribuição do Rendimento Mensal das Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Com Rendimento (Índice)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)

¹² Indicador que mensura a desigualdade na distribuição de rendimentos e varia de 0 a 1 (sendo “1” o valor de máxima desigualdade e “0” o de perfeita igualdade)

No contexto do Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP), os indicadores sociais, em especial o baixo rendimento domiciliar *per capita*, a reduzida taxa de ocupação formal e o elevado Índice de Gini (0,53), evidenciam o funcionamento de uma economia de enclave. Enquanto os setores mineral e agroexportador registram lucros crescentes ancorados em tecnologia de ponta, a estrutura produtiva falha em gerar empregos qualificados em massa ou desconcentrar a renda. O resultado é a coexistência de uma elite agromineral altamente capitalizada com uma vasta parcela da população marginalizada, reiterando sua posição funcional à reprodução do capitalismo dependente brasileiro e compartilhando das mazelas sociais nacionais a partir de suas próprias especificidades regionais.

Essa dinâmica assume expressão concreta na organização territorial do estado. A concentração de infraestrutura e investimentos em eixos funcionais ao padrão atual, exemplificados pela Região Metropolitana de São Luís, pelo polo de Balsas e pelo nó logístico de Imperatriz, contrasta com a persistente precariedade estrutural de amplas áreas do interior, como Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão, que figuram entre as dez piores cidades do país no IFDM (Martins, 2025).

Tal configuração indica que a pobreza no Maranhão não constitui um fenômeno residual, mas um elemento constitutivo da sua funcionalidade no âmbito da reprodução econômica nacional. A articulação entre especialização produtiva e seletividade territorial aprofunda a dissociação entre as condições de vida da população local e as exigências de competitividade dos setores exportadores. Nesse sentido, a desigualdade socioespacial não apenas decorre desse padrão de desenvolvimento, mas também atua como um de seus mecanismos de sustentação, evidenciando que o crescimento orientado por demandas externas tende a aprofundar, e não a mitigar, as disparidades no território maranhense.

5.3.2 Conflitos agrários e violência no campo

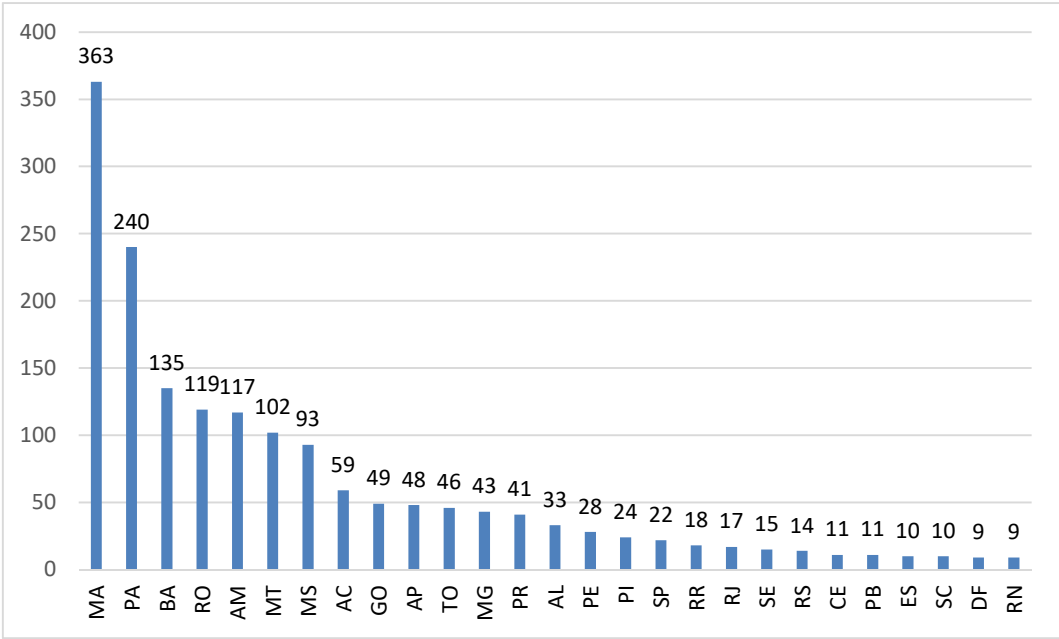
O agravamento dos conflitos agrários no Maranhão configura uma das manifestações mais nítidas das tensões estruturais associadas à expansão do PEEP. Longe de se apresentarem como eventos pontuais, tais conflitos decorrem do entrecruzamento entre a dinâmica de valorização do capital, que demanda a incorporação contínua de novas áreas, e a presença de territórios historicamente ocupados por populações tradicionais (Gonçalves; Costa, 2020).

Dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (2024) indicam que o Maranhão figura entre os estados com maior número de conflitos no campo no país, registrando centenas de ocorrências anuais, com predominância de disputas por terra. No panorama brasileiro, foram contabilizadas 2.185 ocorrências de Conflitos no Campo (por terra, água, trabalho e resistências). É o segundo maior número de conflitos de toda a série histórica, desde 1985, abaixo apenas de 2023 (2.250). Nesse contexto se insere o Maranhão:

O número de ocorrências da violência de Contaminação por Agrotóxico é o maior da década (276), com 17.027 famílias afetadas, um aumento de 763% no número de conflitos e 582% no número de famílias. A maioria dos casos (228) foi registrado no Maranhão, muitos com pulverização aérea. (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024, pg. 10, grifo do autor).

Os conflitos por terra no Maranhão somaram 363 com 21.469 famílias afetadas em 2024, sendo o maior registro do Brasil neste ano, conforme aponta o gráfico 12, com dados da Comissão Pastoral da Terra.

Gráfico 12 – Nº de ocorrências de violências contra a ocupação e a posse no Brasil em 2024



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024

Os conflitos relacionados à água somaram 45 ocorrências. Considerando conjuntamente os conflitos por terra e por água, foram registrados e documentados 420 casos no campo, atingindo aproximadamente 103.462 pessoas. No que se refere às intoxicações por agrotóxicos, mencionadas anteriormente, o Maranhão concentrou 82% do total nacional

(Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024). Esse quadro evidencia a centralidade da questão fundiária na dinâmica recente do estado e reforça o caráter estrutural da violência no campo.

Enquanto a soma da área plantada de soja, milho e algodão cresceu no Brasil 153% entre 2000 e 2023, a taxa registrada no estado do Maranhão foi de 251%. Tal avanço do agronegócio trouxe consigo o aumento da violência no campo. Neste período, de acordo com os dados da CPT, o Maranhão foi o terceiro estado que mais registrou assassinatos relacionados aos conflitos no campo: foram 94 mortes, atrás apenas de Rondônia (132) e Pará (299). Dos 228 conflitos registrados no Maranhão, 68% ocorreram na mesorregião do Leste Maranhense, segunda maior região produtora de soja no estado, e que teve um crescimento de 124% na área plantada desde 2000 (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024, pg. 127).

A expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA, já analisada anteriormente, aparece como vetor central desse processo. Ao transformar o território em espaço de produção voltado à exportação, o agronegócio promove a reconfiguração do uso da terra, frequentemente associada à grilagem, à expulsão de comunidades e à destruição de modos de vida tradicionais. Sendo assim, os conflitos agrários expressam disputas por recursos e incompatibilidade entre formas distintas de uso e apropriação do território (Carneiro Filho; Costa, 2016).

A dimensão logística também se insere nesse quadro. A implantação de grandes infraestruturas (ferrovias, portos e corredores de exportação) implica processos de desapropriação e impactos territoriais diretos, intensificando tensões sociais nas áreas de influência desses projetos. Assim, a circulação de mercadorias, elemento central do PEEP, articula-se diretamente à produção de conflitos.

Compreendidos no marco da reprodução das relações de produção capitalistas, tais processos podem ser entendidos como expressão da acumulação por despossessão (Harvey, 2004), na qual a expansão do capital se realiza mediante a expropriação de populações e a conversão de territórios em ativos econômicos. A violência no campo, nesse sentido, não constitui uma anomalia, mas um mecanismo constitutivo da expansão do capital em contextos de subordinação.

Dessa forma, os conflitos agrários e a expropriação territorial no Maranhão evidenciam a construção ativa do que se define como uma formação socioespacial dependente. A integração ao mercado global e a exclusão das populações locais demonstram que o espaço está sendo estruturado e transformado com o objetivo de garantir a superexploração da força de trabalho, isto é, a sua reprodução abaixo do seu valor. A expulsão das comunidades de suas áreas pelo latifúndio opera como uma transferência direta do fundo

de consumo do trabalhador para o capital. Ao forçar a migração populacional e destruir modos de vida autônomos, o território reconfigurado garante uma oferta abundante de mão de obra com salários rebaixados, consolidando a superexploração como o elemento totalizante que molda concretamente a organização espacial e as relações desiguais de poder na região (Aruto, 2015).

5.3.3 Trabalho escravo contemporâneo e superexploração do trabalho

A especialização em atividades primário-exportadoras, sobretudo as centradas no agronegócio, intensifica processos de expropriação e deslocamento populacional, impulsionando um êxodo rural que o mercado formal não tem capacidade de absorver. Esse movimento consolida uma massa de trabalhadores despossuídos que pressiona as estruturas sociais em duas frentes de superexploração. Nos centros urbanos, que concentram as atividades produtivas do estado, com apenas cinco municípios detendo mais de 50% do PIB (IMESC, 2023), esse excedente populacional gera uma pressão estrutural que favorece a informalidade e a precarização radical. O resultado não é a absorção produtiva, mas a sujeição a regimes de trabalho exaustivos e baixos salários no setor terciário, padrão exemplificado por grandes redes varejistas e refletido no maior índice de informalidade do país (IBGE, 2025).

Paralelamente, essa condição de vulnerabilidade extrema alimenta a frente do trabalho análogo à escravidão no campo. Os despossuídos, que muitas vezes transitam entre a precariedade urbana e a busca por sobrevivência no meio rural, tornam-se o alvo principal dessa prática, que se insere organicamente na acumulação contemporânea de commodities.

O Maranhão destaca-se nacionalmente como o maior fornecedor dessa mão de obra, evidenciando que o trabalho escravo não é um resquício arcaico, mas uma estratégia para reduzir custos e garantir a competitividade externa. Assim, a modernização dos eixos exportadores convive com a marginalização permanente da força de trabalho, funcionando como um mecanismo de transferência de valor que sustenta a rentabilidade do capital transnacional e aprofunda as contradições do capitalismo dependente.

Dados da Comissão Pastoral da Terra confirmam esse cenário, registrando trabalhadores submetidos a condições degradantes e restrição de liberdade (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024), enquanto fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego confirmam a continuidade dessas violações em atividades como a pecuária, o extrativismo e a produção agrícola (Brasil, 2025). Assim, a modernidade

produtiva dos eixos exportadores convive e dependem da precarização radical do trabalho, para sustentar sua rentabilidade global.

A análise dos dados do quadro 2 ratifica a tese de que a modernização tecnológica do PEEP não elimina a barbárie, mas a incorpora como estratégia de redução de custos. A presença reiterada de Açailândia, Grajaú e Loreto em casos de resgate de trabalhadores na produção de carvão vegetal é o exemplo mais nítido dessa engrenagem: o setor de siderurgia e ferro-gusa, embora utilize logística de ponta e capital transnacional, depende diretamente de uma base produtiva sustentada pela superexploração. O carvão vegetal oriundo do trabalho escravo alimenta os altos-fornos para a exportação de minério processado, conectando a barbárie rural ao circuito financeiro global.

Quadro 2 – Dados de Trabalho Escravo Rural no Maranhão em 2024

Município(s)	Nome do conflito	Data	Trab. Na denúncia	Regatados	Tipo de Trabalho
Açailândia	Faz. de Carvão Vegetal em Açailândia	27/11/2024	10	10	Carvão Vegetal
Açailândia	Faz. de Carvão Vegetal em Açailândia II	18/09/2024	3	3	Carvão Vegetal
Balsas	Apoio à Agricultura	17/06/2024	12	12	Lavoura
Grajaú	Produção de Carvão Vegetal	19/01/2024	6	6	Carvão Vegetal
Lagoa do Mato	Agropecuária	16/07/2024	17	17	Pecuária e Soja
Lagoa do Mato	Faz. Fiscalizada em Lago da Pedra	10/12/2024	9	9	-
Loreto	Produção de Carvão Vegetal/Florestas Nativas	05/04/2024	7	7	Carvão Vegetal
Mirador	Carvoaria	04/07/2024	2	2	Carvão Vegetal
Parnarama	Pedreira em Parnarama	30/09/2024	6	6	Extração de Granito
São Francisco do Maranhão	Faz. de Soja com Trabalho Escravo	10/12/2024	10	10	Cultivo de Soja
Subtotal:			82	82	

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2024.

Além disso, a ocorrência de resgates em polos do agronegócio, como Balsas e São Francisco do Maranhão, em atividades ligadas ao cultivo de soja e lavouras, demonstra que a mecanização do setor não prescinde de formas degradantes de trabalho para funções de apoio ou expansão de fronteira. A coincidência entre os municípios que mais geram riqueza (PIB) e os que registram as maiores violações evidencia que, no Maranhão, a produtividade

exportadora não é apenas compatível com o trabalho escravo, mas funcionalmente dependente dele para maximizar a rentabilidade e a transferência de valor ao exterior.

Em termos nacionais, os cinco estados com maior número de casos de trabalho escravo de 1995 a 2023 são Pará (21%), Minas Gerais (14%), Maranhão (7%), Mato Grosso (7%) e Goiás (7%). E dos cinco municípios do território com maiores registros de casos, um é do Maranhão: Açailândia (Repórter Brasil, 2025).

A análise desse fenômeno revela que o Maranhão ocupa uma posição estratégica e contraditória na dinâmica nacional do trabalho escravo contemporâneo, atuando simultaneamente como área de exploração e como principal polo de origem de trabalhadores migrantes. Essa dupla inserção decorre da persistência de uma pobreza estrutural que serve à reprodução do capitalismo dependente em duas frentes: primeiro, no eixo exportador direto (como a produção de commodities minerais e agrícolas); e, segundo, em atividades acessórias essenciais à manutenção da sociabilidade e do consumo, como a pecuária bovina e o cultivo de café, que atendem tanto ao mercado interno quanto ao externo. Esse ciclo de vulnerabilidade, monitorado pelo Smartlab (2024), evidencia que a exportação de mão de obra e a exploração local são faces de um mesmo mecanismo que utiliza a precariedade para garantir a rentabilidade em diversas escalas da produção nacional (SMARTLAB, 2024).

As características do PEEP, marcadas pela predominância de atividades intensivas em capital e de baixa absorção de mão de obra formal, contribuem decisivamente para a formação de um contingente de trabalhadores vulneráveis, suscetíveis à exploração extrema.

Assim, o trabalho escravo contemporâneo emerge como a expressão limite da lógica de redução de custos e maximização da extração de mais-valia. Conforme analisa Marini (2005), a integração dependente ao mercado mundial empurra o capital para a superexploração do trabalho como forma de compensar as perdas na troca desigual, transformando a violação de direitos fundamentais em uma ferramenta sistêmica de competitividade.

Sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, essa realidade se insere no conceito de superexploração do trabalho (MARINI, 2000), no qual a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, seja pela intensificação do ritmo de trabalho, pela extensão da jornada ou pela deterioração das condições de vida. O trabalho análogo à escravidão representa, nesse sentido, a radicalização desse processo.

Dessa forma, a persistência dessa prática evidencia que a inserção subordinada do Maranhão na economia global se sustenta não apenas na exportação de commodities, mas

também na utilização intensiva e, em casos extremos, coercitiva da força de trabalho, revelando o caráter profundamente desigual do padrão de desenvolvimento vigente.

5.4 Síntese da Hipótese: O Maranhão como Espelho da Dependência Nacional

A modernização institucional e técnica no Maranhão não anula a violência da despossessão, mas a sofisticada. Estruturas normalizadas, complexos portuários, redes ferroviárias e o aparato jurídico do agronegócio, funcionam como mecanismos de captura que conectam a expropriação dos povos locais ao ciclo de valorização global.

Essa estrutura logística marca a subsunção do território ao Padrão Exportador de Especialização Produtiva (PEEP). Esta categoria (OSORIO, 2012) redefine a periferia como fornecedora especializada de mercadorias de baixo valor agregado, mas de alto consumo material, substituindo o antigo modelo de industrialização nacional que ruiu nos anos 1980.

A re-funcionalização subordinada do estado, acelerada pela agenda neoliberal, aprofundou a vulnerabilidade externa brasileira. Historicamente, o marco dessa transição é a consolidação do Programa Grande Carajás e a privatização da Vale, que converteram o Maranhão em plataforma estratégica para o eixo de acumulação global. Como aponta a literatura (SANTOS, 1993; MARTINS, 2011), esse processo responde a mudanças que redefinem a dependência: a aceleração técnica que concentra tecnologia nos centros, o avanço da demanda externa por recursos naturais e a logística que converte a expropriação da terra em lucro financeiro instantâneo.

Portanto, a "ordem" capitalista no Maranhão é a normalização do arbítrio: a disponibilização forçada da base territorial atua como um subsídio geográfico indispensável ao dinamismo dos centros avançados. A articulação do estado ao mercado global não visa sua autonomia, mas sua funcionalidade como enclave, onde a modernização técnica paradoxalmente pereniza a subalternidade regional. Sob a égide da economia financeirizada, a exportação massiva de commodities não objetiva o reinvestimento local, mas a geração de superávits necessários para remunerar o capital fictício e satisfazer as exigências da dívida pública.

Em síntese, o território maranhense funciona como um mecanismo de conversão: a riqueza material e biótica, exaurida na extração e no plantio, é transmutada em liquidez financeira para sustentar a rentabilidade de ativos especulativos. A modernização dos portos e ferrovias constitui o suporte físico desse dreno de valor. Assim, a subalternidade do Maranhão revela-se duplamente funcional: ao fornecer insumos baratos para a indústria global e

assegurar a base monetária que sustenta a hegemonia das finanças, a expropriação da terra maranhense torna-se o lastro real que alimenta a expansão do capital nos centros de comando do sistema.

5.5 Resumo do capítulo

O capítulo analisa a inserção contemporânea do Maranhão no PEEP, demonstrando que o estado se configura como um território funcional à reprodução do capital global, especialmente por meio da exportação de commodities e da centralidade logística.

Inicialmente, evidencia-se que essa inserção não representa ruptura com o passado, mas a atualização de estruturas históricas de dependência, nas quais o território é reorganizado para atender às exigências da acumulação capitalista. O Maranhão consolida-se como um nó logístico estratégico, articulando produção, circulação e realização do valor, sobretudo por meio de infraestruturas como a Estrada de Ferro Carajás e os complexos portuários de São Luís.

A análise se estrutura em três eixos principais. O primeiro, mineral-logístico, revela que o estado desempenha papel central na circulação global de commodities, especialmente minério de ferro, funcionando como plataforma de exportação, com baixa geração de emprego e elevados impactos socioambientais. O segundo eixo, agronegócio, evidencia a expansão da soja como expressão da produção primária voltada ao mercado externo, marcada pela concentração fundiária, despossessão de populações tradicionais e intensificação de conflitos no campo. O terceiro eixo, indústria de enclave, demonstra que a industrialização local é subordinada, concentrada em poucos setores e fortemente integrada a cadeias globais, com baixo encadeamento interno e limitada capacidade de dinamizar a economia regional.

O capítulo também destaca o papel do Estado, da logística e do capital financeiro como mediações fundamentais desse padrão. Políticas fiscais, investimentos em infraestrutura e financiamento público operam para viabilizar a acumulação de capital, favorecendo grandes corporações e reforçando a dependência externa.

Como consequência, observa-se a intensificação de contradições sociais estruturais. A pobreza e a desigualdade persistem, expressas em baixos indicadores de renda, alta concentração e desigualdade socioespacial. Paralelamente, ampliam-se os conflitos agrários, associados à expansão do agronegócio e da infraestrutura, e persistem formas

extremas de exploração, como o trabalho análogo à escravidão, evidenciando a superexploração da força de trabalho.

Por fim, o capítulo sustenta que o Maranhão opera como um “espelho da dependência nacional”, no qual a modernização técnica e a integração ao mercado global não promovem desenvolvimento autônomo, mas aprofundam a subordinação econômica. O território funciona como mecanismo de conversão de riqueza natural em valor financeiro para o capital global, reforçando um padrão de crescimento concentrador, excludente e estruturalmente dependente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação permitiu compreender o subdesenvolvimento maranhense não como uma condição contingente, tampouco como resultado exclusivo de insuficiências institucionais ou falhas de gestão, mas como expressão concreta de determinações estruturais inscritas na forma de reprodução do capital no Brasil contemporâneo. Ao deslocar o foco interpretativo das explicações imediatistas para a lógica histórica e relacional da totalidade social, foi possível evidenciar que a persistência da pobreza, dos conflitos agrários e das formas degradadas de trabalho no Maranhão está diretamente vinculada ao modo específico de participação do estado no padrão de acumulação vigente.

Nesse sentido, a investigação demonstrou que o chamado Padrão Exportador de Especialização Produtiva não constitui apenas uma estratégia econômica, mas um princípio organizador da reprodução do capital dependente. Sua materialização no território maranhense revela uma dinâmica marcada pela forte orientação externa, pela concentração produtiva e pela limitada capacidade de internalização dos ganhos econômicos, configurando uma economia funcionalmente articulada às demandas do mercado mundial. Como evidenciado na análise empírica, tal configuração condiciona a estrutura produtiva e define o horizonte das relações sociais, ao subordinar a reprodução da vida às exigências da valorização do capital.

A partir da lente da Teoria Marxista da Dependência, tornou-se possível apreender o mecanismo específico que sustenta essa dinâmica, a superexploração do trabalho. Longe de constituir uma anomalia ou resquício de formas pretéritas, ela se apresenta como elemento constitutivo da reprodução do capital em economias dependentes, operando como mediação fundamental entre a inserção subordinada no mercado mundial e a produção de desigualdades internas. No caso maranhense, essa lógica se expressa tanto nas formas mais visíveis de precarização quanto nas manifestações extremas, como o trabalho escravo contemporâneo, evidenciando a permanência de padrões históricos de expropriação sob novas bases.

Do mesmo modo, a análise das mediações concretas, particularmente o papel do Estado, da infraestrutura logística e do capital financeiro, permitiu compreender que a reprodução desse padrão não ocorre de forma espontânea. Ao contrário, trata-se de um processo ativamente viabilizado por políticas públicas, investimentos seletivos e arranjos institucionais que organizam o território em função das necessidades da acumulação. Nesse

contexto, o Estado não aparece como instância externa ou corretiva, mas como agente que, em suas múltiplas determinações, participa da constituição e da sustentação da dependência.

As consequências sociais analisadas ao longo do trabalho, pobreza persistente, intensificação dos conflitos agrários e recorrência do trabalho escravo, não se configuram, portanto, como disfunções do sistema, mas como expressões necessárias de sua lógica de funcionamento. A coexistência entre crescimento econômico seletivo e reprodução ampliada da miséria, longe de constituir um paradoxo, revela o caráter contraditório do capitalismo dependente, no qual a produção de riqueza se realiza simultaneamente à produção de carência.

Dessa forma, a hipótese central da dissertação se confirma. O Maranhão não representa uma exceção no interior da economia brasileira, mas uma expressão particularmente nítida da forma assumida pela dependência no contexto contemporâneo. Sua realidade socioeconômica, marcada por profundas desigualdades e por uma inserção subordinada nos circuitos globais de valorização, evidencia, em escala regional, as determinações mais gerais do capitalismo dependente.

Ademais, cabe destacar que as conclusões aqui apresentadas não esgotam a complexidade do objeto analisado. Ao contrário, indicam a necessidade de aprofundamento de investigações que articulem, de forma ainda mais detalhada, as dimensões históricas, territoriais e sociais da dependência. Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir não apenas para a compreensão da realidade maranhense, mas para o debate mais amplo acerca das possibilidades e limites do desenvolvimento em formações sociais marcadas pela inserção subordinada no sistema capitalista mundial.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Anuário Estatístico Aquaviário 2025**. Brasília: ANTAQ, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/antag/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes-da-antag/Anuario2025.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.
- AGROLINK. **Soja: estatísticas – Maranhão**. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/culturas/soja/estatistica/ma>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- AMARAL, Marisa Silva. **Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência**. In: 5º Colóquio Marx e Engels: Economia e política no capitalismo contemporâneo. Campinas: UNICAMP, 2007. Anais. Disponível em: https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf. Acesso em 06/02/2026.
- ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Débora. **Financialization against industrialization: a regulationist approach of the Brazilian paradox**. *Revue de la Régulation: Capitalisme, institutions, pouvoirs*, n. 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/9604>. Acesso em: 9 fev. 2026.
- ARUTO, Pietro Calderini. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. 2015. 134 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, São Paulo, 2015.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília: BCB, 2026. Séries temporais nº 24041 (Passivo - Investimento direto no país - Estoque), 24044 (Passivo - Investimentos em carteira - Estoque), 24051 (Passivo - Derivativos financeiros - Estoque) e 24052 (Passivo - Outros investimentos - Estoque). Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- BARRETO, Flávio Ataliba; AVELINO, Pedro; FRANÇA, João Mário Santos de. **O endividamento e a inadimplência das famílias entraram num novo patamar**. Blog do IBRE – Fundação Getúlio Vargas (FGV), 23 out. 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/o-endividamento-e-inadimplencia-das-familias-entrou-num-novo-patamar>. Acesso em: 08 fev. 2026.
- BELLUZZO, Luís Gonzaga de Mello. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”**. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 19/04/2025.

BOECHAT, Cássio Arruda. **O curto verão dos Fiagros?: os fundos de investimento do agronegócio e a hipoteca do futuro**. Margem Esquerda, n. 41, p. 62-69, 2023. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/margem-esquerda-41-152927>. Acesso em: 06/02/2026.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 12.131, de 7 de agosto de 2024**. Cria a Zona de Processamento de Exportação de Bacabeira, no Município de Bacabeira, Estado do Maranhão. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12131.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.767, de 1º de novembro de 2023**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba e institui o seu Comitê Gestor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 3 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11767.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir)**. Dispõe sobre o ICMS e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 set. 1996.

BRASIL. **Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971**. Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5709.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Vis: plataforma de visualização de dados do comércio exterior brasileiro**. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 08 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Maranhão tem 16 projetos de transporte terrestre no novo PAC**. Veja a lista. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/maranhao-tem-16-projetos-de-transporte-terrestre-no-novo-pac-veja-a-lista>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Investimento em infraestrutura de transportes do Maranhão é de R\$ 866,5 milhões em 2024, aumento de 177% em relação a 2022**. Brasília, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/investimentos-na-malha-viaria/investimento-em->

infraestrutura-de-transportes-do-maranhao-e-de-r-866-5-milhoes-em-2024-aumento-de-177-em-relacao-a-2022. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASILAGRO. Quem são as maiores produtoras de papel e celulose no País? Publicado em: 06 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/quem-sao-as-maiores-produtoras-de-papel-e-celulose-no-pais.html>. Acesso em: 08 fev. 2026.

BRAZIL JOURNAL. Em “World for Sale”, as entranhas dos traders globais de commodities. 13 mar. 2022. Disponível em: <https://braziljournal.com/em-world-for-sale-as-entranhas-dos-traders-globais-de-commodities/>. Acesso em: 20 abr. 2026

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3–23, abr. 1991.

BRITO DE JESUS, Roberto Gonçalves. A vulnerabilidade externa da economia brasileira: Uma análise do período de 2003 a 2014 a partir da teoria marxista da dependência. 2021. 99f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

CABRAL, Shirlen Caroline Rabelo; FERREIRA, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Aldrey Malheiros Neves de. Maranhão, um estado marcado pelo conflito de terra: resgate histórico de ocupação do estado e os conflitos por terra que ocorreram entre os anos de 1985 e 2018. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 11., 2023, São Luís. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2023. p. 1-13. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/upload/anais/trabalho_submissaoId_3032_30326498be06cd369.pdf?034107. Acesso em: 09 abr. 2026.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. Porto São Luís não sai do papel: suspeita de grilagem de terras é um dos principais entraves ao empreendimento. 2021. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/297-porto-sao-luis-nao-sai-do-papel-suspeita-de-grilagem-de-terras-e-um-dos-principais-entraves-ao-empreendimento>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995. 2.ed. rev. aum. Campinas – São Paulo: Unicamp, 1998.

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, Manoel Luiz;

CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (org.). Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **CONTEÚDO E FORMA DA CRISE ATUAL DO CAPITALISMO: Lógica, contradições e possibilidades**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. V.1, n.03, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída**. MALAGUTI, Manoel Luiz; CARCANHOLO, Reinaldo A; CARCANHOLO, Marcelo D. (Orgs). Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento**. 1.ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo; COSTA, Karine. **A expansão da soja no Cerrado**. São Paulo: Agroicone, 2016.

CARNEIRO, R. **Globalização financeira e inserção periférica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, p. 57-92, dez. 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/494/03-Carneiro.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CENTENO, Miguel A.; FERRARO, Agustín E. (org.). **State and nation making in Latin America and Spain: volume 3: the neoliberal state and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo Brasil 2024**. Goiânia: CPT Nacional, 2025.

CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. **Economia da Amazônia colonial: um balanço historiográfico**. In: PESAVENTO, Fábio; LIMA, Carlos G. de Cerqueira; (org.). História econômica do Brasil colônia. São Paulo: Hucitec, 2022. p. 21-48.

CHANCEL, Lucas; GÓMEZ-CARRERA, Ricardo; MOSHRIF, Rowaida; PIKETTY, Thomas et al. **World Inequality Report 2026**. Paris: World Inequality Lab, 2025. Disponível em: <https://wir2026.wid.world>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLIMAINFO. **No Maranhão, região com exploração de gás fóssil é marcada por pobreza e miséria**. São Paulo, 1 dez. 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/12/01/no-maranhao-regiao-com-exploracao-de-gas-fossil-e-marcada-por-pobreza-e-miseria/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

CNM/CUT. **Aumenta produção de ferro-gusa no Maranhão e Pará**. [S. l.], 23 nov. 2017. Disponível em: <https://cnmcut.org.br/noticias/aumenta-producao-de-ferro-gusa-no-maranhao-e-para-cc19>. Acesso em: 22 abr. 2026.

COLL, Liana. **Aumento da miséria extrema, informalidade e desigualdade marcam os dois anos da Reforma Trabalhista**. Unicamp Notícias, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/11/aumento-da-miseria-extremainformalidade-e-desigualdade-marcam-os-dois-anos-da-Reforma-Trabalhista>. Acesso em: 08 fev. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Perfil da indústria nos estados: Maranhão**. Brasília: CNI, 2024. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ma>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CORDÓN, Juan Manuel Navarro; MARTÍNEZ, Tomás Calvo. **História da Filosofia: dos pré-socráticos à filosofia contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CORRÊA, Mariana Finello; LEMOS, Pedro de Medeiros; FEIJO, Carmem. **Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. número especial, p. 1127-1148, dez. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3586/11Feijo.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2025**. Zurich: Credit Suisse Research Institute, 2025. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com>. Acesso em: 8 fev. 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Justiça anula o decreto de desapropriação da Comunidade do Cajueiro, no Maranhão**. CPT Nacional, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2023/12/14/justica-anula-o-decreto-de-desapropriacao-da-comunidade-do-cajueiro-no-maranhao/>. Acesso em: 23 abr. 2026

DINIZ, Fabiana Araujo. **Formação econômica e sócio-espacial do Maranhão e os novos investimentos**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DOMINGUES, Gabriel de Mendonça; SAUER, Sérgio. **A grande fronteira: Amazônia e a formação do sistema agroextrativista global**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 447-458, set./dez. 2021. Acesso em: 9 abr. 2026.

DUQUE, Daniel; ARNOLD, Jens Matthias. **Brazil: Social protection and incentives for formal job creation**. In: Expanding social protection and addressing informality in Latin America. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/expanding-social-protection-and-addressing-informality-in-latin-america_86c1fd38-en/full-report/brazil-social-protection-and-incentives-for-formal-job-creation_d6d1b101.html. Acesso em: 08 fev. 2026.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sobre o tema: MATOPIBA**. Brasília: EMBRAPA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 16 abr. 2026.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Nélcio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Edipro, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **Boletim do comércio exterior do Maranhão: janeiro a março de 2025**. São Luís: FIEMA, 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

FEITOSA, Milena Monteiro *et al.* **A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e substituição das culturas alimentares**. Geografares, Vitória, n. 37, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/9884>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FEITOSA, Milena Monteiro; SOUSA, Erika Costa; NASCIMENTO, Louize; LEMOS, José de Jesus Sousa. **A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e substituição das culturas alimentares**. Geografares, Vitória, n. 37, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/9884>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O Processo Socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. 1994. 414 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

FELLOWS, Martha; PAYE, Valéria; ALENCAR, Ane; NICÁCIO, Mário; CASTRO, Isabel; COELHO, Maria Emília; MOUTINHO, Paulo. **Não são números, são vidas! A ameaça da COVID-19 aos povos indígenas da Amazônia brasileira**. [S.l.]: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 16 jun. 2020. 25 p. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/06/NT-covid-indigenas-amazonia.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2026

FERREIRA, Luce; OSORIO, Jaime; MATHIAS, Luce. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2001.

FORTES, Ana Rachel Simões; PEREIRA, Chyara Sales; RAMOS, Leonardo. **As organizações internacionais e a hegemonia mundial: a guinada neoliberal da OCDE**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 247–263, 2021. Disponível em: <https://www.revistaioikos.org>. Acesso em: 1 fev. 2026.

FRANK, Andre Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Monthly Review, Nova York, v. 18, n. 4, set. 1966.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1 MA. **PIB dos municípios revela forte concentração de renda no Maranhão**. São Luís, 15 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/12/15/pib-dos-municipios-revela-forte-concentracao-de-renda-no-maranhao.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2026.

G1 MARANHÃO. **Maranhão tem apenas 10 cidades com mais de 100 mil habitantes, aponta Censo do IBGE**. São Luís, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/06/30/maranhao-tem-apenas-10-cidades-com-mais-de-100-mil-habitantes-aponta-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2024.

G1 MARANHÃO. **Tarifa de energia elétrica fica 17,46% mais cara no Maranhão a partir desta quinta (28)**. São Luís: Grupo Globo, 28 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2025/08/28/tarifa-de-energia-eletrica-fica-746percent-mais-cara-no-maranhao-a-partir-desta-quinta-28.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2026.

G1. **Em meio a tarifas e ameaças de Trump, aliados se aproximam da China, principal rival dos EUA no comércio mundial**. G1 — Jornal Nacional, 30 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2026/01/30/em-meio-a-tarifacoes-e-ameacas-de-trump-aliados-se-aproximam-da-china-principal-rival-dos-eua-no-comercio-mundial.ghtml>

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas, 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAIN. **Hungry for land: small farmers feed the world with less than a quarter of all farmland**. Barcelona: GRAIN, 2020. Disponível em: <https://grain.org>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GRAIN; FIAN INTERNACIONAL; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Os segredos da TIAA-CREF no Brasil: como o fundo de pensão de professores dos EUA utiliza recursos de subsidiárias e empresas de fachada para driblar a lei brasileira e se apossar de terras no Cerrado**. [S. l.]: GRAIN, 2015. Disponível em: <https://grain.org/e/5336>. Acesso em: 20 abr. 2026.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2016.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses; colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 6. ed. rev. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Ícone, 1997.

HEINRICH, Michael. **Introdução a O Capital de Karl Marx**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: alfabetização e analfabetismo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados – Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 2 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil: participação das unidades da federação no PIB 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 2 nov. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2025, vinte unidades da federação registram a menor taxa de desocupação da série**. Agência IBGE Notícias, 20 fev. 2026. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45923-em-2025-vinte-unidades-da-federacao-registram-a-menor-taxa-de-desocupacao-da-serie>. Acesso em: 23 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Maranhão: Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, [2024?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 21 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **País tinha 1,650 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 2024**. Agência de Notícias IBGE, 19 set. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44541-pais-tinha-1-650-milhao-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-trabalho-infantil-em-2024>. Acesso em: 08 fev. 2026. B

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Para os vínculos estruturais (Matriz): Sistema de Contas Nacionais:** Brasil: 2021 (Tabela de Recursos e Usos - Nível 68). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2015-2023:** Série Histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção industrial fecha 2023 com crescimento em dez dos 18 locais pesquisados.** Agência de Notícias IBGE, 08 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39128-producao-industrial-fecha-2023-com-crescimento-em-dez-dos-18-locais-pesquisados>. Acesso em: 08 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São Luís (MA).** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-luis.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais:** Tabela 10.1: Valor adicionado bruto constante e corrente, segundo os grupos de atividades. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): Tabela 1853 e Tabela 5602.** Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Trabalho por meio de plataformas digitais: resultados do módulo temático da PNAD Contínua – 3º trimestre de 2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/59722d4ac24bd853f52f54f12b9514f7.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026. A

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Carta IEDI n. 1101: Superando a dependência das commodities: visão da Unctad.** Publicado em: 20 ago. 2021. Disponível em: https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1101.html. Acesso em: 08 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Impactos da Lei Kandir nas finanças dos estados brasileiros.** Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Desempenho da Agricultura Maranhense.** V. 5, n.01, São Luís: IMESC, 2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Boletim do Comércio Exterior Maranhense – 2º Semestre 2024.** São Luís: IMESC, 2024. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/boletim-do-comercio-exterior-maranhense-2o-semester-2024/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Enciclopédia dos municípios maranhenses: Ilha do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2021. 8 v. (278 p.).

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**. Vol. 13, no. 2 (abr. /jul.) 2025. São Luís, 2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Nota de mercado de trabalho maranhense**, v. 12, n. 2, fev. 2026. São Luís: IMESC, 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Desempenho da agricultura maranhense 2024**. São Luís: IMESC, 2024. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/11/Desempenho-da-Agricultura-Maranhense-2024-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: 2021**. São Luís: IMESC, 2023. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/v-17-n-1-2023.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

KATZ, Claudio. **A Teoria da Dependência 50 anos depois**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOMARCHESQUI, Bruna. **Apenas 3% com emprego formal: a vida na cidade mais pobre e subdesenvolvida do Maranhão**. Gazeta do Povo, 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/apenas-3-com-emprego-formal-a-vida-na-cidade-mais-pobre-e-subdesenvolvida-do-maranhao/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 7. ed. São Paulo: Correio Brasiliense, 1983.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

LUKÁCS, Gyögy. **Arte e sociedade**. Escritos estéticos (1932-1967). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKÁCS, Gyögy. **El asalto a la razón**. México/ Barcelona: Grijalbo, 1968.

LUKÁCS, Gyögy. **Introdução a uma estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, Gyögy. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. Porto: Nova Crítica, s.d.

LUKÁCS, Gyögy. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora URRJ, 2009.

LUKÁCS, Gyögy. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Gyögy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010. 414 p.

MANOEL, Jonas; LANDI, Gabriel. **Pátria socialista ou morte: marxismo latino-americano e caribenho**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2023.

MAPBIOMAS. **Coleção 8 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil**. São Paulo: MapBiomias, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/FACT_MapBiomias_Mapeamento-Anual-Cobertura_Colecao8_31.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.

MARANHÃO. (Estado). **Brandão inaugura primeiro sistema de distribuição de gás natural de São Luís**. São Luís, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/brandao-inaugura-primeiro-sistema-de-distribuicao-de-gas-natural-de-sao-luis>. Acesso em: 22 abr. 2026.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.259, de 16 de junho de 2015**. Institui o Programa Mais Empresas no Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 2015.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.121, de 4 de março de 2010**. Institui o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão (PROMARANHÃO). Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 2010.

MARANHÃO. (Estado). **Maranhão reduz taxa de pobreza extrema, aponta Fundação Getúlio Vargas**. São Luís, 1 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-reduz-taxa-de-pobreza-extrema-aponta-fundacao-getulio-vargas>. Acesso em: 7 abr. 2026.

MARANHÃO. (Estado). **Maranhão é o segundo maior exportador do Nordeste em 2024, aponta boletim do comércio exterior**. São Luís: Governo do Maranhão, 08 maio 2025. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-e-o-segundo-maior-exportador-do-nordeste-em-2024-aponta-boletim-do-comercio-exterior>. Acesso em: 2 nov. 2025.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994)**. Tradução: Elisabeth Zorgetz...[et al]. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, André. **As 10 cidades menos desenvolvidas do Brasil em 2025, segundo o índice Firjan**. Exame, 11 maio 2025. Disponível em: <https://exame.com/brasil/as-10-cidades-menos-desenvolvidas-do-brasil-segundo-o-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina**. In:

REYNO, Jaime Estay. *La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos*. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciencias Sociales Clacso, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **História, natureza, trabalho e educação**. Gaudênio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salete Caldart (orgs.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política (1857)**. In: MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Brasil). **Carteira de projetos do Novo PAC: transportes terrestres no Maranhão**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de; SILVA, Lília Penha Viana; MIRANDA, Maria Leidinalva Batista. **Territórios vivos e usados: o processo de acumulação por despossessão e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/MA**. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP 2021, 10., 2021, São Luís, Maranhão, Brasil. *Anais...* São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2021. p. 1-44. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/upload/anais/trabalho_submissaoId_941_941612eaaca2b852.pdf?031652. Acesso em: 1 fev. 2026.

MORAIS, Aurora Maria de; SILVA, Wellem Ribeiro da; SILVA, Marco Túllio Brazão. **Consenso de Washington: precarização do trabalho docente de ensino superior no Brasil**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 30, n. 63, p. 1–20, 2020.

MOREIRA, Renata Couto; MENDONÇA, Luiz Jorge. **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MOTA, Wladmy S.; LOUREIRO, Bráulio R. C. **Marxismo latino-americano: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. In: Viviane Correa Silva Coimbra; Priscila Venancio Ikefuti; Mayssa Alves da Silva Sousa; Marcelo Cheche Galves. (Org.). UEMA produzindo conhecimento. 1ed.São Luís: EDUEMA, 2025, v. , p. 1-814.

MOURA, Alessandro de. **A crise dos anos 1970: uma longa crise de superprodução**. Esquerda Diário, 25 out. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-crie-dos-anos-1970-uma-longa-crise-de-superproducao>. Acesso em: 1 fev. 2026.

NÓBREGA, Francisco Pereira. **Compreender Hegel**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

NOFAL, Sulafa. **The historical roots of neoliberalism: origin and meaning**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 43, n. 3, p. 576–591, 2023.

OREIRO, José Luís; DE PAULA, Luiz Fernando; SOBREIRA, Rogério. **Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: teoria e experiência brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **ISIC Rev. 4 technology intensity definition: Revised classification of manufacturing industries by technology intensity**. Paris: OECD Directorate for Science, Technology and Industry, 2011.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la ciencia vulgar: sobre epistemología y método en Marx**. Herramienta, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/critica-de-la-ciencia-vulgar-sobre-epistemologia-y-metodo-en-marx>. Acesso em: 28 jul. 2025.

OSORIO, Jaime. **Estado, reprodução do capital e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OSORIO, Jaime. **Fundamentos da Análise Social: a realidade social e seu conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

OSORIO, Jaime. **Reproducción del capital, estado y sistema mundial. Estudios desde la teoría marxista de la dependencia**. 1. ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2017.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2005.

PAULANI, Leda Maria. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história**. Artigo elaborado a partir de apresentação no colóquio Logros y Retos del Brasil Contemporáneo, realizado na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Cidade do México, 24–26 ago. 2011. Versão reduzida publicada no boletim especial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). [S. l.]: marxismo21.org, 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/Leda-PAULANI.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery: crítica à financeirização da economia**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, v. 8.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia Maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth; PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. **Cidade em troços: um descaso dos espaços empobrecidos? Um olhar sobre a cidade de São Luís/MA/Brasil**. Revista ESPACIOS, v. 38, n. 43, p. 22, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com>. Acesso em: 23 abr. 2026.

PLEKHANOV, Georgii Valentinovich. **In Defence of Materialism: The Development of the Monist View of History**. Translated by Andrew Rothstein. London: Lawrence & Wishart, 1947.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. **A falácia neoliberal**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Nº. 28-29. São Paulo. Abril, 1993.

REPÓRTER BRASIL. **O trabalho escravo no Brasil**. In: Escravo, nem pensar! São Paulo, 1 jul. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/educacao/o-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2007. 446 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paul, São Paulo – SP, 2007.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: De Província Próspera a Estado mais Pobre da Federação. O que deu tão errado?**, 2016. 112f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de o Capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 4. ed. São Paulo: Zahar, 1971.

SMARTLAB – Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. **Resgatados do trabalho escravo: Brasil (1995–2024)**. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0>. Acesso em: 23 abr. 2026.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **A diversificação econômica do Maranhão colonial no século XVIII**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 21., 2024, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2024. Disponível em: https://www.encontro2024.rj.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-rjerh2024/1721363485_ARQUIVO_e2a35560c974425992a995660f572a6d.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. 2. ed. ampliada e atualizada. Florianópolis: Insular, 2023.

SILVA, Luiz Fernando da; COSTA, Gisele Cardoso. **Teoria da dependência e América Latina: análise crítica na perspectiva da teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2018.

SILVA, Welliton Resende; BARBOSA, Zulene Muniz. **A questão do desenvolvimento do Maranhão e a transparência pública como fator de desenvolvimento regional**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. Anais [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 1-11. Disponível em: <https://basedeconhecimento.cgu.gov.br/server/api/core/bitstreams/d3b840cb-c66d-45e0-b26a-1066cf70ebd3/content>. Acesso em: 09 abr. 2026.

SINGER, Paul. **O CAPITALISMO: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SINGER, Peter. **Hegel**. Tradução Luciana Pudenzi. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; SILVA, Laís Ribeiro. **Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do MATOPIBA**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 149–168, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CG7246473>. Acesso em: 20 abr. 2026.

TAPIA, José A. **RENTABILIDAD, INVERSIÓN Y CRISIS: Teorías económicas y datos empíricos**. Madri: Maia, 2017.

THE GROWTH LAB AT HARVARD UNIVERSITY. **The Atlas of Economic Complexity**. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School, 2024. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TRINDADE, J. R. B. **Acumulação agrária e a rota da soja no Maranhão**. Revista de Estudos Sociais, [Local de publicação], v. 26, p. 1-28, 2026. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/889_1742082924_SEP_1_I_pdf_ide.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A disputa das ideias na atual conjuntura: neoliberalismo, resistência e redes sociais**. Belém: ICSA, 2021.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a Economia Mundial Capitalista: uma agenda de debates**. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, vol. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/16712>. Acesso em 14 fev. 2024.

TRINDADE, José Raimundo. **As formas históricas da dependência**. A Terra é Redonda, 5 maio 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/as-formas-historicas-da-dependencia/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TRINDADE, José Raimundo; BANDEIRA, Felipe de Lima Bandeira. **O debate entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso**. Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, 2020. Disponível em: <https://opamet.com.br/wp49/2020/12/17/o-debate-entre-ruy-mauro-marini-e-fernando-henrique-cardoso/>. Acesso em: 08/01/2026.

UNDP – United Nations Development Programme. **Country Insights: Ranks**. Human Development Reports – Data Center, 2025. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>. Acesso em: 08 fev. 2026.

VALE S.A. **Relatório de sustentabilidade 2024**. Rio de Janeiro: Vale, 2024. Disponível em: vale.com/documents/44618/429697/Relato+Integrado+Vale+2024.pdf/2a2958a5-6a68-3b71-867b-9c790c4dc244?version=1.0&t=1744635287383&download=false. Acesso em: 20 abr. 2026.

WAGNER, Adolfo; SILVA, Nívia C. P. **Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: duas visões sobre o capitalismo dependente**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina, PR. *Anais...* Londrina: Grupo de Estudos Política da América Latina – UEL, 2013.





Emitido em 08/07/2026

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº DISSERTAÇÃO/2026 - DPARQ (11.14.68.07.05)
(Nº do Documento: 1014)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/07/2026 15:25)

RONALD SILVA DIAS

CHEFE DIVISAO

839738

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
1014, ano: **2026**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **08/07/2026** e o código de
verificação: **f0f43c9af9**

